

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MAÍSA FÁVERO COSTA

**PAISAGEM CULTURAL EM ITAÚNAS (ES): O LUGAR E SUA
DIMENSÃO SIMBÓLICA**

VITÓRIA
2017

MAÍSA FÁVERO COSTA

**PAISAGEM CULTURAL EM ITAÚNAS (ES): O LUGAR E SUA
DIMENSÃO SIMBÓLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Martha Machado Campos

Vitória

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial do Centro de Artes da Universidade Federal do
Espírito Santo, ES, Brasil)

C837p Costa, Maísa Fávero, 1990-
Paisagem cultural em Itaúnas (ES) : o lugar e sua dimensão
simbólica / Maísa Fávero Costa. – 2017.
166 f. : il.

Orientador: Martha Machado Campos.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Paisagens culturais – Itaúnas (Conceição da Barra, ES). 2.
Patrimônio cultural. 3. Arquitetura – Conservação e restauração.
4. Paisagens. I. Campos, Martha Machado. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida e saúde.

Ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, pela oportunidade de cursar o mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) pelo auxílio financeiro no último ano de pesquisa.

À minha orientadora, Martha Machado Campos, pelo direcionamento, orientações, experiência e exemplo que guiarão minha vida acadêmica.

À professora Ana Lucy Oliveira Freire, pelo compartilhamento de informações e colaboração na qualificação e durante as aulas.

À professora Marta Vieira Bogéa, pela presença na banca de defesa, contribuições e inspiração.

Aos colegas do curso, em especial, Aline, Angélica, Cande e Winnie, pelo convívio diário e apoio durante o processo.

Aos meus pais, que deram a mim e ao meu irmão duas coisas importantes para o nosso crescimento: raízes e asas.

Ao meu irmão pelo apoio, amizade e exemplo.

À população de Itaúnas, que ama, cuida e se apropria do lugar de forma tão singular que ele se torna importante e especial também para quem o visita.

*“que a importância de uma coisa não se mede
com fita métrica nem com balança nem com barômetros
etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida
pelo encantamento que a coisa produza em nós”
(Manoel de Barros – Sobre importâncias).*

RESUMO

O conceito paisagem cultural atravessa várias disciplinas, sendo discutido no campo da Geografia, da Arquitetura, do Urbanismo, citando alguns, e, em específico, no subcampo do patrimônio cultural. Sua abrangência pressupõe abordagem dos bens culturais imateriais e materiais aliados à integração do homem com o território e o meio natural. Este trabalho investiga o termo paisagem cultural como conceito e sua institucionalização como instrumento de preservação de políticas públicas em âmbito internacional e nacional. Além disso, abarca da Geografia o conceito de lugar e seu entendimento no contexto do trabalho. Posteriormente, busca sua possível reverberação quando voltado para a Vila de Itaúnas, situada no litoral norte do estado do Espírito Santo. O lugar é marcado por diversos mitos acerca de sua história. O mais emblemático diz respeito ao soterramento da antiga Vila, que trouxe consigo a base de formação da memória local, marcada por símbolos e significados. Após o soterramento, a população se estabeleceu na margem oposta do Rio Itaúnas, levando consigo as características urbanísticas – arruamento, traçado e técnicas construtivas – e o modo de vida tradicional. Este trabalho expõe os elementos simbólicos caracterizadores da Vila de Itaúnas, construídos a partir de estudos sobre os significados criados pelos grupos que vivenciam os espaços da Vila, produzindo os lugares simbólicos do local. Aponta esses lugares como manifestações espaciais da cultura com significados políticos, religiosos, étnicos, ou associados ao passado, todos impregnados de singularidades simbólicas. Para isso, utiliza, como metodologia, pesquisa teórica acerca da origem do conceito paisagem cultural como campo de estudo da Geografia e sua inserção como instrumento de preservação do patrimônio cultural. Inclui, ainda, como procedimentos metodológicos, estudo de caso sobre a materialidade da Vila de Itaúnas, evidenciando dinâmicas sociais e econômicas existentes, levantamento de campo *in loco* e formulação de interpretações, por meio de textos, mapas e esquemas gráficos distintos. Conclui que a localidade de Itaúnas compreende uma pequena vila carregada de simbolismos construídos por seus habitantes, principalmente durante o processo de mudança da antiga ocupação para a Vila atual, e pelos turistas que frequentam o local, em processos e dinâmicas continuadas de construção de lugares simbólicos, que, por sua vez, moldam paisagens também em contínua construção.

Palavras-chave: Paisagem Cultural. Patrimônio Cultural. Itaúnas. Preservação. Paisagem.

ABSTRACT

The concept of cultural landscape go through several science fields, being discussed in the fields of Geography, Architecture, Urbanism, as examples, and specifically in Cultural Heritage field. Its extent presuppose an approach of immaterial and material cultural goods associated with the integration of human been with territory and the natural environment. This work paper investigates the term 'cultural landscape' as a concept and its institutionalization as an instrument for preservation belonging to the international and national public politics. Besides that, embraces Geography on the concept of place, bringing contributions for this research. After it, this work paper looks for the possible repercussion of the concept in the case of Vila de Itaúnas, on the north coast of state of Espírito Santo. Itaúnas is a place marked for a set of myths about its history. The most emblematic myth concerns to the burial of the old Vila, that brings with it a base of formation of local memory, marked for symbols and meanings. After the burial, the local population established itself on the opposite river bank of Rio Itaúnas, bringing with itself the urban characteristics - the form of the streets, layout and the construction techniques - and the traditional way of life. This research exposes the symbolic elements that characterize Vila de Itaúnas, built from studies about meanings created for human groups that experience the spaces of the Vila, producing the symbolic local places. The research also points these places as spatial manifestations of culture with political, religious, ethnics and historical meanings, all of them impregnated with symbolic singularities. Thereunto, the work paper uses as a methodology a theory research about the origins of the concept cultural landscape, as a study field of Geography, and its insertion as a preservation instrument of the cultural heritage. Includes also, as methodology instruments, a case study of materiality of the Vila de Itaúnas, adopt as a method the participant observation, evidencing existing social and economics dynamics, field survey in loco and formulation of interpretations, by means of texts, maps and distinct graphic schemes. This work paper concludes that the location of Itaúnas comprises a small village full of symbols built for its inhabitants, and for the tourists that attend the place, in continuous processes and dynamics of construction of symbolic places, that in turn shape the landscapes also in continuous construction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 PAISAGEM CULTURAL E LUGAR	15
1.1 DA GEOGRAFIA CULTURAL À PAISAGEM CULTURAL	17
1.2 CONCEITOS, INSTRUMENTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM	25
1.3 SOBRE O CONCEITO DE LUGAR	43
2 VILA DE ITAÚNAS ALÉM DOS MITOS	47
2.1 CONTEXTO REGIONAL	47
2.2 ALÉM DOS MITOS	59
2.3 PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE ITAÚNAS E DO TURISMO	70
3 INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM DA VILA DE ITAÚNAS	85
3.1 LUGARES E ITINERÁRIOS SIMBÓLICOS	89
3.2 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: FESTAS POPULARES E RELIGIOSAS	107
3.2.1 O Forró Pé de Serra	107
3.2.2 Festa de São Sebastião e São Benedito	112
3.3 ELEMENTOS MORFOLÓGICOS SIMBÓLICOS DO ESPAÇO URBANO	126
4 PLANO DIRETOR DE CONCEIÇÃO DA BARRA E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM	140
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
6 REFERÊNCIAS	162

INTRODUÇÃO

Atualmente o conceito paisagem cultural atravessa várias disciplinas, sendo discutido nos campos da Geografia, da Ecologia, da Arquitetura, citando alguns, e, em específico, no subcampo do patrimônio cultural. Pressupõe abordagem sobre bens culturais imateriais e materiais aliados à integração do homem com o território e sua consequente apropriação. O conceito paisagem cultural será exposto e discutido no capítulo 1 da dissertação, desde o começo de sua construção pelos geógrafos, ainda no final do século XIX, alcançando os tempos atuais, com sua inserção definitiva como campo de estudo da Geografia, em específico pelo subcampo da Geografia Cultural. Posteriormente, ainda no capítulo 1, o termo paisagem cultural terá abordagem voltada para seu entendimento como instrumento de políticas públicas de preservação. Os instrumentos de políticas públicas serão expostos, no contexto internacional, por meio da evolução do conceito no âmbito das Cartas Patrimoniais e sob a ótica da normativa da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), assim como no contexto nacional, no qual será discutida a Chancela da Paisagem Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Intitulado *Paisagem cultural e Lugar*, o primeiro capítulo aborda ainda as concepções de lugar no campo da Geografia e seu entendimento no contexto do trabalho.

A dissertação prossegue no capítulo 2 em abordagem empírica sobre seu objeto de estudo: a Vila de Itaúnas. Trata-se de um vilarejo de pescadores localizado no norte do estado do Espírito Santo, cuja história remete ao soterramento da antiga Vila, aproximadamente na década de 1950, na ocasião da retirada da vegetação natural do local – que protegia a Vila dos ventos e da movimentação de areia – e seu consequente soterramento anos depois. O soterramento, iniciado na década de 1950, fez com que os moradores se estabelecessem na margem oposta do Rio Itaúnas e levassem consigo as características urbanísticas – arruamento, traçado e técnicas construtivas – e o modo de vida tradicional que envolve a pesca, a produção da farinha e as manifestações de cunho religioso/cultural. No local da antiga Vila, formaram-se dunas, característica peculiar da paisagem local e ponto atrativo de turistas.

O lugar é marcado por diversos mitos acerca de sua história. O mais emblemático diz respeito ao soterramento da antiga Vila, trazendo consigo a base de formação da memória local marcada por símbolos e significados. Atualmente, a apropriação do espaço da Vila para a realização de festejos religiosos marca o sincronismo entre religião católica e africana. As festas são repletas de significados, que transformam o cotidiano da Vila para além do turismo sol e mar. Soma-se a isso a forte apropriação do Forró Pé de Serra, elemento também capaz de transformar e gerir as atividades econômicas locais.

Este segundo capítulo, intitulado *Vila de Itaúnas além dos mitos*, busca apresentar o lugar no contexto histórico de sua formação urbana e no âmbito das dinâmicas econômicas inseridas na região norte do Espírito Santo.

A transformação ininterrupta da paisagem cultural de Itaúnas, seus conflitos e carências acerca de sua preservação marcam o sítio local, que permanece ainda hoje sem nenhuma legislação específica ou outra forma de proteção mais efetiva. Obscurecido pela aparente tranquilidade da vida na Vila, o turista de alta temporada muitas vezes desconhece as dinâmicas sociais e culturais que estão inseridas na comunidade e que de fato sustentam a memória social e a identidade cultural do lugar.

A dissertação tem como **objetivo principal** levantar questões relativas à preservação e à proteção da paisagem da Vila de Itaúnas. Cabe destacar, no âmbito deste debate, o papel da identidade cultural do lugar, que, mesmo forte, se oculta por trás dos apelos turísticos da natureza e do Forró Pé de Serra. Nota-se ainda que ambos se voltam ao incremento do setor econômico do turismo, levando, portanto, a Vila ao risco constante de transformação predatória e ao limite do desaparecimento.

No âmbito dos **objetivos específicos**, a dissertação busca:

- situar a mudança de olhar por que passaram os instrumentos de preservação do patrimônio cultural nos últimos anos, em âmbito nacional e internacional, principalmente após a inserção de questões advindas da Geografia Cultural, em estudos sobre paisagem e patrimônio que articulam o conceito e o instrumento de paisagem cultural;

- identificar, em Itaúnas, os elementos e conjuntos construídos e naturais que podem caracterizar sua paisagem no âmbito do patrimônio cultural e, ainda, que sejam inseridos em delimitação de fração de seu território, portanto reconhecidos sob a ótica do conceito paisagem cultural, problematizando desse modo a paisagem dentro das perspectivas dos instrumentos de preservação;
- ilustrar possibilidades de preservação da paisagem cultural da Vila de Itaúnas a partir de instrumentos de políticas públicas que contemplem a dinâmica natureza x homem x território existente.

Desse modo, o capítulo 3 – *Interpretação da paisagem da Vila de Itaúnas* – prossegue com abordagem voltada para a interpretação da paisagem, por meio da identificação dos elementos e conjuntos paisagísticos e da formulação de vários mapas de análise e reconhecimento de lugares, itinerários e elementos morfológicos simbólicos da Vila de Itaúnas.

O seguinte e último capítulo – *Plano Diretor de Conceição da Barra e políticas de preservação da paisagem* – apresenta levantamento sobre os instrumentos de preservação existentes e o entendimento da articulação natureza x população x território, considerada base do conceito paisagem cultural. Por fim, busca indicar os conflitos, as carências e as perspectivas de preservação da paisagem cultural local.

Algumas **conclusões** preliminares remetem aos seguintes apontamentos:

- Apesar de o local não apresentar valor universal excepcional, como sugere a UNESCO, para inscrição na Lista de Patrimônio Mundial da Humanidade, e de ainda existirem ruídos e incertezas sobre a aplicação da Chancela da Paisagem Cultural do IPHAN, observam-se em Itaúnas traços essenciais do conceito como categoria paisagem cultural: a forte relação existente entre o homem e o meio natural, uma vez que se trata de um pedaço do território capixaba a que o homem atribuiu valores culturais – tomado como importante matriz perceptiva da paisagem –, traços que são fundamentais e basilares para a continuação do modo de vida particular da população local.
- As manifestações religiosas/populares e do cotidiano da população ao patrimônio cultural local, além de estarem presentes nas dinâmicas habituais do

lugar e na memória dos moradores, expressam-se fortemente na configuração espacial do território, que é a base do conceito paisagem cultural no âmbito dos instrumentos de preservação.

- Paisagem cultural é apontada, de modo complementar neste trabalho, como possível instrumento de resistência contra o avanço do turismo de massas, já reconhecido, em estudos anteriores de Xavier e Bassetti (2014), como predatório da cultura local.
- Observa-se desarticulação entre as políticas e os instrumentos de proteção da paisagem nas esferas do planejamento e gestão municipal, estadual e federal.

Por fim, mas não menos importante, a **metodologia** consiste em **pesquisa teórica** acerca da origem do conceito paisagem cultural como campo de estudo da Geografia e sua inserção como instrumento de preservação do patrimônio cultural. Os procedimentos metodológicos incluem a observação participante, técnica utilizada para pesquisas na qual o observador (pesquisador) se insere no contexto estudado estabelecendo uma relação de troca possibilitando a compreensão da cultura ou do grupo observado. Segundo Martins (1996), um pressuposto desta metodologia de pesquisa é de que a convivência do investigador com o grupo e seu cotidiano permite a revelação de atitudes, episódios que, de um ponto de vista exterior poderiam permanecer obscurecidas. (MARTINS, 1996)

Vale lembrar que o pesquisador inicia o processo com suas próprias interpretações acerca do objeto de estudo, sistematizando-a e reinterpretando-a a partir da convivência e inserção no local e grupo cultural a ser estudado.

Ainda segundo Martins (1996), “a observação participante é dinâmica e envolvente e o investigador é simultaneamente instrumento na recolha de dados e na sua interpretação” para isso, ele deve ser capaz de desenvolver um novo olhar sobre os integrantes do local, sabendo conviver com as pessoas no campo, sendo desprovido de preconceitos e, principalmente, utilizando os sentidos humanos: sentir, olhar, falar, ouvir, vivenciar...

As aproximações com a população de Itaúnas foram feitas em todas as visitas, em forma de perguntas e conversas informais, onde se buscou compreender e solucionar perguntas e curiosidades acerca da história da antiga vila, a convivência

com os comerciantes, as atividades que acontecem fora de temporada do verão, entre outras questões.

A observação foi evoluindo de uma fase mais descritiva realizada nas primeiras visitas, com a observação do cotidiano e a obtenção de uma perspectiva geral dos aspectos e das relações. A princípio, inserido como “turista” foi realizado percursos utilizados pelos visitantes do lugar: a ponte, as dunas, a permanência na praia, algumas trilhas, a praça central e alguns restaurantes. Todo o percurso foi documentado por fotos e descrição de atividades e pontos comumente observados, como por exemplo, o modo como os turistas permanecem na praia o dia inteiro e a convivência com os donos dos quiosques.

As visitas posteriores foram mais específicas em alguns aspectos, como por exemplo, o cotidiano de donos de pousadas e suas percepções sobre o avanço da atividade turística, suas apreensões acerca dessa atividade, problematizações e melhorias, os percursos realizados pelos moradores, etc. Nessas visitas, foi descoberta uma segunda camada de interação com o espaço que é o dia a dia dos moradores fora da temporada de veraneio.

Outro exemplo de visita com foco específico foi durante a festa de São Sebastião e São Benedito, em janeiro de 2017, com participação efetiva nos festejos e uma maior aproximação com a população, as dinâmicas e a descoberta de uma terceira camada: as relações e apropriações culturais que existem desde a época da ocupação na antiga vila e que envolve toda a comunidade: jovens, crianças, idosos, comerciantes, ativistas, religiosos, etc... Nessa ultima visita foi possível descobrir o motivo de Itaúnas ser uma comunidade forte, que permite as influências do turismo de massa, mas que ao mesmo tempo não perde a essência religiosa e cultural. Ainda nessa ultima visita, foram feitas observações a fim de responder questões ainda em aberto nas visitas anteriores.

Concomitantemente com as visitas foram feitos levantamentos e interpretações apresentados durante todo o trabalho, por meio de textos, mapas e esquemas gráficos distintos.

Após a compilação e problematização crítica sobre o conceito, os instrumentos estudados bem como o objeto de estudo propriamente dito e o conjunto de

legislação sobre o uso e ocupação do território, a dissertação busca apontar quais os cenários possíveis dentro das possibilidades de preservação da paisagem cultural de Itaúnas.

1 PAISAGEM CULTURAL E LUGAR

O conceito paisagem cultural é relativamente novo no âmbito da preservação do patrimônio cultural, integra os aspectos materiais e imateriais da cultura, até então pensados separadamente na preservação, e indica as interações existentes entre o homem e o meio natural (RIBEIRO, 2007). Dessa forma, pressupõe, em sua abordagem, além da integração entre os bens culturais materiais e imateriais, a incorporação do homem com o território, em seu meio natural.

Há várias abordagens conceituais sobre paisagem cultural. Ribeiro (2007), pesquisador do campo da Geografia, indica como ponto de partida para a análise da paisagem o fato de que deve ser realizada em conjunto e precisa ressaltar as interações existentes entre o homem e o território. Afirma ainda que a riqueza da abordagem da paisagem cultural está no fato de se valorizar a integração existente entre natural, cultural, material e imaterial.

Sabe-se que o termo paisagem é utilizado em vários campos do conhecimento, sob várias interpretações e com diversos significados, portanto, é um conceito dos mais difíceis de se estabelecer no âmbito científico (VASCONCELOS, 2012). Ainda assim, segundo Corrêa e Rosendahl (1998), a paisagem se constituiu como um conceito-chave da Geografia, sendo vista como capaz de proporcionar unidade e identidade a esse campo de estudo. Os autores ainda afirmam que a importância do conceito passa por variações, posto ao mesmo tempo em uma posição secundária e superado por outros conceitos, como região, espaço, lugar e território (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998, p. 7).

Os mesmos autores afirmam que a paisagem apresenta várias dimensões, de acordo com cada ramo do conhecimento. Por exemplo, possui uma dimensão histórica, quando a observamos como um produto da ação do homem ao longo do tempo; uma dimensão morfológica, se a aceitamos como o conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação antrópica; uma dimensão funcional, quando apresenta relações entre as suas diversas partes; por fim, uma dimensão espacial, visto que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre. Além disso, a paisagem também é portadora de significados, uma vez que expressa valores, mitos, crenças e utopias, apresentando assim uma dimensão simbólica (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998. p. 8).

É possível situar o início da discussão do termo paisagem cultural no campo da Geografia, a partir do final do século XIX, com a inclusão do estudo de paisagens e culturas em pesquisas. “O desenvolvimento da Geografia Cultural procede necessariamente da reconstrução das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente” (SAUER, 2007, p. 23).

A aproximação da paisagem com a Geografia acontece de vários modos: por um lado, pelo interesse em se ater ao estudo de uma semelhança eventual particular entre o homem e a natureza; por outro, pelo esforço em se definir o material de observação. Essa separação foi aumentando, como afirma o geógrafo americano Carl O. Sauer, um dos precursores dos estudos da paisagem cultural.

O primeiro grupo mantém seu interesse preferencial pelo homem: quer dizer, pela relação do homem com seu meio, habitualmente no sentido de adaptação do homem ao meio físico. O segundo grupo, [...] dirige sua atenção para aqueles elementos da cultura material que conferem caráter específico à área (SAUER, 2007 p. 19-20).

Ao longo dos anos, a Geografia Cultural, já estabelecida como campo de pesquisa, foi dividida em Geografia Cultural Tradicional e em Nova Geografia Cultural. Na Geografia Cultural Tradicional, a análise da paisagem se faz com base em sua morfologia; na Nova Geografia Cultural, a partir da sua simbologia. As duas correntes defendem que a paisagem é resultado da relação existente entre o homem e a natureza (VASCONCELOS, 2012).

Segundo Vasconcelos (2012), a paisagem é composta pela morfologia e pela carga simbólica atribuída a ela pelos diferentes observadores. Isso significa que a paisagem é múltipla, podendo ser interpretada de maneiras diferentes (VASCONCELOS, 2012).

Do mesmo modo que o conceito paisagem cultural se foi estabelecendo e ganhando força na Geografia, os instrumentos de preservação da paisagem cultural foram adaptando-se ao longo dos anos por meio de mudanças de tratamento. Castriota (2009) afirma que o campo do patrimônio passou por uma expansão nas últimas décadas. O discurso, até então baseado na referência aos grandes monumentos do passado, o “monumento histórico e artístico”, evoluiu para uma ideia de patrimônio entendido como um conjunto de “bens culturais” (CASTRIOTA, 2009, p. 12). O autor cita a Constituição Federal que, desde 1988, incorpora essa ampliação definindo no,

Art. 216, os “[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto”. O artigo inclui também as formas de expressão, os modos de se criar e viver objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos, sítios históricos e paisagísticos, seguindo o movimento mundial de extensão do conceito. A ideia do patrimônio imaterial surgiu de modo a valorizar a dimensão viva da cultura. Além dessa ampliação do conceito, o autor afirma que houve uma mudança no campo patrimonial “[...] que nos últimos anos também se vê colocado em diálogo com outros campos e múltiplas disciplinas, para, no entrelaçamento de suas perspectivas, procurar responder a uma realidade de crescente complexidade” (CASTRIOTA, 2009, p. 13).

A discussão sobre a paisagem cultural no âmbito das políticas e dos instrumentos de preservação e, em específico, como categoria cultural, abarcando a relação entre as características culturais e naturais do território, começa na década de 1980, a partir de abordagens que buscam uma “visão integradora entre o homem e a natureza” (RIBEIRO, 2007).

Esse percurso constitui a seção a seguir, na qual se pontuam e se distinguem as modificações do conceito e do instrumento de políticas públicas de preservação, ambos nomeados paisagem cultural. A abordagem conceitual é conduzida sob a ótica do subcampo Geografia Cultural e do discurso patrimonial ordenado e instrumentalizado a partir das primeiras Cartas Patrimoniais, passando por recomendações e convenções, entre outros mecanismos que problematizam a paisagem como patrimônio cultural.

A complexidade em se trabalhar com paisagem cultural se dá não apenas quando se percebe a dificuldade de conceituação, mas também “[...] quando se passa para a formulação de estratégias para o tratamento dessa categoria especial de patrimônio” (CASTRIOTA, 2013).

1.1 DA GEOGRAFIA CULTURAL À PAISAGEM CULTURAL

Desde o final do século XIX, o campo disciplinar da Geografia se dedica ao avanço do conceito paisagem cultural, considerando seu interesse pelas relações entre

espaço e cultura e seu papel descritivo acerca da diversidade da superfície terrestre. Contudo, a dimensão cultural foi aos poucos conquistando o interesse dos pesquisadores da área. Casado (2010) expõe: “A introdução da cultura na apreensão da paisagem está diretamente relacionada com o enfraquecimento da visão teológica do mundo”. Ainda segundo a autora, o crescimento das ideologias positivistas e humanistas nos séculos XVIII e XIX e a consolidação da visão capitalista também estão relacionados à introdução da cultura nos estudos geográficos.

A dimensão cultural da sociedade estava presente na Geografia desde o final do século XIX e início do XX, e “[...] a paisagem cultural centralizava o interesse pela cultura a partir do fato de ela ser entendida como o resultado da ação humana alterando a paisagem natural” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p. 10).

Paul Claval (2002) menciona que, no final do século XIX, o conceito de Geografia Humana passou por uma evolução com a inserção do termo Geografia Cultural em seus estudos. Somente a partir dos anos 1970, essa vertente de pesquisa deixou de ser tratada em separado para ser vista com a mesma importância da Geografia Econômica e Política. Foi quando geógrafos consideraram que o estudo do conceito de paisagem deve compreender a exploração da convivência entre ela e o homem.

Segundo o autor, os geógrafos buscavam explicar as características de determinados lugares analisando primeiro os aspectos econômicos e sociais, recorrendo aos aspectos culturais apenas quando necessário, ou, ainda, quando os primeiros aspectos não fossem suficientes para o diagnóstico da região. Isso acabou tornando-se um fator importante para a realização de pesquisas nessa área, pois resultou na substituição do conceito de território pelo de região, facilitando a compreensão da realidade humana. Claval (2002, p. 23) afirma: “Falar de regiões é falar de realidades sociais já existentes. Falar de lugares e de territórios é falar da significação do espaço para cada indivíduo e da maneira de construir objetos sociais a partir das experiências pessoais”.

Desse modo, o espaço aparece como resultado da ação do homem, criando paisagens humanas e humanizadas, fazendo parte da memória individual e coletiva, atribuindo ao lugar valores sentimentais e psicológicos ligados ao desenvolvimento da consciência do território (CLAVAL, 2002).

Nos Estados Unidos, a Geografia Cultural ganhou força e identidade a partir das obras de Carl O. Sauer e de seus seguidores fundamentados na Escola de Berkeley (1925-1975). Sauer baseou seus estudos no historicismo, portanto “[...] valorizava-se o passado em detrimento do presente” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p. 10). Em seu texto “A morfologia da paisagem”, publicado em 1925, Sauer afirma que existem dimensões subjetivas na paisagem, mas essas não faziam parte do interesse científico da época. Afinal, não podiam ser medidas e catalogadas. Essa corrente de pensamento representava a visão das ciências naquele momento saturada de ideias do positivismo (RIBEIRO, 2007). Nesse trabalho, Sauer lança a frase que procura resumir a relação que existe entre o homem e a natureza e que sintetiza o conceito estudado: “[...] a cultura é o agente, a área natural, o meio, e a paisagem cultural é o resultado” (SAUER, apud RIBEIRO, 2007).

Ainda segundo Ribeiro (2007), Sauer admite como cultura o conceito de seu colega Alfred Kroeber, da Escola de Berkeley, que afirma que a cultura justifica “[...] as diferentes realizações do homem sobre a terra, mais do que a genética ou as condições do meio” (KROEBER, apud RIBEIRO, 2007). Também de acordo com esse conceito de Kroeber, a sociedade desenvolveria os meios de se adaptar aos diferentes ambientes através da cultura. Portanto, não era a natureza que determinava o tipo de sociedade que ocuparia determinado espaço, como afirmavam os deterministas. Essa afirmação assegurava que a cultura não deveria ser explicada, pois já tinha um valor autoexplicativo (RIBEIRO, 2007).

Ribeiro (2007) acrescenta que, segundo Sauer, “[...] a paisagem cultural expressa o trabalho do homem sobre o espaço” (SAUER, apud RIBEIRO, 2007, p. 22). Por esse motivo, ela está suscetível a mudanças, seja pelo desenvolvimento natural das culturas, seja pela substituição de culturas por outras. Portanto, a paisagem cultural se desenvolveria até alcançar seu auge; após isso, passaria por um período de decadência que poderia ocorrer pela substituição da cultura existente por outra cultura. Posteriormente, uma nova paisagem cultural seria construída sobre os remanescentes da paisagem anterior (RIBEIRO, 2007, p. 22).

Segundo o geógrafo inglês Denis Cosgrove (2007), Sauer defendeu de fato uma unidade opositora entre cultura e natureza como sendo a base do estudo da paisagem na Geografia. Ele também afirmou que “[...] os objetos que existem juntos

na paisagem formam um todo indivisível, no qual terra e vida têm de ser vistas juntas” (COSGROVE, 2007, p. 107). Para o mesmo autor, Sauer ainda faz uma divisão de conceitos entre paisagem cultural e paisagem natural, esta última como sendo um estágio no qual a cultura opera, portanto, em desenvolvimento e transformação (SAUER, apud COSGROVE, 2007, p. 107).

No entanto, segundo Ribeiro (2007), Sauer revisou posteriormente várias de suas teorias propostas em 1925, como, por exemplo, a que alude às dificuldades práticas e conceituais dos estudos da morfologia da paisagem. Isso fez com que o autor excluísse parte dessa metodologia de seus trabalhos. Ainda assim, conforme Ribeiro (2007), “Sauer permanece com a ideia de que o conceito de paisagem é central para a geografia” (RIBEIRO, 2007, p. 23).

O movimento de renovação da Geografia Cultural também foi influenciado por Sauer, uma vez que essa nova abordagem geográfica reconhece a importância do trabalho desse autor na consolidação da paisagem como um conceito científico (RIBEIRO, 2007, p. 23). Algumas críticas à Escola de Berkeley foram feitas por geógrafos de outras correntes e até por geógrafos sauerianos. Os geógrafos vinculados ao materialismo histórico reprovavam a falta de sensibilidade social e de crítica nos estudos de comunidades tradicionais. Por outro lado, os geógrafos sauerianos criticavam o destaque na dimensão material da cultura e também o conceito de cultura que eles até então adotavam (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p. 11).

Segundo Duncan (1980), o conceito de cultura aceito por Sauer admitia-a como uma entidade supra-orgânica, com suas próprias leis, pairando sobre os indivíduos, considerados como mensageiros da cultura, sem autonomia (DUNCAN, apud CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p. 11).

Dessa forma, entendia-se a cultura como algo exterior aos indivíduos. Ainda segundo o geógrafo americano James Duncan, não havia conflitos; o consenso e a homogeneidade cultural predominavam (DUNCAN, apud CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p. 11).

Apesar das várias críticas, a Geografia Cultural anterior a Sauer desempenhou importante papel na história do pensamento geográfico, deixando um legado respeitável, uma vez que se nota a presença de seus argumentos na Geografia Cultural renovada (RIBEIRO, 2007).

Segundo Ribeiro (2007), no final da década de 1960, ocorreu uma ruptura com o positivismo, aproximando a Geografia das filosofias ligadas ao humanismo. Assim, como dito, da década de 1970 em diante, a Geografia Cultural passou por um processo de renovação, no qual as críticas à Escola de Berkeley foram-se acentuando. Esse processo de mudança se deu a partir da chamada “virada cultural”, na qual, na década de 1980, ocorreram várias mudanças, ressaltando a dimensão cultural em nível mundial (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p. 11).

Mitchell (2000) aponta como exemplo dessas mudanças o fim da Guerra Fria, o movimento ecológico, a ampliação do movimento de migrantes de países da periferia para países centrais, as novas formas de ativismo social, a necessidade de se buscar como entender a realidade, o raciocínio científico, entre outras mudanças de pensamento que estavam em processo na época, contribuindo para a formação da Nova Geografia Cultural (MITCHELL, apud CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p. 10). Essas mudanças de pensamento geraram críticas à Geografia Cultural em voga na época. Entre os críticos estão Mikesell (1978), Duncan (1980) e Cosgrove (1998) (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p. 12).

Outras perspectivas atribuídas à mudança de pensamento da época e à consequente criação da Nova Geografia Cultural, desta vez apontadas por Cosgrove e Jackson (2007), são: a vantagem da cooperação entre a Geografia Cultural humanista e a Geografia Cultural marxista; a aproximação da Geografia Cultural com a Geografia Social, compartilhando ideias e métodos da Antropologia Social; o interesse de alguns geógrafos pelo socialismo e pela política do Terceiro Mundo como fundamentos para concretizar suas críticas à Geografia Cultural, entre outras (COSGROVE; JACKSON, 2007, p. 134).

Os pesquisadores da Nova Geografia Cultural consideram que o essencial na paisagem é seu caráter subjetivo e simbólico – elementos que antes haviam sido rejeitados pelo primeiro grupo de pesquisadores (RIBEIRO, 2007, p. 24). Segundo este autor, a paisagem é assimilada no sistema de valores humanos e define relacionamentos complexos entre as atitudes e a apropriação do meio. Em decorrência disso, a “[...] estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas” (RIBEIRO, 2007, p. 24).

Esse processo de renovação sofreu influência de várias correntes, inclusive dos próprios geógrafos sauerianos. Na Nova Geografia Cultural, o conceito de cultura é redefinido e

[...] liberado da visão supra-orgânica e do culturalismo, na qual a cultura é vista segundo o senso comum e dotada de poder explicativo. [...] A cultura é vista como um reflexo, uma mediação e uma condição social. Não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p. 13).

Por outro lado, a cultura também é considerada como um conjunto de técnicas, saberes e valores, sendo entendida como parte do cotidiano, portanto, impressa na essência das relações sociais (MITCHELL, apud CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p. 13).

A Nova Geografia Cultural pode ser definida como

[...] contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspectos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência (COSGROVE; JACKSON, 2007, p. 136).

A cultura, para essa Nova Geografia Cultural, passa a ser um “[...] meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e construída” (COSGROVE; JACKSON, 2007, p. 136). Com essa nova abordagem da Geografia Cultural, Sauer e os seguidores da Escola de Berkeley não são os únicos interlocutores da paisagem. Em suas pesquisas em áreas rurais e arcaicas, seus trabalhos se baseavam no pressuposto etnológico de que as paisagens poderiam ser descritas e identificadas por meio de mapeamento dos elementos visíveis da cultura material originados de grupos culturais (COSGROVE; JACKSON, 2007, p. 136). Segundo os autores, as paisagens eram então identificadas como resultado de “[...] sociedades estáveis, pré-modernas e ameaçadas pelo processo de modernização” (COSGROVE; JACKSON, 2007, p. 136).

Os autores Wagner e Mikesell (2007) reafirmam que a Nova Geografia Cultural trouxe um novo conceito de cultura. Segundo eles, a cultura pode ser considerada uma característica inerente aos seres humanos ou apenas um artifício intelectual para se generalizar a respeito de atitudes do comportamento do homem. É uma chave para que se compreendam sistematicamente as diferenças e semelhanças entre os homens. Sua noção não considera os homens isolados, mas as

comunidades de pessoas que ocupam um determinado espaço – amplo e contínuo – e as várias características – crenças, comportamentos – comuns aos membros dessas comunidades (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 28).

Os autores ampliam suas considerações de outro modo:

O conceito de cultura oferece meios para classificar os seres humanos em grupos bem definidos, de acordo com características comuns verificáveis, e também um meio para classificar áreas de acordo com as características dos grupos humanos que as ocupam (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 28).

Afastados das duas correntes de estudos da Geografia Cultural e aproximados do conceito, Wagner e Mikesell afirmam que a Geografia Cultural não é passível de definição fácil nem para os que a praticam nem para os que a ensinam. Os autores afirmam que é mais “[...] uma curiosidade compartilhada e um conjunto de preferências do que um programa ou doutrina explícitos” (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 27).

Para os mesmos autores, todas as subdivisões da Geografia devem estar ligadas à Terra, e seus aspectos são importantes, principalmente os que são produzidos ou modificados pela ação do homem. Os estudos dos aspectos citados consideram a diferença entre as comunidades que os criaram/criam e se referem aos modos de vida como cultura (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 27).

A Geografia Cultural compara a distribuição variável das *áreas culturais* com a distribuição de outros aspectos da superfície da Terra, visando a identificar aspectos ambientais característicos de uma determinada cultura e, se possível, descobrir que papel a ação humana desempenha ou desempenhou na criação e manutenção de determinados aspectos geográficos (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 27-28).

Dessa forma, a Geografia Cultural caracteriza, distribui e apresenta os tipos de aspectos ambientais – em especial os feitos pelo homem – que concordam com cada comunidade cultural, considerando-os como paisagem cultural procurando origens na história da cultura. Assim, podem-se estudar os aspectos específicos em que as manipulações do homem com o meio estão envolvidas junto com as implicações para o bem-estar da comunidade (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 28).

Os autores afirmam ainda: “A cultura resulta da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos” (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 28). Ou seja, pessoas que parecem pensar e agir de uma mesma maneira fazem isso porque vivem, trabalham, conversam em um mesmo espaço, observam um mesmo

ambiente, atribuem significado aos mesmos objetos, participam de rituais iguais e têm um mesmo passado. Contrário a isso, as diferenças em pontos de vista e atividades refletem a ausência de símbolos e língua comuns. Dessa forma, a cultura origina-se igualmente em uma base geográfica; afinal, é imaginável que só ocorra diálogo compartilhado e regular entre pessoas que ocupam uma mesma área. A cultura começa a se espalhar quando os homens que fazem parte dela se deslocam, ou quando seu campo de comunicação e símbolos prevalece sobre os de outras culturas em territórios novos (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 28).

O geógrafo cultural não está preocupado em explicar o funcionamento interno da cultura nem em descrever completamente padrões de comportamento humano, [...] mas em avaliar o potencial técnico e comunidades humanas para usar e modificar seus habitats (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 31).

Segundo os autores, para realizar essa avaliação, a Geografia Cultural estuda a distribuição de culturas e de elementos da cultura no espaço e no tempo (WAGNER; MIKESELL, 2007). Um dos primeiros passos importantes na Geografia Cultural é a investigação sobre a distribuição – passada e presente – de características da cultura. Essas características são a base para o reconhecimento e a delimitação das áreas culturais definidas como territórios habitados por comunidades que têm culturas específicas.

Devido à relatividade e à flexibilidade do conceito de cultura e dos vários usos que lhe podem ser atribuídos, as populações do mundo nunca terão esquema único de regionalização, afirmam Wagner e Mikesell (2007). “A geografia adota a noção de ‘paisagem cultural’ como artifício para distinguir e classificar regiões culturais, mas isto requer também outras maneiras de estabelecer áreas culturais, mesmo para o estudo da própria paisagem cultural (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 34).

Portanto, o estudo da paisagem cultural serve a diversas e diferentes finalidades, pois proporciona uma base para a classificação regional e possibilita uma compreensão sobre o papel do homem nas transformações geográficas. Procura, ainda, diferenças em paisagens que possam ser atribuídas a diferenças de conduta humana, além de irregularidades de condições “naturais” causadas pelo homem (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 36).

Poucas paisagens culturais são inteiramente produtos de comunidades contemporâneas, pois a evolução de uma paisagem é um procedimento gradual, cumulativo, tem uma história na qual as etapas são importantes tanto para a paisagem atual quanto para as do passado (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 36).

É importante afirmar, ainda segundo os autores Wagner e Mikesell (2007), que qualquer presença da ação do homem na paisagem sugere uma cultura, demanda uma história e estabelece uma interpretação ecológica; afinal, a narrativa de qualquer população “[...] evoca a sua fixação numa paisagem, seus problemas ecológicos e concomitantes culturais; e o reconhecimento de uma cultura exige a descoberta de traços que a mesma deixou na superfície terrestre” (WAGNER; MIKESELL, 2007, p. 50).

A paisagem é vista a partir de um conceito inovador. É uma característica de todo o território e um elemento importante na qualidade de vida das pessoas. É necessário, então, reconhecer o valor paisagístico dos lugares, enfatizando sua gestão e proteção (LAGE, 2016).

A partir disso, avança-se sobre o conceito paisagem cultural e sobre os instrumentos e políticas públicas que trabalham com o conceito e com a preservação da paisagem. Deve-se levar em conta, para isso, a constante mutação das paisagens, identificando qual instrumento ou política será melhor para sua preservação. Afinal, parafraseando Bauman: “A paisagem está em mudança, ela faz parte do mundo ‘líquido’ que não conserva sua forma por muito tempo” (LAGE, 2016).

1.2 CONCEITOS, INSTRUMENTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM

Da mesma maneira que a noção de paisagem cultural foi aos poucos conceitualmente adicionada aos estudos da Geografia, conforme dito anteriormente, ganhou importância gradual no âmbito da preservação do patrimônio cultural. Desse modo, a categoria paisagem cultural abre um leque para várias e diferentes abordagens, seja em campos disciplinares distintos, seja em instrumentos de preservação de políticas públicas em esferas variadas.

As primeiras Cartas Patrimoniais surgiram de reuniões internacionais em que se discutiam, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, procedimentos de preservação e conservação de patrimônios material e imaterial.

Nas primeiras cartas – de Atenas, escrita em 1931, e de Paris, em 1962 – foi definido que a noção de patrimônio se restringiria ao edifício isolado (CURRY, 2000). Aos poucos, a proteção foi ampliada para os conjuntos de edifícios e sítios históricos, e termos como patrimônio cultural, imaterial e paisagem foram inseridos nas discussões de forma a ampliar e adequar os encontros de acordo com as necessidades da época.

De acordo com Curry (2000), em 1931, a Carta de Atenas inaugurou a propagação dos movimentos internacionais, a exemplo dos congressos da UNESCO, abrindo discussões sobre o tema da preservação. Isso diante do reconhecimento da necessidade de que os princípios que regem a preservação e a restauração fossem elaborados e formulados num plano internacional, cabendo a cada nação aplicá-los de acordo com suas peculiaridades (CURRY, 2000).

A Carta de Atenas aborda a paisagem a partir de um prisma diferente, pois apontava a preocupação com aspectos de visibilidade dos monumentos e de sua vizinhança, prossegue Curry (2000). Recomenda também o respeito à fisionomia da cidade, principalmente na vizinhança dos monumentos antigos. A preocupação desse documento está ligada à ambientação de um determinado bem cultural (CURRY, 2000).

A Recomendação de Paris, de 1962, foi a primeira a citar e inserir a necessidade de estudar e documentar as características da paisagem e dos sítios. Essa carta não limita a preservação apenas ao ambiente natural, mas também ao ambiente urbano, no qual a modificação do homem também apresente algum valor (CURRY, 2000). A mesma Carta menciona especificamente os imóveis passíveis de preservação situados em áreas ameaçadas pela especulação imobiliária e até por outros imóveis. Como medida de salvaguarda dessas paisagens, a Recomendação de Paris sugere restrições nos planos de urbanização e no planejamento urbano, a criação de zonas de paisagens quando forem muito extensas e demandarem cuidados específicos, entre outras restrições, segundo a mesma autora.

Essa Recomendação está relacionada com a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios. Portanto, para Curry (2000), ainda não há uma definição do que é paisagem, mas já se afirma que os estudos e as medidas que visam à proteção dos sítios e da paisagem devam ser ampliados em todo o território do Estado em questão. Cabe registrar ainda que essa foi a primeira vez que um documento internacional considerou os centros históricos como parte do meio ambiente, merecendo um planejamento territorial (CURRY, 2000)

A Recomendação de Nairóbi, de 1976, formulada na ocasião da 19.^a sessão da UNESCO, lança orientação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Esse documento define ambiência como “[...] o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 1976).

Essa carta exprime avanço para a época ao deliberar o que é conjunto histórico e ambiência e ao reconhecer que os dois devem ser pensados em conjunto. Porém, apesar desse reconhecimento, a ideia central da Recomendação permanece no conjunto histórico, tendo a ambiência abordada como seu complemento (RODRIGUES, 2015).

De 1986, a Carta de Washington também aborda a ideia de ambiência e, apesar de se referir especificamente a cidades históricas, afirma que devem ser preservadas as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem. É um exemplo de como o olhar da preservação se ampliou, ao se voltar para centros e bairros, que, além de conceito histórico também encerram valores próprios da civilização que nela habita. Dessa forma, segundo a Carta mencionada,

- [...] os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem, em particular:
- A forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento;
 - A relação entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes;
 - A forma e os aspectos das edificações (interior e exterior), tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
 - As relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem;
 - As diversas vocações da cidade adquiridas ao longo de sua história
- (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1986).

O documento prossegue afirmando que a autenticidade da cidade histórica seria comprometida por qualquer ameaça a esses valores acima mencionados.

Todos os documentos citados, em específico as Cartas Patrimoniais, são importantes para a valorização da paisagem, contudo, como aponta RIBEIRO (2007), contribuem para a visão dupla existente entre a paisagem e o bem.

Apesar de as Cartas Patrimoniais serem apenas recomendações para replicação nos países, já é consenso que nada garante que eles, de fato, adotarão essas recomendações. Em uma visão crítica, apesar da incerteza acerca da implementação das sugestões das Cartas, elas certamente contribuem para ajudar a fomentar a discussão sobre preservação do patrimônio cultural no mundo.

A diferença das abordagens citadas acima para a criação da categoria paisagem adotada pela UNESCO em 1992 reside na adoção dessa categoria como um bem e na valorização das relações que coexistem no local. É esse o ponto principal, que rompe com os documentos até então vigentes (RIBEIRO, 2007).

Como dito, a UNESCO adotou, em 1992, a paisagem cultural como categoria, para a inscrição de bens na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade, visando ao entendimento do debate que culminou com a formulação da categoria. Faz-se necessário apontar a trajetória evolutiva do conceito no âmbito das discussões e normativas dessa Organização.

Em 1972, a UNESCO aprovou a Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, estabelecendo a inscrição de bens como Patrimônio Mundial. De acordo com Araújo (2015), essa Convenção introduziu os primeiros esforços para que o patrimônio cultural e natural fosse conservado, diante das ameaças das transformações econômicas e sociais que ocorriam no mundo.

A partir disso, os bens poderiam ser inventariados e classificados para a inscrição de duas maneiras diferentes, partindo do valor atribuído a eles: patrimônio natural ou cultural. Segundo Casado (2010), a Convenção estabeleceu o dever competente aos estados membros, como a identificação e a preservação de possíveis sítios, de indicar os bens candidatos a inscrição como Patrimônio Mundial (CASADO, 2010).

Dessa forma e para melhor orientar os países na inscrição dos bens, foi estabelecida uma lista de critérios, dividida, a princípio, em critérios naturais e culturais. Assim, para obterem candidatura e inscrição, os bens deveriam atender pelo menos a um dos critérios adotados até 2005, mencionados abaixo:

- Critérios culturais: - representar uma obra-prima de gênero criativo humano; - ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais de planejamento urbano ou de paisagismo; - aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva, ou que tenha desaparecido; - ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade; - constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis; - estar associado diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional. (O Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais).
- Critérios naturais para a inscrição como Patrimônio Mundial: - ser exemplo excepcional representativo dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos; - ser exemplo excepcional que represente processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais; - conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais; - conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação (RIBEIRO, 2007).

Para Ribeiro (2007), é possível observar, desde o início, uma oposição entre as categorias cultural e natural, sendo isso um reflexo do pensamento que começava a se tornar ultrapassado. Segundo o autor, a divisão cultural/natural refletia a ideia de que quanto menos o homem interferisse em determinada área, melhor seria o atributo dela. O mesmo autor afirma ainda que, dessa forma, para muitos historiadores e arquitetos, os monumentos e estruturas eram tratados como fenômeno isolado, sem nenhuma preocupação com seu entorno. Isso era um reflexo da concepção originada de dois movimentos separados: o dos que se preocupavam com os sítios culturais e o dos que se preocupavam com a conservação da natureza (RIBEIRO, 2007).

Porém, com o passar do tempo, foi sendo observada, no discurso patrimonial organizado em documentos, a existência de bens que poderiam ser classificados nas duas categorias (natural e cultural). Diante disso, a UNESCO criou mais tarde a classificação de bens mistos. Essa categoria incluía os bens que tinham características tanto culturais quanto naturais, mas sem que a integração dos dois fosse ainda objeto de grande reconhecimento (RIBEIRO, 2007).

A discussão de paisagem cultural, assim como da relação entre as características culturais e naturais, começou de modo efetivo na década de 1980, a partir de abordagens que buscavam uma “visão integradora entre o homem e a natureza” (RIBEIRO, 2007).

Costa e Gastal (2010) afirmam que o movimento crescente de preocupação com o meio ambiente, com o desenvolvimento sustentável e com a consciência ambientalista provocou a valorização da integração entre o homem e a natureza. Essas discussões levaram a UNESCO a incluir, em 1992, a categoria paisagem cultural para inscrição na lista de Patrimônio Mundial da Humanidade, como o “[...] primeiro instrumento legal a reconhecer e proteger paisagens culturais, ao consagrar-lhe como um bem patrimonial independente” (COSTA; GASTAL, 2010).

A partir dessa data, adotou-se a paisagem como um bem, valorizando-se “[...] todas as inter-relações que ali coexistem” (RIBEIRO, 2007). Isso representava uma ruptura com os modelos anteriores, concluiu o autor.

Desse modo, em 1992, especialistas se reuniram na França para discutir como a paisagem cultural poderia ser inserida na lista de Patrimônio Mundial. Segundo Ribeiro (2007), esse encontro tinha como objetivo o estabelecimento dos critérios necessários para a inclusão da paisagem cultural na Lista de Patrimônio Mundial e de recomendações para as candidaturas. O encontro contou com a participação de especialistas de oito países diferentes, ligados ao tema da paisagem cultural e a outros campos científicos (Arqueologia, História, Ecologia da Paisagem, Geografia, Arquitetura da Paisagem e Planejamento). Como conclusão desse processo, foram recomendadas algumas mudanças na lista de critérios culturais já existentes de forma que acomodassem a categoria nova: paisagens culturais (RIBEIRO, 2007).

O Manual de Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, disponibilizado pela UNESCO em versão traduzida e atualizada em 2012 por Cíntia Pereira de Sousa, define, em relação a paisagens culturais:

Ilustram a evolução da sociedade e dos povoamentos ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas e externas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 2012).

Ainda segundo o Manual de Orientações Técnicas, as paisagens culturais devem ser selecionadas pela representatividade em termos de região geocultural definida, pelo valor universal e pela capacidade de ilustrar elementos culturais essenciais e diversos da região. Por fim, estabeleceu-se uma distinção entre alguns tipos de paisagens culturais que foram adotados pela Convenção e criaram-se três categorias diferentes de paisagens que poderiam ser inscritas como Patrimônio Mundial. São elas:

- i. A mais fácil de identificar é a paisagem claramente definida, **intencionalmente concebida e criada pelo homem** [...].
- ii. A segunda categoria é **a paisagem essencialmente evolutiva**. [...] Subdivide-se em duas categorias:
 - uma paisagem relíquia (ou fóssil) é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis;
 - uma paisagem viva é uma paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.
- iii. A última categoria compreende **a paisagem cultural associativa** (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 2012).

Ribeiro (2007) exemplifica cada uma dessas três categorias. Segundo ele, paisagens claramente definidas referem-se a paisagens criadas e desenhadas intencionalmente (incluindo jardins e parques construídos). Exemplos de Patrimônios reconhecidos que se encaixam nesse item são: Sintra – Portugal, Lednice-Valtice – República Checa. Observa-se que os principais valores identificados nesses sítios estão enraizados em seu planejamento, constituído de paisagens trabalhadas que refletem respostas culturais ao ambiente (RIBEIRO, 2007).

O item que se refere à “paisagem evoluída organicamente” é resultado de uma imposição social, econômica, administrativa e/ou religiosa e se desenvolve por meio da junção com o meio natural e em resposta a esse meio. A subdivisão desse item

em “paisagem relíquia ou fóssil” caracteriza-se na paisagem cujos aspectos ainda são visíveis, embora o processo de construção tenha terminado já há algum tempo passado. A outra subdivisão do item é a “paisagem contínua”, que representa aquela que tem um papel ativo e importante na sociedade contemporânea, associada a formas de vida tradicionais, cujos processos evolutivos ainda estão em desenvolvimento. Exemplos: os terraços de arroz nas Cordilheiras Filipinas e a paisagem cultural de Hallstatt-Dachstein Salzkammergut na Áustria (RIBEIRO, 2007).

A última categoria estabelecida – “paisagem cultural associativa” – trata das paisagens cujo valor decorre das associações feitas sobre elas, sem haver manifestações materiais da intervenção do homem. Segundo Ribeiro (2007), a justificativa para a inclusão desse item advém das associações religiosas, artísticas ou culturais com o elemento natural.

A mesma decisão que incluiu a categoria paisagem cultural na lista de Patrimônio Mundial retirou dois itens da lista de critérios para a definição das características naturais. O autor Rafael Ribeiro (2007) aponta esses itens: “[...] a interação entre o homem e seu ambiente natural” e as “[...] combinações excepcionais de elementos naturais e culturais”. Com essa mudança, os critérios naturais ou culturais usados para a inscrição do bem como Patrimônio Mundial não se referem à interação entre o homem e seu ambiente, ficando a cargo da paisagem cultural essa perspectiva (RIBEIRO, 2007).

Na ocasião do 30.º aniversário da Convenção do Patrimônio Mundial, foi feita uma revisão sobre o trabalho na ótica de paisagem cultural, mostrando a importância da categoria por abrir caminhos para o reconhecimento de estruturas ligadas a comunidades tradicionais marginalizadas historicamente. Foram analisados os trinta sítios inscritos na categoria paisagem cultural do Patrimônio Mundial até 2002. Desses trinta sítios, 65% estão localizados na Europa, 35% no resto do mundo. Dez dos trinta sítios já eram reconhecidos como parques nacionais, e as paisagens culturais inscritas são caracterizadas do ponto de vista geográfico, topográfico e funcional (montanhas, águas, áreas agrícolas, assentamentos habitados), ou do ponto de vista intelectual (história, cultura, tradição, religião) (RIBEIRO, 2007).

Uma última mudança ocorreu na lista de critérios para a candidatura a Patrimônio Mundial. Em 2005, fez-se uma revisão nas Orientações para guiar a implementação

da Convenção do Patrimônio Mundial, que buscou acabar com a separação entre cultural e natural, transformando os seis critérios culturais e os quatro naturais em dez critérios inscritos em uma única lista (RIBEIRO, 2007). Esta última evolução ilustra mais uma vez a importância de se lidar com as características naturais, culturais, materiais e imateriais de modo interligado tanto nas discussões do conceito quanto nos instrumentos de políticas de preservação (RIBEIRO, 2007).

Ainda no contexto internacional, em 2000 foi assinada, em Florença, a Convenção Europeia da Paisagem (CEP) que estabelece “[...] um novo instrumento dedicado exclusivamente à protecção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias” (CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, 2000). Ela é fruto de reflexões antigas e “[...] aparece no contexto da Unificação da Europa, na tentativa de estabelecer políticas comuns, mas também de que o conceito seja entendido de uma maneira mais unívoca” (RIBEIRO, 2007, p. 55).

A criação da CEP afirma o reconhecimento da importância do planejamento urbano na conservação da paisagem feito pela União Europeia (UE), que leva em conta a realidade de cada paisagem aliada às condições ambientais e ao funcionamento dos ecossistemas, integrando o planejamento territorial à política ambiental (LAGE, 2016).

A CEP conceitua “paisagem” como “[...] uma parte do território tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos” (CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, 2000) e reconhece que a paisagem é um elemento importante para a qualidade de vida das populações, uma vez que colabora para a formação de culturas locais, representando um elemento fundamental do Patrimônio Cultural e natural europeu e contribuindo para o bem-estar humano e para a identidade europeia (CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, 2000).

É importante mencionar que a CEP discute o território como paisagem “[...] uma vez que cada território se manifesta na especificidade de sua paisagem, integrando as dimensões ecológica, socioeconômica, histórico-cultural e estética” (LAGE, 2016).

Para determinar as qualidades de determinada paisagem, a Convenção estabelece que as autoridades públicas competentes pesquisem e reformulem as necessidades

da população em relação às características paisagísticas do espaço em que vivem, e incentivem, também, a participação da população interessada no processo de atribuição de valor e de identificação das ações modificadoras da paisagem, opinando na sua gestão ou ordenação (LAGE, 2016).

Uma das diferenças entre a perspectiva da CEP e a da UNESCO é a escala. Afinal, uma tem caráter regional, enquanto a outra (categoria da UNESCO) tem caráter mundial. Um ponto em que também se nota diferença entre as duas perspectivas é relativo ao objetivo, já que a Convenção Europeia não tem como objetivo principal desenhar uma lista de paisagens de valor universal excepcional, mas, sim, introduzir regras de gerenciamento, proteção e planejamento de todas as paisagens, estabelecendo um componente essencial na gestão do território (RIBEIRO, 2007, p. 52).

Outra diferença entre o que estabelece a Convenção Europeia e a categoria paisagem cultural da UNESCO é que a CEP não se refere apenas a áreas com paisagens memoráveis, mas a todas as paisagens, incluindo as arruinadas e ordinárias, independente do valor excepcional. Todas as paisagens são identificadas como cruciais para a qualidade do ambiente das pessoas e merecem ser incluídas nas políticas relativas a essa questão (RIBEIRO, 2007, p. 52).

Destaque-se ainda que a CEP não distingue entre o natural e o cultural nas paisagens. Ela considera tudo como paisagem e estimula a colaboração dos cidadãos nas deliberações sobre as políticas das paisagens nas quais vivem (RIBEIRO, 2007, p. 52).

Sobre a gestão dessa paisagem, a CEP defende que

[...] pode ser modificada (diferente do modelo da UNESCO que exige a integridade da paisagem como um critério para a sua nomeação), desde que se mantenha dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, é permitida a ação e interação de fatores naturais e humanos, fazendo com que a dinâmica da paisagem continue acontecendo (FERNANDES, 2014).

Além disso, é importante destacar que a CEP propõe uma gestão compartilhada, destacando o papel ativo da população no que diz respeito à atribuição do valor das paisagens. Esse é um ponto importante no processo, pois as decisões sobre a

gestão e proteção das paisagens afeta diretamente quem vive nelas (FERNANDES, 2014).

Os ideais da CEP estão ligados aos princípios do desenvolvimento sustentável; a intenção é garantir a fruição das paisagens pelas populações atuais e futuras, além de permitir o desenvolvimento dos meios de produção (RIBEIRO, 2007, p. 54).

Dessa forma, a Convenção trabalha com a proteção, a gestão e o gerenciamento das paisagens e reconhece que, para o equilíbrio justo entre proteção e desenvolvimento, é necessário entender que não se devem congelar as paisagens. Afinal, elas estão em constante mutação tanto por efeitos naturais como por efeitos antrópicos. O objetivo da CEP é acompanhar as mudanças que, eventualmente, irão acontecer, garantindo a preservação e o enriquecimento da diversidade e da qualidade (RIBEIRO, 2007, p. 55).

No que diz respeito ao reconhecimento legal da paisagem como um instrumento essencial da gestão do território proposto pela CEP, Ribeiro argumenta:

O território é um documento em perpétua transformação, onde encontramos alguns traços, mas não todos, que as diferentes épocas deixaram e que se misturam aos traços que o presente deixa à sua volta e que o modifica continuamente, de maneira contrária a uma simples estratificação (RIBEIRO, 2007, p. 58).

A Convenção Europeia discorre que a paisagem é percebida pela comunidade local, por isso valoriza o modo como as populações a “[...] enxergam e se enxergam dentro da mesma a sua relação de pertencimento com o local” (FERNANDES, 2014).

Propõe-se, nos moldes da CEP, o reconhecimento legal da paisagem como uma expressão da diversidade do patrimônio cultural e natural de determinado território e como um componente essencial dele. Propõe-se também a integração da paisagem em diferentes políticas, promovendo sensibilização, educação e treinamento, identificação e avaliação (ANTROP, 2008, apud LAGE, 2016).

Portanto, pode-se afirmar que a CEP parte de uma definição mais ampla, colocando a paisagem como parte do planejamento territorial, podendo ser um instrumento importante para entendê-la como um todo. Avança os limites das discussões e dos instrumentos de preservação patrimonial existentes, principalmente no Brasil, que

veem a preservação da paisagem como um entrave ao desenvolvimento. Devido a essa visão mais limitante, no Brasil, a preservação do patrimônio cultural e da paisagem fica de fora das dinâmicas e políticas de planejamento (LAGE, 2016, p. 1).

Por fim, outro ponto importante da CEP é a afirmação de que a paisagem não pode ser entendida de forma fragmentada, mas, sim, como um conjunto que se complementa. A autora afirma que esta é uma dificuldade encontrada ao se trabalhar com as paisagens: entender as relações existentes (LAGE, 2016).

A discussão sobre o tema reverberou nas políticas de proteção ao patrimônio no Brasil. Em 2009, 17 anos depois que a UNESCO estabeleceu a paisagem cultural como categoria, o IPHAN publicou a Portaria nº 127, que instituiu a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, adotando uma nova abordagem sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro, buscando ressaltar os aspectos dinâmicos que figuram sobre a natureza e a cultura (manifestações materiais e imateriais), instituindo um novo capítulo no campo da preservação do patrimônio cultural, que coloca fim às polaridades existentes de segregação entre material e imaterial, cultural e natural. Nos termos de Vasconcellos (2012): “As relações entre o construído e o natural passaram a ser vistas como uma unidade indissociável dotada de valor cultural”.

A chancela surge com a justificativa de que a globalização cultural, a expansão urbana, a massificação das paisagens rurais e urbanas podem provocar dificuldades na preservação dos modos de vida tradicionais. Alia-se ao surgimento da chancela a necessidade de criar ações tanto administrativas quanto institucionais de preservação de contextos culturais complexos (VASCONCELOS, 2012).

O Art. 1.º da referida Portaria define paisagem cultural como “[...] uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2009). Para o sucesso da aplicabilidade da chancela, Weissheimer (2012) afirma a necessidade do estabelecimento de um pacto de gestão compartilhada, que envolva o Poder Público nas três instâncias, a sociedade civil e a iniciativa privada, em razão do qual a preservação da paisagem é consequência das ações e compromissos firmados.

O pacto acima referido dá origem ao Plano de Gestão, no qual as ações são voltadas à preservação dos valores que facultaram a concessão da chancela a determinada paisagem. Se algum integrante não cumprir as determinações do pacto ou se as características de determinada paisagem se perderem ou degradarem, o IPHAN tem a autonomia de cancelar a chancela (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2009).

As ações propostas no Plano de Gestão e seus resultados vão variar de acordo com cada lugar. Afinal, cada contexto apresenta fatores específicos a serem considerados (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2009). Nota-se, nesse ponto, uma lacuna no instrumento, já que não há um modelo de pacto que possa ser usado em todas as paisagens chanceladas. Por um lado, há a vantagem de enriquecer e especificar cada trabalho de chancela, por outro, esse trabalho aumenta a demanda por técnicos e profissionais da área (VASCONCELOS, 2012).

O pacto de gestão surge para que a chancela não seja uma mera declaração ou título; tem como objetivo a criação de um plano de ação de curto, médio e longo prazo, buscando convivência harmoniosa com as transformações do espaço. Vale lembrar que, para a criação de um pacto efetivo, é necessário ter clareza dos atributos de determinado local, das qualidades e dinâmicas que o particularizam (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011).

É importante mencionar que o pacto entre iniciativa privada, Poder Público e sociedade civil constitui apenas uma possibilidade, e não uma obrigação. Cada território apresenta uma realidade diferente, podendo ocorrer pactos somente entre Poder Público e sociedade ou entre iniciativa privada e sociedade, desde que esse acordo garanta a preservação da paisagem cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011).

Esse acordo de gestão, nos termos do IPHAN, nunca deve dispensar a participação do Poder Público Municipal, considerando-se que a gestão do patrimônio cultural é da competência do município. O Plano Diretor pode ser entendido como pacto desde que contemple as medidas necessárias para a preservação da paisagem cultural específica. Para o estabelecimento desse ajuste, faz-se necessário ter clareza das medidas e ações que serão acordadas, sem que se deseje resolver todos os

problemas de determinado território. É necessário, portanto, que se priorizem as ações e linhas de atuação (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011).

Destaca-se outro ponto de fragilidade da chancela: por um lado, a “descentralização” de “poder” dos órgãos federais sobre o patrimônio é um ponto positivo e atual, ao horizontalizar as atribuições, colocando a responsabilidade de preservar determinado bem cultural para cada ator envolvido no pacto e atribuindo a responsabilidade de preservar a outras pessoas, inserindo-as no circuito; por outro lado, algumas das diferentes áreas que envolvem a atuação de parcelas da comunidade podem não ter relação direta com a questão do patrimônio, distanciando assim as atribuições do produto final, o que resulta em um pacto frágil e fácil de ser quebrado.

No ano da publicação da Portaria nº 127, o IPHAN também divulgou uma cartilha para melhor entendimento do instrumento e dos conceitos adotados. Essa cartilha explica que a chancela é uma espécie de “selo de qualidade”, um instrumento que reconhece o valor cultural de uma porção específica do território nacional, onde a interação entre o homem e o território acontece simultaneamente. Ainda na cartilha, o IPHAN sugere a criação de museus, casas de cultura e/ou centros de interpretações como ações possíveis de acontecer em virtude da chancela.

Com esse novo método proposto, não basta a aplicação de apenas um instrumento de preservação (tombamento ou inventário, por exemplo), mas, sim, de um conjunto de instrumentos, juntamente com o plano de ação, que preserve os patrimônios imateriais, materiais e a relação existente entre o homem e a natureza local.

Outra publicação do IPHAN, de 2011, “Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira”, conceitua “território cultural” como

[...] uma porção territorial ampla, definida por um recorte político e/ou geográfico pré-estabelecido [...] a partir do qual é possível, através de um mapeamento, identificar as diversas manifestações do patrimônio cultural, tangível ou intangível, compondo uma espécie de raio-x da região. Os territórios culturais são caracterizados pela multiplicidade e também pela densidade das ocorrências culturais – arqueológicas, arquitetônicas, paisagísticas, artísticas, simbólicas... – compondo-se como um verdadeiro mosaico do patrimônio cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011, p. 19).

Por ser um instrumento recente, não há nele uma lista dos bens chancelados no Brasil, mas vários lugares estão em processo de estudo. Um exemplo é o Pantanal Mato-Grossense, listado pela UNESCO como Patrimônio Nacional, no qual ocorre a convivência equilibrada e harmoniosa entre o homem e a natureza. As regiões de imigração do sul do País, a paisagem do patrimônio naval formado pelos pescadores, o Rio São Francisco e o Vale do Ribeira, também são exemplos de lugares que estão em processo de estudo para receberem a chancela (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2009).

Cabe mencionar que a cartilha fala da garantia que tem todo cidadão brasileiro de poder solicitar o reconhecimento de qualquer parte do território nacional como paisagem cultural brasileira. Após o pedido, abre-se um processo administrativo que analisa a proposta e emite um parecer. Se aceita, a proposta é julgada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011). Desse modo, para que se inicie um processo de chancela no IPHAN, é necessário, antes de tudo, definir o recorte territorial que será trabalhado e, logo após, a abordagem que será dada ao recorte, qualificando-o dentro do adjetivo “peculiar” – o que possibilita a tal território receber a chancela. Para o IPHAN, esse processo é necessário para que não ocorram generalismos, situação que passa a considerar tudo como paisagem cultural. Vale lembrar que os outros instrumentos usados pelo IPHAN – registro e tombamento – também requerem que o bem seja excepcional e singular (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011).

Prosseguindo com o exposto pelo IPHAN, uma porção específica do território pode ser peculiar devido a suas características excepcionais, exemplares ou singulares, que implicam intervenções materiais ou outras, indiretas, baseadas em relações simbólicas e afetivas firmadas entre o homem e o meio ambiente (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011). Ou seja, o mais importante para se começar a estudar determinado recorte territorial com vistas à chancela é, além da definição exata do recorte, a abordagem que se pretende usar para qualificar o local como peculiar, ao compará-lo com o restante do território nacional (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011).

Após a definição do recorte e da abordagem, deve-se ter em vista quais medidas deverão ser tomadas pelos agentes que atuam na área, para que as características peculiares da paisagem, que justificam a chancela, possam ser asseguradas. Nessa etapa é que o Pacto de Gestão Compartilhada acontece (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011).

Vale lembrar e destacar que a chancela não é um instrumento de proteção semelhante ao tombamento. Com a chancela, diferentemente do tombamento de um bem, não há restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam a transformação do território. Em muitos casos, a chancela deve ser acompanhada de processo de tombamento ou registro, ou mesmo outras formas de proteção, incluindo mecanismos de proteção ambiental ou planejamento urbano (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011).

Diante o exposto, pode-se afirmar que é preciso cuidado ao se trabalhar com a chancela e com as demais normas ou documentos atuais que citam conceitos amplos de paisagem cultural ou patrimônio ambiental, pois, tal como alertado, são termos que podem remeter ao generalismo, tornando os instrumentos ineficazes.

A cartilha Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, publicada pelo IPHAN em 2011, afirma ainda: “Nos sítios onde são constatadas as singularidades materiais de determinada área, somadas à sua relação intrínseca com a natureza e ao caráter dinâmico no convívio com o elemento humano, aí então caberá a chancela da Paisagem Cultural” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011).

Desse modo, a chancela tem um caráter complementar, de modo que as manifestações culturais, materiais ou imateriais não se separam do contexto natural ou geográfico, “[...] podendo estar ou não associada à aplicação do tombamento, do registro ou ainda do cadastro do patrimônio arqueológico” (WEISSHEIMER, 2012). Esse fato a diferencia de outros instrumentos existentes, como o tombamento (quando os fatores materiais forem principais), ou o registro (quando as manifestações imateriais se destacarem mais do que os elementos materiais). Portanto, tal como dito, é necessário definir o recorte territorial, a abordagem que será aplicada e o pacto entre os órgãos envolvidos no local a ser cancelado, de forma a traçar planos que preservem e considerem o caráter dinâmico da cultura e a

convivência harmoniosa com as transformações de cunho econômico, social ou sustentável, valorizando a essência responsável pela preservação (WEISSHEIMER, 2012).

A maior novidade da chancela reside na possibilidade de se trabalhar de forma integrada com manifestações culturais materiais e imateriais a partir de sua correlação com o espaço territorial. Entretanto, para Vasconcelos, não há receita definida de como será a aplicação da chancela e dos pactos. Afinal, cada realidade é diferente e apresenta suas próprias peculiaridades (VASCONCELOS, 2012). Segundo a mesma autora, é certo que as paisagens têm elementos culturais, mas a decisão sobre qual elemento cultural e natural é digno de ser preservado a partir de políticas públicas é uma questão ainda em aberto, pois, “[...] apesar de toda paisagem ser cultural, só algumas delas merecem ser patrimonializadas” (VASCONCELOS, 2012). É nesse sentido que o termo “peculiar” pode ser adotado, conforme a Portaria.

Baseada nos estudos e nas publicações do IPHAN sobre a aplicabilidade da chancela, Vasconcelos (2012) considera que ela estimula o turismo, a manifestação das culturas tradicionais locais e pode contribuir para a preservação da biodiversidade e dos modos de vida tradicionais.

Entretanto, prosseguindo com a mesma autora, observa-se que existem mais questões inibidoras do que pontos positivos quando o assunto é relativo a chancela. Corre-se o risco de se confrontar com a falta de interesse da população bem como com a pouca familiaridade dos técnicos envolvidos com o conceito/instrumento. A ausência de exposição de documentos necessários para a solicitação da chancela e de conteúdo específico a ser abordado dentro do plano de gestão também é outro ponto inibidor apontado por Capute, Pereira, Costa e Gastal, citados por Vasconcelos (2012). A autora ainda afirma que a chancela apresenta lacunas que podem comprometer a eficácia do instrumento e causar insegurança em relação à legitimidade do processo. Mas a perspectiva se apresenta boa para Vasconcelos (2012); no momento em que a chancela for incorporada às pesquisas e às políticas públicas, essas dúvidas e lacunas poderão ser sanadas.

Como já dito na seção 1.1, a paisagem tem facetas de caráter subjetivo, portanto, necessita do observador, que, a partir de seu olhar, apreende o espaço à sua volta e

lhe atribui significados. Dessa forma, as paisagens culturais “[...] passam por um processo de atribuição de valor e significado” (VASCONCELOS, 2012). O desafio reside em selecionar qual paisagem tem atributos e significados que a façam merecedora de chancela. A chancela se caracteriza, sobretudo, como um incentivo à participação da população local e de órgãos governamentais na gestão do território citado (VASCONCELOS, 2012).

Como vimos, a categoria paisagem cultural proposta pela UNESCO aponta na direção de paisagens mundiais de caráter excepcional, propõe a não modificação das paisagens reconhecidas e também uma gestão compartilhada em relação a elas.

A Convenção Europeia, de abrangência regional, entende que a preservação da paisagem deve ser inserida nos instrumentos de gestão do território, não faz distinção de excepcionalidade e procura o envolvimento da população que vive as dinâmicas desse espaço para a definição de políticas de gestão e proteção.

Em nível nacional, a Chancela da Paisagem Cultural ainda caminha às margens de discussões e protótipos de projetos de chancela, não havendo nenhum projeto oficializado pelo órgão responsável, o IPHAN.

Lage (2016) afirma que a categorização nos diversos campos do conhecimento reduz o conceito paisagem cultural. Essa redução se dá quando a atenção dada aos elementos que constituem a paisagem se limita a categorias específicas e a leis generalistas, oferecendo o risco de se tornarem apenas uma categoria no campo da preservação do patrimônio cultural, no qual a metodologia, cujo objetivo é explicar a paisagem, a reduz, a ponto de não permitir o entendimento de sua essência, que é complexa e subjetiva e está intrinsecamente ligada a várias outras questões.

Há ainda a redução do conceito, quando esquecemos que o ponto central da gestão da paisagem é exatamente a articulação entre os elementos materiais e imateriais que nela estão inseridos. Com a inserção do conceito paisagem cultural dentro da gestão territorial, o termo foi ampliado ao propor, em uma gestão conjunta, todos os atores responsáveis pela construção e transformação da paisagem ao longo do tempo (LAGE, 2016).

Vale lembrar que a base do conceito paisagem cultural remete a um pedaço do território, em que o homem transformou ou transforma a natureza de acordo com a apropriação do espaço, incluindo elementos de caráter imaterial associados ao território. Dessa forma, a partir dessa visão de paisagem cultural, propõe-se enfoque em território específico, a saber, na materialidade da Vila de Itaúnas.

1.3 SOBRE O CONCEITO DE LUGAR

O conceito de lugar foi utilizado pelos geógrafos durante muito tempo para expressar o sentido locacional de um determinado sítio. Por causa dessa definição, “lugar” foi afastado para um plano secundário em relação a outros conceitos, como paisagem, território e espaço. No entanto, hoje, o conceito de lugar é considerado fundamental no estudo da Geografia (HOLZER, 2003, p. 113).

Segundo Holzer (2003), a trajetória do conceito de lugar se iniciou na década de 1920, tornando-se mais dinâmica e importante na década de 1960. “[...] na opinião de muitos geógrafos, cada vez mais compete à geografia o desafio de promover a interpretação dos fenômenos através de uma renovada análise espacial” (CABRAL, 2007, p. 143).

A evolução do conceito de lugar está associada ao caminho da Geografia Humana através de duas principais divisões: a Geografia Humanista e a Geografia Radical (FERREIRA, 2000, apud CABRAL, 2007, p. 148).

Do ponto de vista humanista, uma perspectiva mais interessada na subjetividade das relações entre o homem e o ambiente, a definição de lugar como base fundamental para a existência humana era uma preocupação (HOLZER, 2003).

Os geógrafos humanistas afirmam que o lugar possibilita focar experiências e intenções do homem no espaço em torno das ações. Afirmam ainda que a essência do lugar é ser um centro onde são experimentados o viver e o habitar, o trabalho e o lazer, o uso e o consumo, por exemplo (CABRAL, 2007, p. 148).

Já os geógrafos da linha radical qualificam o lugar como uma construção que cumpre determinadas funções. Como afirma Santos (1999), citado por Cabral

(2007), o lugar é uma funcionalização do mundo através de suas formas materiais e não materiais. Santos continua afirmando que, em qualquer momento da história, “[...] o mundo se define como um conjunto de possibilidades, e cada lugar se diferencia por realizar apenas um feixe daquelas possibilidades existentes” (SANTOS, 1999, apud CABRAL). Sobre a relação local-global, o mesmo autor afirma ainda que a ordem global procura impor uma racionalidade única, mas cada lugar responde de acordo com a sua própria racionalidade (SANTOS, 1999, apud CABRAL, 2007, p. 149).

O conceito de lugar foi usado inicialmente por Sauer e La Blache e estava associado à ideia de região. Entretanto, na época, o conceito não foi aprofundado nas discussões. Foi a partir de 1970 que a Geografia Humanista recuperou o conceito e o associou à base filosófica da Fenomenologia e do Existencialismo, transformando-o em um dos conceitos-chave (HOLZER, 1992, 1997, 1999; DUNCAN, 1994). Na década seguinte, o interesse com relação ao lugar suplantou os limites da Geografia Humanista e começou a interessar aos geógrafos econômicos que procuraram entender lugar como uma singularidade demonstrada no contexto dos processos gerais (DUNCAN, 1994, apud FERREIRA, 2000, p. 65).

Tuan (1983), citado por Ferreira (2000), também pesquisou o termo lugar e alega que os lugares, do mesmo modo que os objetos, são núcleos de valor, portanto podem ser apreendidos por meio de uma experiência total que engloba relações íntimas (próprias do residente) e relações externas (próprias do turista). Desse modo, o lugar torna-se realidade a partir da nossa familiaridade com o espaço, não precisando ser definido através de uma imagem precisa e limitada. Assim, Tuan complementa que o espaço se transforma em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor, atribuindo-lhe definição e significado. Portanto, ainda segundo o autor, lugar e espaço são conceitos diferentes (TUAN, 1983, apud FERREIRA, 2000, p. 67). Essas considerações levam a concluir-se que a população de Itaúnas, desde a antiga ocupação, faz com que o lugar seja valorizado e dotado de significados, simbolismos e memórias.

Como já dito, tanto a Geografia Humanista quanto a Geografia Radical apropriaram-se de lugar como um de seus conceitos-chave, oscilando entre definições conflitantes (FERREIRA, 2000, p. 76).

As novas concepções de lugar procuram entendê-lo como um estruturante das questões importantes para a apreensão da vida humana e de sua relação com o ambiente, que está cada vez mais fragmentado e globalizado. Assim, é imposta uma realidade nova segundo a qual as tecnologias de informação potencializam tanto a globalização dos processos quanto a concentração de elementos com significados comuns. Portanto, o conceito de lugar é apropriado por geógrafos em busca de uma apreensão profunda e das várias facetas da realidade atual (FERREIRA, 2000, p. 76).

Ferreira afirma que a compreensão do conceito de lugar se dá paralelamente à de conceitos como globalização, simbolismo, progresso, subjetividade, interconectividade, entre outros. Continua afirmando que compreender o lugar é compreender uma relação imaginável entre assuntos econômicos e políticos e enredos de significações e vivências que estão expressas localmente, sem perder de vista as relações globais ou as relações espaciais determinadas pelo mundo em transformação (FERREIRA, 2000, p. 81).

O mesmo autor diz que é a essência que está em contínuo movimento, a capacidade de responder a estímulos internos e externos com velocidades diversas, a qualidade de permanência material, afetiva ou simbólica associada à permeabilidade dos processos internos e externos influenciadores da modificação material, simbólica ou afetiva do lugar, que faz com que o lugar seja um desafio permanente para a compreensão do mundo (FERREIRA, 2000, p. 81).

Segundo Tuan, todo lugar tem identidade mediante as várias dimensões espaciais, como, por exemplo, localização, direção, orientação, território, espaço, relação (TUAN, 1983, apud OLIVEIRA, 2012, p. 12). O autor continua afirmando que o lugar encerra vários significados, organizados em um tempo estático e outro dinâmico, transformando-se em caminhos que se tornam lugares significativos (OLIVEIRA, 2012, p. 12).

Desde o início da Geografia Humanista, o lugar sempre foi a essência da ciência geográfica e, refletir sobre ele, é refletir seu sentido na Geografia (OLIVEIRA, 2012, p. 12). A autora continua afirmando que as dimensões do lugar são, na realidade, o sentido que se atribui a este ou àquele (o meu, o seu, o nosso). Essas proporções

são ponderadas em termos geográficos a partir da experiência do habitar, das transformações, do falar e dos ritmos (OLIVEIRA, 2012, p. 15).

Estudos recentes procuram um ponto de aproximação quando combinam o lugar (como campo de articulação dos pontos decisivos para o homem) com um ambiente fragmentado e globalizado (CABRAL, 2007, p. 149).

Segundo Ferreira, o conceito de lugar foi considerado, por muito tempo, como um dos mais problemáticos da Geografia e, recentemente, é uma das chaves para a compreensão do mundo contemporâneo (FERREIRA, 2000, p. 65). O autor prossegue afirmando que o lugar se apresenta como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de entendimento do mundo que se une e se fragmenta em velocidades cada vez mais rápidas (FERREIRA, 2000, p. 65).

Portanto, conhecer um lugar é desenvolver um sentimento de topofilia. Se o local é natural ou construído, não importa, pois a pessoa se liga ao lugar quando este adquire um significado mais profundo ou íntimo. “Os lugares íntimos, como nossos lares, são mais aconchegantes no inverno, nos dias chuvosos, nos momentos de doenças ou de festividades” (OLIVEIRA, 2012, p. 12).

Assim, topofilia é “[...] definida como o elo de afeição que une as pessoas aos lugares” (HOLZER, 2003, p. 116). Além disso, estuda os propósitos e as características comuns da percepção, aborda os mundos particulares a partir das preferências e diferenças de cada um, pesquisa as apreensões comuns a partir da cultura e dos costumes ambientais, e, por fim, estuda a cidade como composição desses campos. Afinal, o espaço humanizado seria a concretização dos costumes passados e atuais no ambiente (HOLZER, 2003, p. 117).

Diante dos conceitos de lugar e topofilia e da observação da relação dos moradores e turistas com a Vila de Itaúnas, uma relação de atribuição de valores, de pertencimento e de cuidado que se reflete nas dinâmicas e no cotidiano local, afirma-se, neste trabalho, que as contribuições da Geografia para a pesquisa foram importantes para a compreensão do conceito e o entendimento das relações existentes no lugar.

2. VILA DE ITAÚNAS ALÉM DOS MITOS

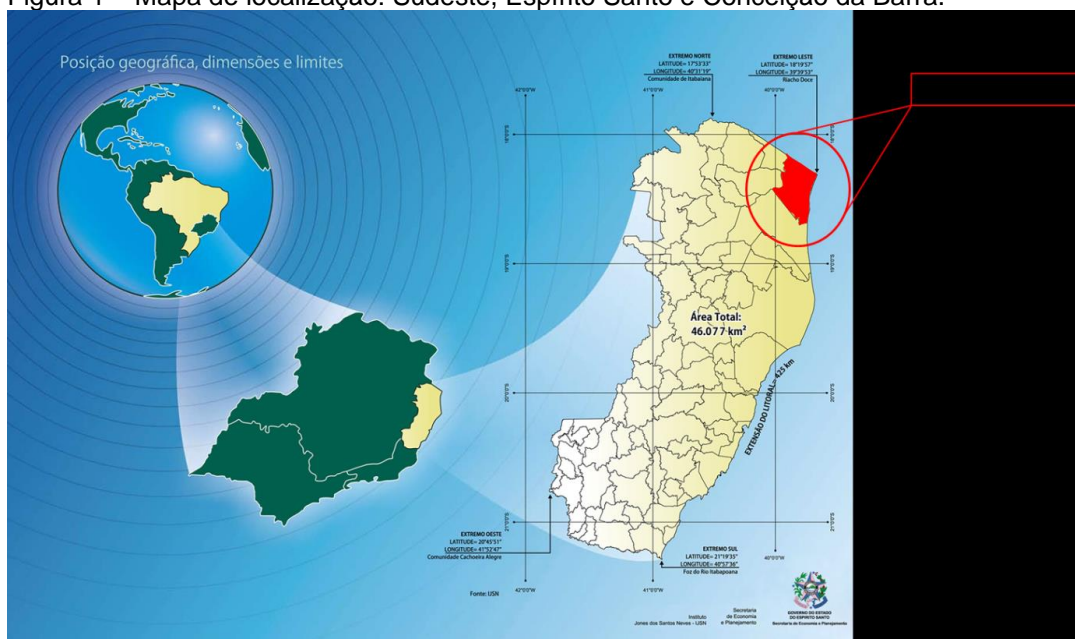
Este capítulo procura apresentar os processos históricos ocorridos em Itaúnas bem como expor as mudanças geradas por esses mesmos processos. Além dos mitos, vem trazer ainda as dinâmicas existentes desde o período de ocupação da Vila por índios, negros e brancos e as consequências dessa ocupação até os dias atuais; a lógica capitalista que coexiste com a implantação do forró e do turismo de massa; os processos e atividades econômicas e seus efeitos sobre o território e sobre os modos de vida da população; o processo de criação do Parque Estadual de Itaúnas (PEI) e as contradições entre preservar e garantir a subsistência, citando alguns dos aspectos mais relevantes. Traz, ainda, as explicações científicas e míticas do processo de soterramento e sua inserção na memória da população.

Devido à história envolta de misticismo e lendas do processo de soterramento e construção da nova Vila, Itaúnas muitas vezes se esconde por trás desses mitos, das dunas e do forró, levando as pessoas a pensarem que a Vila é apenas um lugar com que a natureza as presenteou de forma única, remetendo sempre às duas vertentes: dunas-forró. O capítulo vem alertar que não é só isso, pelo contrário, há muito mais em Itaúnas.

2.1 CONTEXTO REGIONAL

A Vila de Itaúnas está localizada a aproximadamente 270km da capital do Espírito Santo e é um distrito pertencente ao município de Conceição da Barra. Para se chegar a Itaúnas, contorna-se um trevo na BR 101 em direção a Conceição da Barra. Antes de se chegar à sede da cidade, há outro trevo, que, por uma estrada de chão, leva a Itaúnas.

Figura 1 – Mapa de localização: Sudeste, Espírito Santo e Conceição da Barra.



Fonte: IBGE.

A ocupação territorial do norte do Espírito Santo, principalmente da região de Conceição da Barra e de São Mateus, ocorreu inicialmente por grupos indígenas, remontando ao período de colonização quinhentista (HACON, 2011). Até 1891, Conceição da Barra pertenceu, segundo Russo (2007), à cidade de São Mateus, e sua colonização se deu após a chegada de navios, que vieram pelo Oceano Atlântico e atracaram às margens do Rio São Mateus (antigo Rio Cricaré). Na margem esquerda, surgiu a povoação que hoje é conhecida como São Mateus e, na margem direita, Conceição da Barra. A data precisa da chegada desses colonizadores é incerta, mas, tal como dito, remonta ao Brasil quinhentista (LIMA, 1995).

A região em questão era povoada por um grande número de índios, sendo palco de uma famosa batalha entre brancos e nativos: a Batalha do Cricaré¹. Segundo Russo (2007), pertenceu à comarca de Porto Seguro por 59 anos (de 1764 a 1823). Isso certamente distanciou econômica e culturalmente a região da Província do Espírito

¹ Segundo RUSSO (2007), a batalha consistiu em um conflito entre os índios que ali viviam (da tribo Botocudos) e os portugueses colonizadores, em 1558. O Governador-Geral do Brasil, na época Mem de Sá, enviou seu filho e outros portugueses para conter as desordens indígenas contra a dominação portuguesa nas terras capixabas. Após a derrota, o Governador-Geral organizou uma expedição que exterminou os nativos da região. O episódio ficou conhecido como primeira vitória dos portugueses contra os índios.

Santo. Essa proximidade com a Bahia ajudou a região a prosperar através do mercado de trocas de manufaturas e tráfego de navios. Além disso, escravos fugitivos da Bahia acharam na região um local para se esconder e formar seus quilombos, tornando São Mateus e Conceição da Barra as cidades com maior número de comunidades de escravos no Espírito Santo.

Segundo dados do Atlas Observatório Quilombola, página colaborativa disponível na *internet*, que reúne dados de diferentes fontes sobre comunidades quilombolas, é possível conhecer a história, a origem do nome, a localização, o número de famílias e as condições socioeconômicas dessas comunidades. A principal fonte do Atlas é a pesquisa da KOINONIA, que trabalha pela garantia de direitos quilombolas desde 1999. O Atlas é resultado do projeto “Apoio ao fortalecimento político e protagonismo das comunidades quilombolas do Rio de Janeiro”. Sendo assim, a plataforma conta com mais detalhes sobre as comunidades fluminenses.

O mapeamento do Atlas assinala 72 comunidades quilombolas no Espírito Santo, dezenove das quais, ou seja, 26%, estão no município de Conceição da Barra. São elas: Angelim Disa, Angelim I, Angelim II, Angelim III, Bicame, Córrego de Santana, Córrego do Alexandre, Córrego do Macuco, Córrego do Sertão, Córrego Santa Izabel, Coxi, Dona Guilhermina, Laje, Linharinho, Porto Grande, Roda d'Água, Santana, Santaninha, São Domingos. O Atlas inclui ainda o indicativo de vinte comunidades em São Mateus: Beira Rio Arura, Cacimba, Chiado, Córrego do Sapato I, Córrego do Sapato II, Córrego Seco, Dilô Barbosa, Divino Espírito Santo, Mata Sede, Morro da Arara, Morro das Araras, Nova Vista, Nova Vista II, Palmito, Palmito II, São Cristóvão, São Domingos de Itauninhas, São Jorge, Serraria, Vala Grande².

Essa influência de modos de vida dos índios, negros e brancos e o relativo afastamento das capitanias do Espírito Santo e Bahia fizeram com que as características culturais locais fossem conservadas, possibilitando o intercâmbio cultural marcado pelas diversas manifestações e modos de vida que existem até hoje. Esse distanciamento também favoreceu a autonomia do uso do território,

² O Atlas Observatório Quilombola aponta também comunidades quilombolas nas cidades de Guarapari, Muqui, Divino de São Lourenço, Alegre, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Jerônimo Monteiro, Iúna, Iconha, Ibiraçu, São José do Calçado, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta, Dorcas do Rio Preto, Santa Teresa, Santa Leopoldina, Atílio Viváqua, Rio Novo do Sul e Laranja da Terra.

desenvolvendo um modo de vida particular, “[...] baseado no trabalho familiar e no uso predominantemente extrativista e comunal do meio natural coberto pela farta floresta tropical [...] e na disponibilidade de terras que permita o cultivo dos roçados” (FERREIRA, apud HACON, 2011).

A comunidade local passou a viver basicamente do usufruto dos recursos naturais, com destaque para pesca, produção de farinha, caça e pequeno comércio local. Além da autonomia do uso do território, o isolamento geográfico e a miscigenação dos diferentes grupos étnicos favoreceram a conservação de importantes tradições culturais. “Existem atualmente 18 grupos folclóricos em atividade, sendo 3 de Jongo, 6 de Reis de Bois, 1 de Pastorinhas e outros 4 de Ticumbi, além de grupos de Alardo e capoeira” (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2005, apud Hacon, 2011, p. 80-81).

O desenvolvimento da região foi estimulado pelo porto e pela boa navegabilidade. O porto de Conceição da Barra recebia embarcações de grande porte – fato que foi estimulado em 1870 com a construção do cais –, e o porto de São Mateus, fluvial, fez com que os dois portos se complementassem principalmente “[...] com comércio de farinha de mandioca, abóbora e escravos, até o final do século XIX” (VARGAS, 2006).

Entretanto, no início dos anos 1980, a monocultura de eucalipto e de cana-de-açúcar ganhou destaque na economia local, ocupando as antigas roças dos negros que, “[...] frente à fascinação do dinheiro proposto pelas indústrias, venderam suas roças, em que predominava o plantio de mandioca e cereais de subsistência, para que fossem substituídas por plantações de eucalipto e cana-de-açúcar” (LIMA, 1995).

A Figura 2, abaixo, mostra o uso e a ocupação do solo no município de Conceição da Barra, possibilitando notar, pontualmente, a ocupação urbana da faixa litorânea até aproximadamente o distrito de Itaúnas.

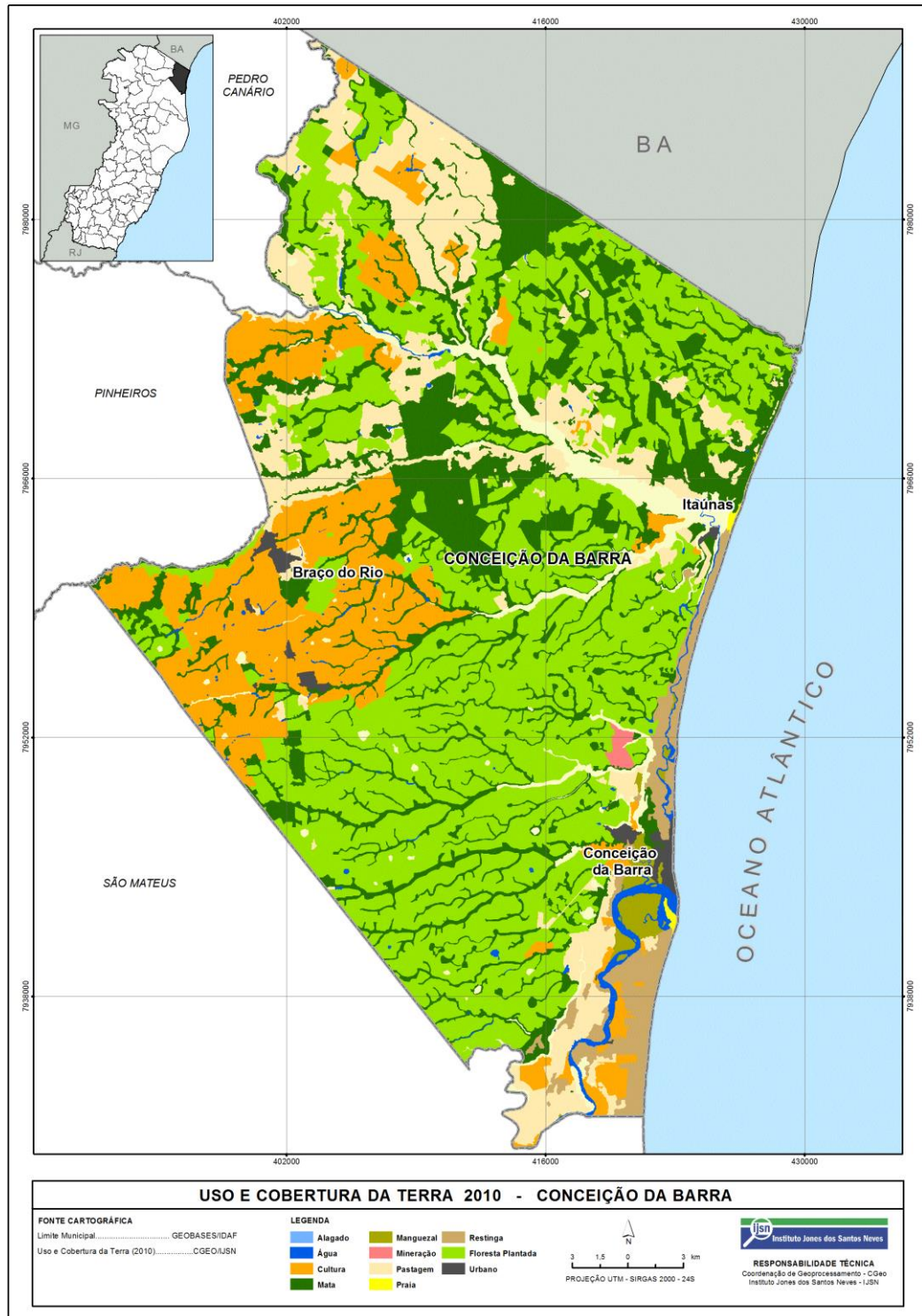
Esse distrito tem a maior concentração de Mata Atlântica (verde-escuro) preservada, devido provavelmente ao PEI³, instituição responsável pela preservação da fauna e

³ De acordo com o Governo do Estado do Espírito Santo, “O Parque Estadual (PE) é uma categoria de Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral que se destaca pela grande beleza cênica e relevância ecológica. Os parques são criados com a finalidade de preservar a fauna e flora nativas, os recursos hídricos, as formações geológicas, os valores culturais, históricos e arqueológicos, além de promover estudos e pesquisas científicas, educação, interpretação ambiental e turismo ecológico”. Em Itaúnas, as atrações do Parque são as dunas, praias e trilhas.

da flora nativas e dos recursos hídricos locais. O distrito de Itaúnas é caracterizado pela baixa densidade, com propriedades típicas de vila de pescadores. No distrito de Braço do Rio, observa-se o predomínio de cultura agrária.

Apesar de haver no Município áreas com restinga, mineração, mangue e praias, essas áreas são pequenas em relação à quantidade de floresta plantada (verde-claro), que são cultivos de eucalipto e cana-de-açúcar.

Figura 2 – Uso e Cobertura da Terra em Conceição da Barra.

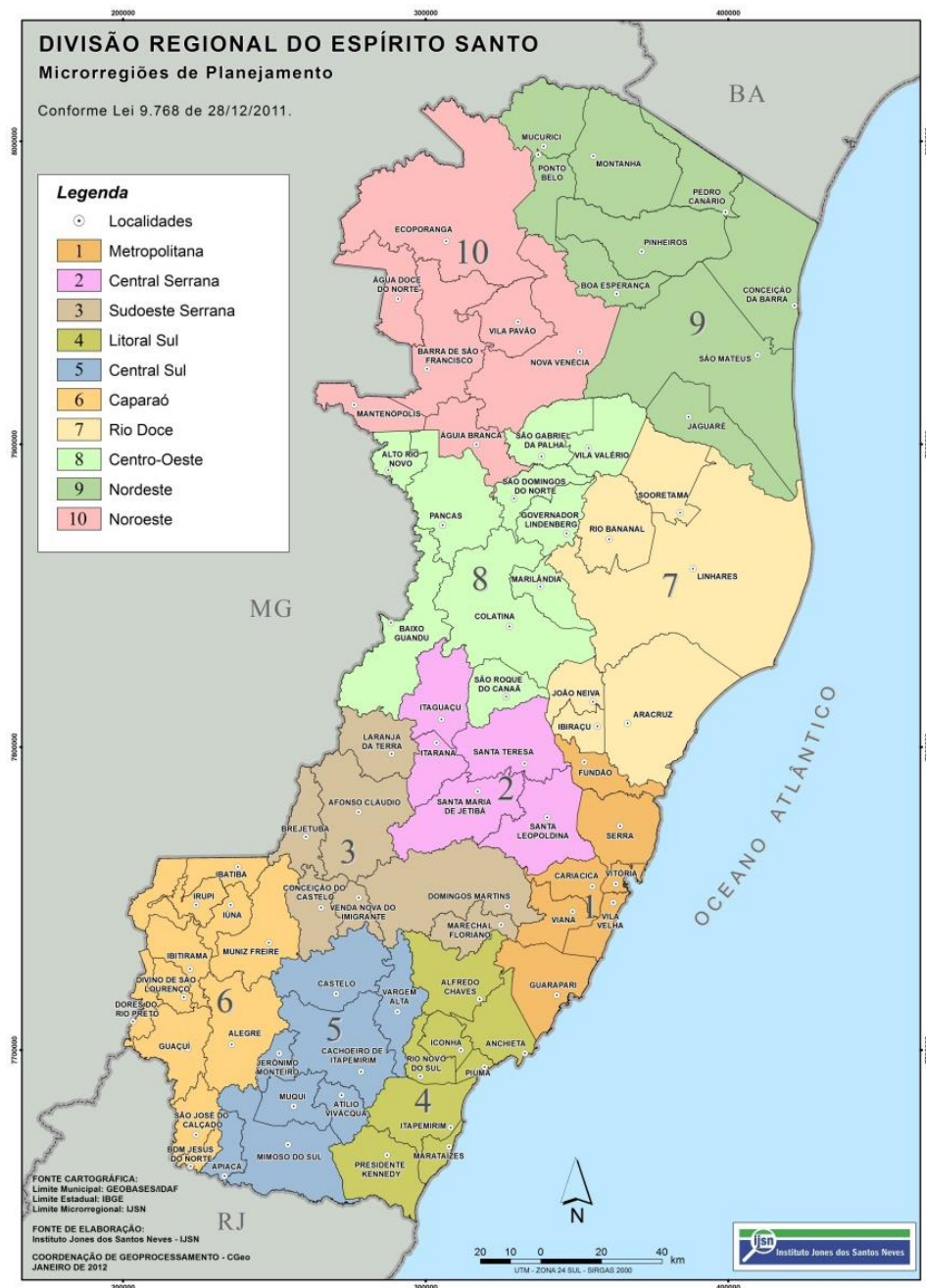


Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2010).

Atualmente, Conceição da Barra faz parte da Microrregião Nordeste do Estado do Espírito Santo, caracterizada pela união de dados sociais, econômicos e de

desenvolvimento de cada município que a compõe. Essa divisão em microrregiões visa ao desenvolvimento das cidades de maneira igual, a fim de fortalecer os vínculos entre os municípios, com o objetivo de articulá-los com planos e projetos de desenvolvimento, para receberem investimentos do Governo. Sendo assim, a Microrregião Nordeste contempla os municípios de Jaguaré, São Mateus, Boa Esperança, Conceição da Barra, Pedro Canário, Pinheiros, Montanha, Ponto Belo e Mucurici, e está destacada na área 9 do mapa abaixo, na cor verde-escura.

Figura 3 – Microrregião Nordeste (área 9).



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves.

No contexto de evolução econômica da região, Itaúnas está inserida na conjuntura da sede, Conceição da Barra. Vale mencionar que as diversas “fases” econômicas citadas abaixo se estenderam a todo o limite municipal.

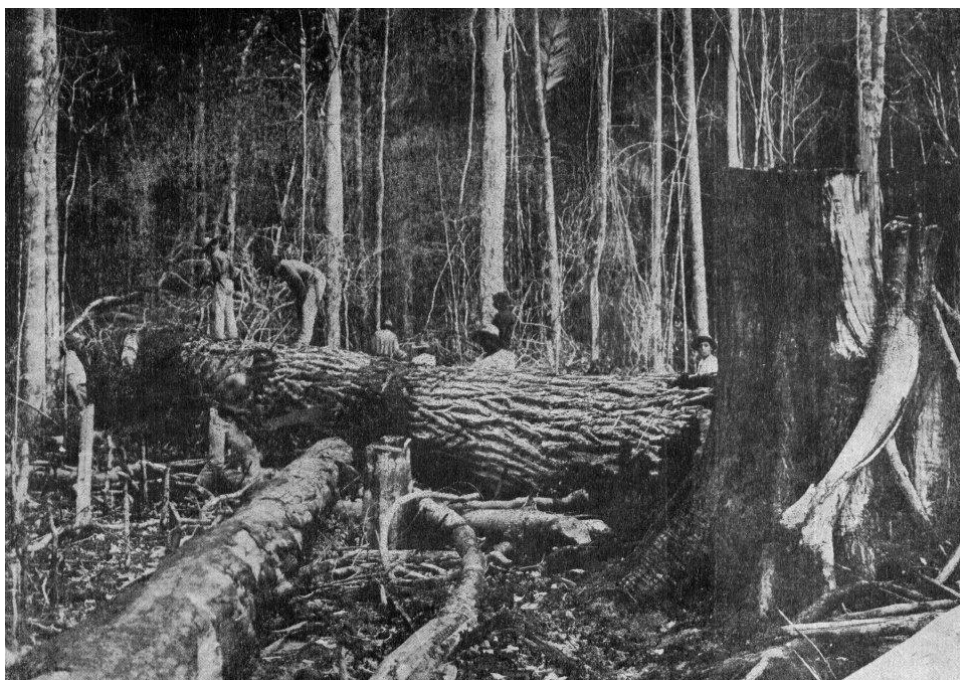
A partir da década de 1950, a exploração de madeira de lei foi intensificada na região por empresas interessadas nos recursos naturais, até então isolados e preservados. O aumento na busca pela madeira de lei se deu em função da construção da rede ferroviária e da siderúrgica, diante da necessidade de carvão vegetal (VALE et al., 1989, apud INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004). Em seguida, em 1958, com o incremento da industrialização no Espírito Santo e o crescimento urbano-industrial do Centro-Sul, houve uma pressão ainda maior sobre os recursos florestais (FERREIRA, 2009).

Na década de 1960, a extração de madeira atingiu seu auge, devido à demanda nacional por madeira nos setores agropecuário, cerâmico, residencial, siderúrgico e moveleiro, e se tornou a “principal atividade econômica geradora de empregos no Estado” (HACON, 2011, p. 92),

Essa indústria madeireira entrou em decadência a partir de 1970, dada a escassez de matéria prima, já que se explorava a madeira nativa sem a devida reposição da cobertura original. Outro motivo que contribuiu para a decadência da atividade foi o assoreamento dos rios por onde as toras eram escoadas.

Esse ritmo de exploração das florestas imposto pelo crescimento industrial se contrapôs ao modo extrativista de utilização dos recursos naturais pelas comunidades locais, que abasteciam a sua subsistência com os recursos naturais existentes (HACON, 2011, p. 92).

Figura 4 – Exploração de madeira na antiga vila de Itaúnas.



Fonte: Google imagens (acesso em 14 jul. 2016).

Desse ponto de vista, a madeira era utilizada na fabricação de utensílios domésticos e na construção de moradias. As florestas e alagados representavam fonte de caça e frutos. As canoas eram utilizadas na pesca artesanal e como meio de transporte para a farinha, na época do auge da sua produção, e as lenhas eram usadas para o forno.

O cipó, a taboa, o uricuri, o guriri, entre outras fibras, além de madeiras de diversas espécies, por sua vez, consistiam nas matérias-primas utilizadas na feitura de jacás, samburás, esteiras, balaies, dentre outros objetos que forneciam suporte diário às atividades produtivas locais e domésticas (FERREIRA, 2009, apud HACON, 2011, p. 92-93).

A decadência do ciclo da madeira somada à crise cafeeira do estado do Espírito Santo no final da década de 1960 abriu espaço para outra atividade econômica que se destacou, principalmente, na paisagem da região norte: o cultivo de eucalipto com finalidade de utilização para produção do carvão e da celulose. A implantação dessa indústria se deu sob o discurso do reflorestamento e incentivada pelo abatimento do imposto de renda, proporcionando um crescimento vertiginoso nas áreas de plantio (DALCOMUNI, 1990, apud FERREIRA, 2009).

O sul da Bahia, norte do Espírito Santo e parte de Minas Gerais se encontram sob exploração de uma das maiores empresas fabricantes de celulose do mundo e têm

grande parte de seu território ocupado por essa monocultura. Como curiosidade, estima-se que, apenas no Espírito Santo, 220 a 300 mil hectares estejam sendo usados para essa atividade. Surgem, com isso, conflitos e complicações ambientais, culturais e sociais resultantes dessa prática, tais como: redução da biodiversidade, uso em larga escala de agrotóxicos, baixas condições de trabalho, controle dos conflitos existentes no território, desequilíbrio hídrico resultando na diminuição dos mananciais e possibilitando a desertificação em locais onde o plantio é ostensivo (SCHÜTZ, 2008, apud HACON, 2011, p. 102). Além disso, destaca-se o alto consumo de água pelo eucalipto, comprometendo a infiltração da água da chuva no solo, alterando a umidade local e, conseqüentemente, o regime de chuvas e frentes frias na região (HACON, 2011, p. 102-103).

Hoje, o plantio de eucalipto ocupa a maior área agricultável de Conceição da Barra e representa um dos principais usos do solo no entorno do PEI. Segundo dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (IEMA), 68% da área agricultável do Município pertencem às empresas Aracruz Celulose e Suzano Papel & Celulose (antiga Bahia Sul). “Dos 68%, 20% são áreas de preservação permanente dentro da empresa; o restante é destinado ao cultivo de eucalipto” (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004). Esses dados apontam que a atividade ocupa a maior concentração de terra do Estado. Hoje, ainda segundo dados do IEMA (2004), as empresas não demonstram interesse em adquirir mais terras para a plantação de eucalipto, devido a algumas dificuldades de licenciamento ambiental para o plantio e a possíveis manifestações contrárias da população. Vale lembrar que a geração de emprego para essa atividade econômica é pequena, pois o processo de colheita e corte é mecanizado (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

Outra atividade econômica que se desenvolveu na região norte do Espírito Santo foi o cultivo em larga escala de cana-de-açúcar. O município de Conceição da Barra se destaca como um dos principais produtores de álcool do Estado (JESUS, 2008, apud HACON, 2011, p. 107). Essa atividade foi impulsionada pelo programa PROÁLCOOL, a partir de 1979, “[...] como alternativa energética para diminuir a dependência do petróleo” (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

Em Conceição da Barra, a produção de álcool é realizada pela Destilaria Itaúnas S/A (DISA) e pela Companhia de Álcool Conceição da Barra (Alcon). Segundo dados divulgados, são 9 mil hectares de cana-de-açúcar apenas em Conceição da Barra, o que representa 12% da superfície agricultável, sendo essa monocultura a segunda maior da região norte (HACON, 2011, p. 107)

Quanto à geração de emprego relacionado à cultura do eucalipto, em Itaúnas são poucas as pessoas nativas absorvidas nesse processo, pois, normalmente, a empresa contrata o trabalhador diarista, na maioria das vezes natural de outros estados onde o plantio de cana-de-açúcar é mais comum (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

A produção de cana-de-açúcar apresenta riscos de equilíbrio e contaminação do ambiente pelo uso excessivo de recursos hídricos para irrigação e processamento, pela utilização da técnica de queimadas que poluem o ar, pela exaustão do solo, pela ameaça direta à fauna local, por problemas de saúde da população, pelo uso de agrotóxicos nas lavouras, contaminando o solo, os rios e as nascentes e impactando de forma direta na saúde dos moradores da região. Hoje, após processos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEAMA) obrigando a instalação de procedimentos de decantação e reaproveitamento do vinhoto da cana como adubo, o número de episódios de derramamento no rio e o odor característico apresentaram uma melhora significativa (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

Outros problemas decorrentes do cultivo da cana-de-açúcar são ainda apontados, como a reconfiguração do espaço rural, a pressão sobre a produção de alimentos, a pressão sobre infraestrutura urbana em pequenos municípios atraindo grande quantidade de migrantes, além de desmatamentos em áreas de proteção legal (ASSIS; ZUCARELLI, 2007, apud HACON, 2011, p. 111).

Conceição da Barra também desenvolve outras atividades econômicas, como a pecuária, a pesca litorânea, a exploração de gás e petróleo, além da atividade turística, aliadas a essas duas principais produções.

Essa mudança rápida em relação à economia local favoreceu, como já dito anteriormente, a concentração de terra nas mãos de poucos, com o incentivo do

Estado. Contrapondo-se, com sua organização econômica e cultural baseada na produção agrícola em escala pequena e familiar e no uso dos recursos naturais de forma coletiva, o local passou a ser gerenciado a partir da lógica da concentração da terra e sua otimização para gerar maior lucro em pequeno espaço de tempo, com prejuízos tanto ambientais como culturais e sociais (HACON, 2011, p. 112).

O contexto de relativo isolamento beneficiou o desenvolvimento de um modo de vida particular nas comunidades locais, baseado, segundo Ferreira (2009), no trabalho familiar, no uso extrativista do meio natural e no cultivo de roças (FERREIRA, 2009 p. 5, apud HACON, 2011, p. 87). Vale lembrar que essas atividades eram desenvolvidas em um contexto de fartura de terras e de recursos naturais (floresta, mar, rio), que possibilitava a sobrevivência das comunidades e simbolizava um espaço de reprodução cultural. Do ponto de vista de comunidades tradicionais, os recursos naturais são considerados de uso comum e são responsáveis pelo alimento, por abrigo e até por medicamentos para a população.

Assim essas comunidades passaram a reproduzir-se materialmente, vivendo basicamente do usufruto dos recursos naturais – dos quais destacava-se a pesca e a caça abundante –, da produção de farinha, da pequena agricultura e do comércio local (HACON, 2011, p. 87-88).

De acordo com Ferreira (2009), a Vila de Itaúnas era um povoado próspero e centro de comercialização da farinha de mandioca – principal produto econômico da região, produzido de maneira artesanal. As sacas de farinhas eram transportadas ao longo do Rio Itaúnas até pontos onde caminhões as aguardavam. “[...] até o início dos anos 50, a Vila de Itaúnas era como outra qualquer do litoral capixaba, onde a população pescava, caçava, tinha seu comércio e frequentava a única igreja” (RICCO; ETCHEBÉHÈRE JÚNIOR, 2007, p. 8, apud HACON, 2011, p. 89).

Foi a partir de 1940 que mudanças começaram a acontecer na Vila de Itaúnas, acarretando transformações na configuração espacial, na organização do território, em seu perfil populacional e nos modos de vida da comunidade. Nesse período, a vegetação nativa da Vila antiga começou a ser retirada, dando início ao soterramento gradual das casas. Pouco a pouco, o antigo vilarejo deu lugar às dunas móveis, e a população teve que se estabelecer do outro lado do Rio Itaúnas, levando consigo a configuração espacial da antiga Vila, técnicas construtivas, além da memória dos tempos passados e a esperança de vida melhor.

2.2 ALÉM DOS MITOS

Itaúnas, como já mencionado, pertence ao município de Conceição da Barra. Localiza-se a 25km da sede e “[...] encontra-se entre os limites do Parque Estadual de Itaúnas (PEI) e talhões de eucalipto plantados em larga escala” (MARTINS; MOLINA, 2008, p. 4). No caminho para chegar à Vila, percebem-se características peculiares da paisagem: extensas plantações de eucalipto que contrastam com a Mata Atlântica preservada, no limite do Parque Estadual. O chão de terra batida faz-nos desacelerar tanto o automóvel quanto o ritmo de percepção do espaço. Poucos carros, um céu quase sempre azul e sem nuvens, a fumaça de poeira ao ser ultrapassada por outro carro nos preparam para o que vamos encontrar: um clima calmo, pessoas com pés no chão – literalmente –, sorriso no rosto e uma convivência harmoniosa entre o homem e a natureza.

A atual Vila localiza-se a aproximadamente 700m da praia, e uma ponte construída em 1991, mesma época da criação do PEI, liga o presente – a Vila atual – ao passado – a Vila antiga, encoberta pelas dunas.

Nos limites da Vila de Itaúnas, localizam-se as comunidades quilombolas de Linharinho e Angelim I, além de assentamentos rurais (Paulo Vinhas), e as comunidades inseridas nos limites do Parque: Riacho Doce e Paulo Jacó. Essas comunidades vivem essencialmente da agricultura familiar, da pesca artesanal, da produção de farinha de mandioca, do artesanato, da produção do carvão e do turismo (HACON, 2011, p. 79).

Em 1940, a Vila de Itaúnas era um povoado próspero. Segundo Ferreira (2002) citado por Hacon (2011), o principal produto econômico da região era a farinha de mandioca, fabricada de modo artesanal. A partir da década de 1940, grandes mudanças começaram a ocorrer com o início da retirada da vegetação de restinga e a invasão de areia estimulada pelos ventos sul e nordeste. Este último, predominante na região (HACON, 2011), deu início ao processo de soterramento da antiga Vila. Esse processo estendeu-se até os anos 1970, quando a Vila antiga foi totalmente coberta pela areia.

O oceanógrafo Nery Contti Neto, em seu relatório técnico de estudo da morfodinâmica costeira no PEI, confirma a perda de vegetação nas proximidades da

antiga Vila, entre 1971 e 2008. Não há comprovação dessa perda nos anos anteriores (anos do soterramento de fato), devido à ausência de fotografias do local; “[...] crê-se, entretanto, que houve um desmatamento prévio da mata densa em frente à praia, favorecendo o aparecimento de EORZRXV (CONTTI NETO, 2012).

Blowouts, segundo o autor, são feições em um campo de dunas em formas semicirculares ou alongadas. Esse processo inicia-se quando há uma redução da vegetação (de maneira natural ou antrópica), seguida da ação dos ventos que se intensificam na região por efeito de afunilamento (CONTTI NETO, 2012).

Apesar da explicação científica, esse fenômeno do soterramento da antiga Vila, ilustrado nas figuras abaixo, fez com que surgisse, no imaginário da população, alguns mitos para explicar a movimentação da areia.

O escritor e folclorista barrense Hermógenes Lima Fonseca⁴ cita esse processo de soterramento em um de seus textos:

⁴ Hermógenes Lima Fonseca – formado em Contabilidade e Direito, atuava como pesquisador da cultura popular do Espírito Santo. Nasceu em um distrito de Conceição da Barra, próximo a Itaúnas, e sempre foi imerso no folclore da cidade e na cultura do Espírito Santo. Trabalhou com bandas de congo e conviveu com os mestres, deu aula de cultura popular e folclore para crianças e participou da Comissão Espírito-Santense de Folclore. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/31866/17/centenario-de-hermogenes-lima-fonseca-tera-homenagem-em-conceicao-da-barra>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

³O povo não desconfiava
Do que iria acontecer
Com aquela areia fina
Que de manhã ao entardecer
Soprava na sua sina
~~RSDDVAMPREH~~

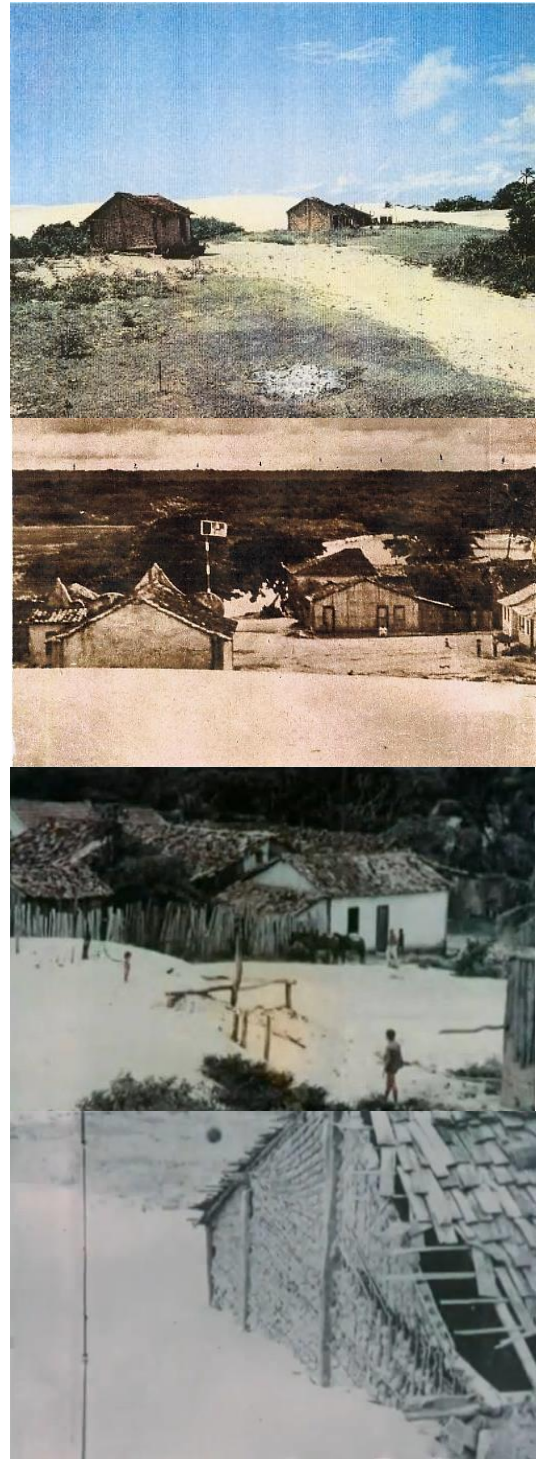
~~ORQM~~ de areia crescendo
Em toda aquela extensão
Vinha vindo de mansinho
~~SIQRDSWmR'~~

~~YGLDVIRDP~~ passando
E os anos nem se contava
Firme estava o nordeste
As areias continuavam
Deslocando para o oeste
~~OKWREVMPP'~~

~~ORQDQVIRDPVGR~~
Aos poucos se aproximavam
Primeiro do cemitério
Em pouco tempo aterravam
Sem haver nenhum critério
As ~~SIQWDSDDP'~~

³O povo que assuntava
começou a desconfiar:
Gente como é que vai ser,
em que se pode fiar
Todo o amanhecer ia o povo espiar. '

Figura 5, 6, 7, 8 – Soterramento da antiga Vila de Itaúnas (aproximadamente 1978).



Fonte: Acervo de Denise Machado.



população

*Lá vem a areia chegando, parece até
maldição*

*Perto da igreja avançando
não havia previsão.´*

SRRTQGRDFRGD

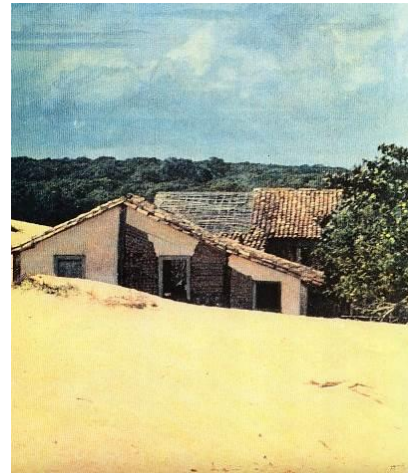
de areia estava coberto

*A areia fina entrava por todo canto
aberto*

Nenhuma coisa tapava,

QFPMPRVMBGRMS .

Figura 9 – Soterramento da antiga Vila de Itaúnas (aproximadamente 1978).



Fonte: Acervo de Denise Machado.

Antigamente, as alterações que aconteciam na natureza ou no homem eram interpretadas como acontecimentos divinos ou sobrenaturais. Essa forma de a população explicar e entender os acontecimentos é chamada de mito. Segundo Marcondes (2006), a palavra mito vem do grego *mythos* e significa dizer ou falar. “É um conjunto de narrativas sobrenaturais que falam sobre a origem de todas as coisas, sem embasamento teórico, um ‘discurso fictício ou imaginário, sendo por vezes até mesmo sinônimo de ‘mentira’” (MARCONDES, 2006, apud SOARES, NACIF; RICCO, 2013, p. 39).

Por ser do campo da emoção e dos sentimentos, o mito tem como alicerce a fé nos seres divinos como ponto inicial da transformação, não se apoiando em bases racionais. Apesar disso, não se pode afirmar que todo mito seja uma mentira (SOARES, NACIF; RICCO, 2013, p. 39).

Ainda segundo Marcondes (2006), a história mítica não é apenas uma criação pessoal, mas parte de referências e experiências tanto positivas quanto negativas que foram vivenciadas por determinada sociedade. Por isso, não se discutem nem questionam os mitos. Essas narrativas tornam-se parte da tradição cultural de determinada sociedade (MARCONDES, 2006, apud SOARES, NACIF; RICCO, 2013, p. 39).

O processo de soterramento da antiga Vila, narrado acima pelo escritor Hermógenes Lima Fonseca, explicado pelo oceanógrafo Nery Contti Neto, também tem sua explicação baseada em lendas e mitos presentes no imaginário da população.

Segundo um dos mitos, o soterramento se deu depois de um padre ser expulso da cidade por se desentender com a comunidade, o que o fez amaldiçoar o lugar. Outro diz ainda que um padre excomungou a Vila devido à preferência da população pelos ritos africanos. Há, ainda, o castigo que São Brás (antigo padroeiro local) jogou na Vila, após ser trocado por outro padroeiro – São Sebastião. Para outros, principalmente pescadores, a areia que cobriu a Vila tinha origem em um buraco que havia na praia, onde, segundo eles, vivia um monstro marinho (HACON, 2011).

Há ainda a história relatada por moradores, que envolve uma vingança dos macacos que habitavam a mata localizada perto da Vila antiga. Com o desmatamento, os macacos foram “expulsos” pelos moradores e amaldiçoaram o local. Outra lenda diz ainda que foi castigo dos índios, primeiros habitantes do local, que, ao serem expulsos pelos colonizadores brancos, levaram a areia a se revoltar (HACON, 2011).

Esses mitos estão hoje presentes no cotidiano da população e compõem a história local, além de alimentar a memória dos moradores. “A preservação da cultura local insere o visitante em uma realidade alheia ao que lhe é peculiar” (SOARES; NACIF; RICCO, 2013). Essas narrativas tornaram-se parte da tradição cultural e se evidenciam, por exemplo, nas diversas trilhas existentes nas dunas, onde é possível fazer o caminho que os antigos moradores usavam no dia a dia. As histórias colaboram para a riqueza da cultura local e compõem a identidade coletiva da população, tornando-se parte do patrimônio cultural imaterial do vilarejo.

Sabe-se, entretanto, que em 1970, a antiga Vila estava totalmente soterrada, e a população já se localizava do outro lado do rio, com uma configuração espacial semelhante à primeira, em uma área cedida pela prefeitura de Conceição da Barra.

Numa comparação de fotos da antiga Vila com fotos da Vila atual, percebe-se uma semelhança no padrão de construção e configuração espacial. Casas de um pavimento, sem afastamento, dentro do lote e geralmente “geminadas”; ruas estreitas, sem calçamento e sem calçadas eram comuns na Vila antiga e continuam até hoje.

Na figura abaixo, está representada uma rua da antiga Vila. Destaque para um sobrado (família do Sr. Moraes), casas sem afastamento, ruas de terra batida; não há presença de calçadas. O clima tranquilo, com moradores sentados à frente das casas, também é visto na atual Vila.

Figura 10 – Casario na antiga Vila de Itaúnas.



Fonte: Acervo da Biblioteca Hermógenes Lima da Fonseca.

Na foto abaixo, datada de 2016, observa-se que o padrão construtivo de um pavimento ainda se mantém. Falta de calçamento e de calçada também são características semelhantes às configurações antigas.

Figura 11 – Casas da Vila atual.



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

A população de Itaúnas conta com descendentes indígenas, negros e brancos e com uma “[...] rede de parentesco e compadrio de seis famílias principais, sendo estas a dos Vasconcelos, dos Paixão/Maia, dos Bonelá, dos Falcão, dos Batista e dos Camilo” (HACON, 2011, p. 79), compondo a base da comunidade local.

A nova Vila de Itaúnas tem edificações baixas dispostas sobre a malha quadrangular, ruas de terra batida onde a circulação de bicicletas é mais comum do que a de carros – exceto em alta temporada. Circulam nas ruas ônibus da viação Mar Aberto, que faz o trajeto Itaúnas – Conceição da Barra, e caminhões das empresas de eucalipto carregados ou não de toras e de maquinário para o corte. Esses caminhões cruzam a região várias vezes por dia, sem horário delimitado (HACON, 2011 p. 82), impactando muitas vezes as construções e a percepção do espaço.

Ainda é possível identificar em Itaúnas edificações de arquitetura modesta, tais como a igreja, localizada no centro da Vila. O traçado urbano obedece à quadrícula, configurando o núcleo central dado pela igreja e seu largo (praça), seguido por quarteirões em escala pequena. Há relatos de que a nova Vila se configurou de forma semelhante à antiga, “[...] com duas ruas principais, uma igreja, uma praça, alguns pontos comerciais, um cemitério e, desta vez, com várias pousadas para atender a demanda de turistas que cresce a cada ano” (SOARES; NACIF; RICCO, 2013).

Semelhante à configuração espacial que se manteve de uma vila para outra, as tradições também continuaram. Entre essas tradições estão manifestações, como o Alardo de São Sebastião e o Ticumbi, que se apropriam do espaço da igreja, da praça, do rio, das ruas e outros para sua realização. Xavier e Bassetti (2014) afirmam que a Vila de Itaúnas mantém um “elo étnico e cultural” com os índios Botocudos e os afrodescendentes. Os primeiros habitavam a região do Rio Doce nos séculos XVI a XIX e viviam da caça, pesca e agricultura. Os outros – um grande número de africanos escravos chegados ao Porto de São Mateus no século XIX –, distribuíam-se pelas comarcas da região. As autoras expõem: “Essa herança híbrida étnico-cultural de índios, negros e brancos aparece em toda a paisagem conivente (uma paisagem de afetividade, carregada de valores e signos) da Vila de Itaúnas” (SOARES; NACIF; RICCO, 2013). Influenciada, então, pela fé no catolicismo – representada pela Igreja Matriz de São Sebastião – misturada à religiosidade afro-brasileira – o Ticumbi –, configura-se a marca de identidade da comunidade que está ligada indissociavelmente ao território.

Ainda para as autoras Xavier e Bassetti (2014), o Ticumbi em Itaúnas deve ser entendido mais do que como um simples folclore, mas como uma instituição social – associação política, hierárquica que mantém um forte traço da cultura afro e do catolicismo. Dessa forma, ele – o Ticumbi – organiza o calendário social da Vila de forma oposta ao calendário turístico pautado no forró. É possível, então, concluir que essas instituições podem interferir na vida da população e funcionar como controle do espaço (operando sobre o território).

A organização do Ticumbi estende-se por todo o ano com ensaios dos grupos, confecção de indumentária, confecção de comidas para os ensaios e festejos, rifas, leilões e outras atividades religiosas, e o ponto principal acontece no mês de janeiro, entre os dias 19 e 20, quando acontece a festa de São Sebastião com apresentações do Ticumbi e do Alardo de São Sebastião.

É possível afirmar ainda que as festas religiosas em Itaúnas são uma combinação do religioso com o popular e “[...] também um ato político, territorial, uma reafirmação cultural, expressão de uma visão de mundo” (XAVIER; BASSETTI, 2014). Dessa forma, identifica-se, com esse exemplo, a configuração como patrimônio imaterial –

danças, ritos, cantos, reza – e material – indumentária, bandeiras, bebidas, comidas – inseridos no espaço territorial da Vila.

Em Itaúnas são venerados três santos: São Brás, São Benedito e São Sebastião. Se compararmos o número de habitantes com o número de “santos”, podemos entender que o motivo de muitas das lendas que explicam o soterramento envolve castigos e maldições de um ou outro santo.

Cada santo tem sua importância no processo de construção da história e da memória local. São Brás, por exemplo, um santo negro, era padroeiro da antiga Vila na época colonial. São Benedito, também um santo negro, era venerado por escravos da época da antiga ocupação. São Sebastião, um santo branco, foi levado à Vila, na década de 1960, por um padre, que tinha preferências por santos brancos. Aliado a isso, na mesma época, acontecia na Igreja Católica um processo movido pelo Concílio Vaticano II, cujo objetivo era diminuir o número de imagens de santos dentro das Igrejas. Assim, São Brás foi substituído por São Sebastião, e São Benedito saiu da nave da igreja principal para ocupar um lugar na sacristia (SOARES; NACIF; RICCO, 2013).

Depois de tantas mudanças, permaneceu como padroeiro de Itaúnas São Sebastião, cuja imagem está instalada na igreja da Praça Central. A São Benedito, que também é querido pelos moradores, destinaram uma capela em uma das ruas próximas à praça. Na foto abaixo, já na Vila atual, observa-se a capela feita em sua homenagem. Essa edificação passa despercebida nos dias de hoje por se encontrar entre bares. É destacada apenas nos dias da festa em homenagem ao Santo.

Figura 12 – Capela de São Benedito (sem data).



Fonte: Google imagens (acesso em 10 nov. 2016).

Figura 13: Capela de São Benedito (localizada entre bares).



Fonte: Google street view (2016).

A figura abaixo mostra a igreja principal, localizada na praça central. Na frente da igreja vê-se o Mastro de São Sebastião e uma praça grande, lugar de encontros, feiras e shows.

Figura 14 – Praça principal.



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Xavier e Bassetti caracterizam a paisagem da praça central como “paisagem conivente”, que nada mais é do que uma paisagem cheia de valores simbólicos e de afetividade. As autoras afirmam ainda que essa paisagem nem sempre é notada à primeira vista; é necessário demorar um pouco no local para que se a entenda e perceba (XAVIER; BASSETTI, 2014). É o que acontece em toda a Vila: é necessário que a pessoa se demore, diminua o ritmo para que nenhum detalhe passe despercebido.

Observa-se em Itaúnas uma “[...] dimensão simbólica e material destes territórios habitados tradicionalmente por grupos que utilizam a natureza para se reproduzir social e culturalmente” (HACON, 2011). Os elementos simbólicos identificados são, além de tudo, catalisadores de boas energias, perceptíveis nas pessoas que frequentam o lugar, o que transforma Itaúnas em uma vila singular e inesquecível.

A perda desses espaços simbólicos para monoculturas, para a criação de Unidades de Conservação e para o turismo insustentável pode levar à perda do simbolismo, proporcionar perdas culturais e inviabilizar a vida da comunidade nos modos que ainda resistem.

2.3 PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE ITAÚNAS E DO TURISMO

O processo de soterramento da antiga Vila e a consequente formação das dunas, tal como apontado, mudou a paisagem local, atraindo, a partir da década de 1970, os primeiros fluxos de turistas, seduzidos pelo cenário paisagístico.

O valor paisagístico, histórico e arqueológico de Itaúnas foi reconhecido através do tombamento da Vila de Itaúnas pelo Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo, através da Resolução nº 08, de 10 de setembro de 1986.

“Símbolo de perdas para os moradores da antiga Vila, as dunas, em função de sua beleza, passaram a atrair grande número de turistas, renomeando inclusive o lugar, que ficou conhecido como Dunas de Itaúnas” (HACON, 2011).

Na década de 1990, devido à divulgação do local nos meios de comunicação e a sua efetivação como “capital do forró”, o número de turistas aumentou. É importante afirmar que o forró em Itaúnas “[...] aparece como atividade de lazer de tamanha importância que foi incorporado no cotidiano da vila” (XAVIER; BASSETTI, 2014), não somente pela comunidade, mas principalmente pelos turistas, construindo a identidade local. Contudo, o turismo se apropriou massivamente dessa atividade, transformando o lugar em referência nacional e destaque na Região Sudeste brasileira.

A criação do PEI, em 1991, mediante o Decreto Estadual nº 4.967-E, também contribuiu para fomentar o turismo local. Segundo Hacon (2011), o Parque, através da preservação dos remanescentes da Mata Atlântica do Espírito Santo, deu ao local a característica de refúgio paradisíaco preservado. Apesar de muitos dos turistas de Itaúnas desconhecerem a existência do Parque, é fato que as paisagens preservadas contribuem para atraí-los. A notoriedade do local é tão grande que, no verão de 2007/2008, o PEI contabilizou um total de 86 mil visitantes (HACON, 2011). Se compararmos esse número com o número de habitantes da região nessa época – 1.500 habitantes –, vemos o quanto o turismo de massa é capaz de impactar o local, as pessoas e as dinâmicas existentes, que vão além da alta estação.

Segundo vários relatos, a criação do PEI se deu em meio à discussão sobre a possível construção de um resort na faixa de restinga próxima à Vila, que implicaria a abertura de uma saída artificial para o Rio Itaúnas, a uma distância de 5km da foz natural, ameaçando com isso o ecossistema da região e prejudicando a navegação do rio e a pesca artesanal (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004). A possibilidade desse empreendimento repercutiu de forma negativa na opinião pública, levando um grupo de ambientalistas a protestar e reivindicar a criação de uma Unidade de Conservação que protegesse a região e impedisse esse projeto (HACON, 2011, p. 98).

Sobre a construção desse resort, há divergências, pois, apesar de constar a informação no Relatório do IEMA, alguns moradores, ao serem perguntados sobre o assunto, desconversaram e falaram que era boato.

Essas reivindicações culminaram na criação do PEI, do qual faz parte a área em que se pretendia instalar o resort (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

O processo de tombamento das Dunas de Itaúnas, dos alagados e da restinga, realizado em 1986 pelo Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo através da Resolução nº 08/1986, foi uma espécie de prévia da criação do Parque. É bom ressaltar que o tombamento foi bem recebido pela população, já que simbolizava um primeiro passo para a proteção dos ecossistemas da região, ameaçados tanto por atividades de alto impacto ambiental quanto pelo aumento da movimentação turística (HACON, 2011, p. 98).

Um dos destaques do discurso empregado na época dizia respeito à associação da riqueza ambiental com a riqueza cultural, que reconhecia a importância do uso dos recursos naturais pela população (HACON, 2011, p. 100).

No ato de aprovação do tombamento, recomendou-se ainda a criação de um Parque Estadual, como forma de reforçar a preservação do patrimônio local, incluindo-se a componente cultural, reforçando uma abordagem da natureza conjugada ao universo cultural local (HACON, 2011, p. 100).

Como justificativa para a criação, o Parque protegeria uma parte de ecossistemas ligados inerentemente à bacia do Rio Itaúnas e à região costeira do Espírito Santo. Há representações de Mata de Tabuleiro, fragmento florestal em extinção no Estado,

ambientes costeiros formadores de restingas e dunas, ambientes estuarinos de mangue, extensão expressiva do Rio Itaúnas e alagados. Esses habitats, somados à diversidade de espécies vegetais, colocam o Parque como importante para a “[...] manutenção de uma rica e expressiva fauna associada” (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

Outro destaque do PEI é a beleza cênica proporcionada pelos distintos ecossistemas, mencionados acima, e seus contrastes. Ali se misturam alagados, rio, dunas e praia, conferindo uma paisagem singular e digna de contemplação (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

Figura 15 – Paisagem das dunas.



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Esse conjunto deve ser preservado para as atuais e futuras gerações, de todos os seres vivos que vivem em seus habitats, e também para o homem, que ali encontra um local para seu contato com a natureza, em um de seus mais belos espetáculos (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

Figura 16 – Paisagem das dunas e praia.



Fonte: Yuri Barichivich (acesso em 02 fev. 2017).

Assim sendo, o PEI representa uma área de extrema importância ecológica, hidrológica, geológica, biológica, geomorfológica, histórica e cultural (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

Outra importância do Parque são os sítios arqueológicos existentes. Ao todo são 23 sítios, que abrangem três períodos culturais: ocupações pré-cerâmicas de caçadores, pescadores e coletores; grupos agricultores ceramistas pré-coloniais e estabelecimentos rurais dos séculos XIX e XX. O Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas afirma que os sítios históricos mais representativos se encontram nas dunas

[...] que, devido à retirada da vegetação que as encobria e à grande presença de turistas, representam uma ameaça constante aos sítios arqueológicos e à própria conservação dos ambientes e da dinâmica do Parque, pela movimentação da areia em direção ao alagado (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

Vale lembrar que a situação dos sítios arqueológicos é delicada, uma vez que não são delimitados. Assim, os visitantes podem caminhar por toda a área sem encontrar demarcação ou fiscalização de material que pode ser retirado ou não. O Plano de Manejo, de 2004, sugere, para isso, além da demarcação dessas áreas restritas, a definição de um caminho principal e outro alternativo para o acesso às praias, de modo a evitar que as pessoas caminhem sem rumo pelas dunas (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

Em visita ao local, percebe-se que não há, ainda, uma demarcação de lugares de acesso restrito aos sítios arqueológicos. Ao caminhar pelas dunas, chama a atenção uma parede em ruínas e um pedaço de cerca. Sem haver nenhuma sinalização relativa a essa área, a aproximação de curiosos é evidente. No local, há vestígios de cacos e pedaços de madeira, cerâmica e outros materiais não identificados à primeira vista. Só se percebe a que realmente a área remete quando se avista um crânio humano no meio das dunas e dos materiais. Ao apurar o olhar, ossos e botões apareceram. Esse lugar é o antigo cemitério, e não há nenhum aviso sobre isso nas proximidades.

A partir dessa experiência, reflete-se que, por ser uma área de sítio arqueológico e também uma área importante simbolicamente para os moradores, pois muitos dos parentes e ancestrais de quem vive na Vila atual estão enterrados ali, a falta de sinalização e o livre acesso levam ao desrespeito para com os mortos e seus familiares, envolvendo questões de fé e sentimentos pessoais.

Portanto, apesar de haver, no Plano de Manejo do Parque, a proposta de uma sinalização melhor quanto a essas áreas, nada ainda foi feito, e o risco de esses materiais se perderem é grande, dependendo, além disso, da boa ação dos turistas.

Abaixo, fotos do local visitado em outubro de 2016.

Figura 17, 18 – Vestígios do antigo cemitério.



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Figura 19, 20 – Vestígios do antigo cemitério (Destaque para o crânio humano).



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Somadas as justificativas ecológicas e arqueológicas para a criação do PEI com a especulação imobiliária da região, outro fator que contribuiu para fundamentar a

criação do Parque foi o histórico de perdas e devastação do espaço (HACON, 2011, p. 101).

Como já dito, as atividades econômicas implementadas na região ao longo do século XX e impulsionadas pelo modelo de desenvolvimento baseado no usufruto indiscriminado dos recursos naturais e do progresso a qualquer custo marcaram o lugar e os moradores com histórias de perda (HACON, 2011, p. 102).

É necessário ressaltar ainda a dimensão simbólica e material da ocupação destes territórios habitados tradicionalmente por grupos que utilizam a natureza para se reproduzir social e culturalmente, sem excluir-se a necessidade do próprio usufruto material do espaço fundamental à sobrevivência de tais grupos. Portanto, a perda de tais territórios traduz-se em dificuldades de reprodução simbólica e física, podendo acarretar perdas culturais e a inviabilização direta e indireta da própria vida dos indivíduos em questão (HACON, 2011, p. 104).

A criação do PEI trouxe benefícios, como a preservação dos ecossistemas locais, porém, trouxe também questionamentos e impactos. A autora Vanessa Hacon (2011), em entrevista com a população sobre esses impactos, concluiu que a criação do Parque, acompanhada das leis de proteção e restrição, reiterou a invisibilidade das populações tradicionais que se vinham desenvolvendo nesse espaço, fruindo de seus recursos para a sobrevivência e reprodução cultural (HACON, 2011).

Para os moradores, a perda desse território, no sentido de não usufruírem dos recursos como faziam antes, traduziu-se na impossibilidade de reprodução social da vida de acordo com os hábitos até então praticados.

É exatamente nesse ponto que está a ambiguidade da criação do PEI para as populações tradicionais locais. De um lado, a sua criação possibilita a proteção dos vestígios de cobertura florestal conservando-a longe dos olhos do grande capital. De outro lado, além de influenciar o modo de vida local, não conseguiu identificar os diferentes modelos de sociedade que ali existiam e suas formas de apropriação da natureza, impondo restrições à população e levando à desapropriação desses territórios, por parte do Estado. Ou seja, a população residente na Vila foi privada do direito de ir e vir e da possibilidade de se apropriar do território que, para ela, simbolizava sobrevivência, lugar da cura, do sagrado e do pertencimento (HACON, 2011, p. 112).

Na época da criação do PEI, com a restrição do uso dos recursos naturais na área do Parque, os moradores locais se viram privados e impactados negativamente, na medida em que, protegendo o meio ambiente de forma legal, os nativos, cuja subsistência dependia da exploração desses recursos, viram-se impedidos de continuar suas atividades da forma como sempre fizeram.

Esse fato é percebido até hoje em conversas com a população local, quando afirmam que o Parque trouxe benefícios e preservou muita coisa, mas os impediu de continuar as atividades de subsistência até então praticadas. Muitos também afirmam que, se não houvesse o Parque, muita coisa ainda estaria preservada, pois a comunidade só tirava da natureza (caça, pesca e plantações) o necessário para a subsistência de sua família.

Vale lembrar que, somada às mudanças no perfil territorial e nas condições ambientais impostas pelas atividades econômicas fundadas na lógica capitalista, seguidas das mudanças na organização econômica e social da Vila promovida pelo aumento vertiginoso do turismo, a criação do PEI representou um marco importante na vida da comunidade. Na época, o Parque apresentou um impacto social negativo, já que os moradores foram privados de fazer uso dos recursos naturais a que estavam habituados. Por isso, a criação do Parque foi vista com apreensão pela comunidade, isso porque, ao proteger de forma legal os últimos resquícios de biodiversidade existente na região, impôs restrições quanto ao uso desses recursos naturais, impactando diretamente a comunidade local, herdeira de um modo de vida tradicional intrinsecamente relacionado com a natureza, na medida em que estabelecia intervenções no recurso mais importante para a produção material e simbólica da população, que é o ambiente natural. Assim, o PEI simbolizou a

[...] sobreposição de mais um território, desta vez na figura do Estado, em nome de um bem difuso – o meio ambiente – para uma sociedade compreendida como homogênea, inviabilizando o uso comum de um dos poucos espaços naturais restantes (HACON, 2011, p. 96-97).

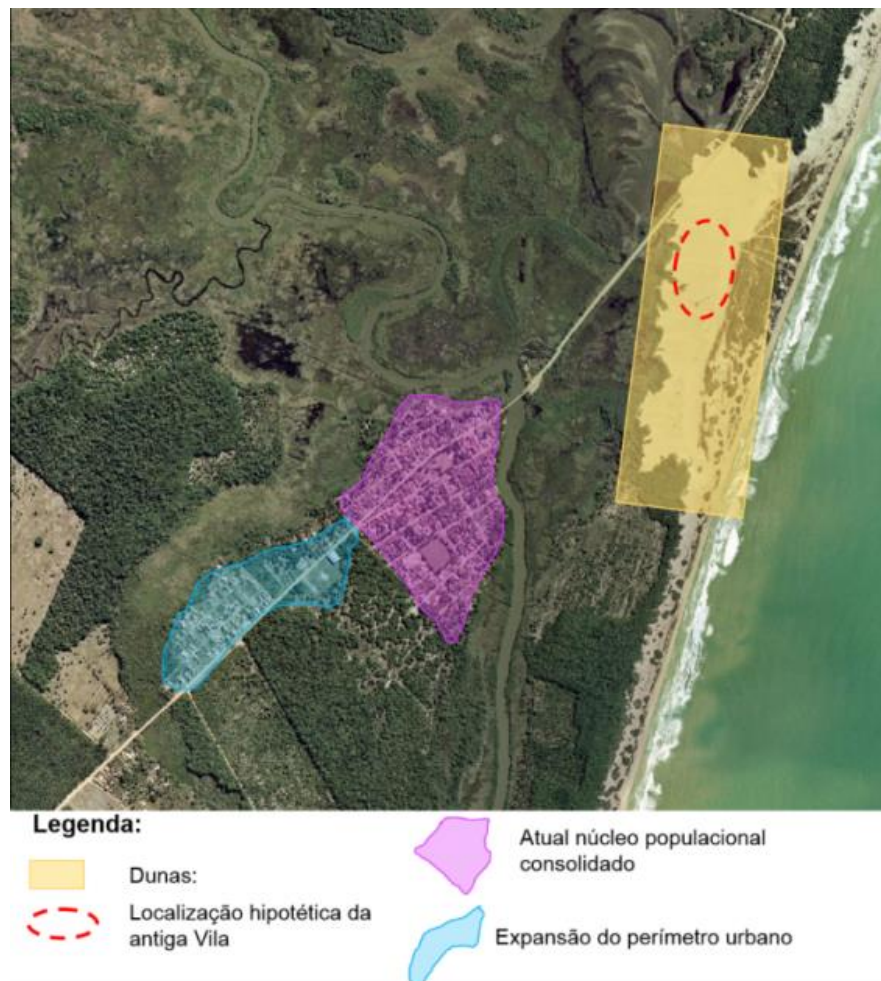
Segundo dados do Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas, entre os anos de 1980 e 2000, a população da Vila de Itaúnas cresceu 136% (taxa média de crescimento de 5,6% ao ano). Hoje o turismo é a atividade econômica mais forte na região e funciona também como fator de atração populacional (INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

Com a efetivação de Itaúnas como destino turístico nacional, chegaram também investidores imobiliários que, visando ao lucro, começaram a construir pousadas e estabelecimentos comerciais.

Outro ponto de mudança territorial influenciado pelo turismo foi o processo de modificação da configuração espacial da Vila, que teve sua região central valorizada pela especulação imobiliária, o que levou muitos moradores a venderem suas casas para transformá-las em restaurantes, lojas ou pousadas, e a se estabelecerem em outros locais, geralmente mais afastados do centro. Nesse contexto, representado na Figura 20, os moradores se deslocaram para a parte mais afastada da Vila, expandindo o perímetro urbano para a Rodovia ES-010 (via que liga a Vila de Itaúnas à sede de Conceição da Barra).

Um dos problemas no longo prazo é a pressão que a faixa urbana pode fazer sobre áreas de preservação do Parque, ou até mesmo sobre propriedades particulares limítrofes. Portanto, a nova dinâmica oferecida pelo turismo, juntamente com as trocas culturais que resultam desse processo, trouxe mudanças no cotidiano dos moradores, nas relações econômicas, nas relações com o espaço vivido, agora analisado com base na lógica do turismo e do capital, entre outros aspectos (RICCO; ETCHEBÉHÈRE JÚNIOR, 2007).

Figura 21 – Processo de expansão territorial.



Fonte: Geobases (2016).

Nota: Modificada pela autora.

Além de melhorias econômicas, o turismo oferece uma mudança nos modos de vida da população, na configuração espacial, nas áreas de preservação ambiental, que sofrem pressão por parte da ocupação, impactando positiva e negativamente a comunidade.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas, o excesso de turistas no verão, nos feriados prolongados e no Festival do Forró sobrecarrega a capacidade de suporte local. O pisoteio das dunas, por exemplo, afoga a areia e provoca sua erosão e desraizamento da vegetação nativa. Observa-se importante preocupação acerca desse fenômeno, já que foi a retirada da vegetação nativa que ocasionou o “soterramento” da antiga Vila. Nota-se também a danificação e atos de vandalismo na sinalização dos percursos, o que dificulta o ordenamento do fluxo de turistas. Insegurança, assaltos, especulação imobiliária e marginalização da

população nativa também são impactos provocados pelo turismo, junto com baixa qualidade de saneamento, descaracterização do ambiente urbano antigo (casas coabitadas, construção de puxadinhos e de quartos isolados nos lotes), processo de especulação imobiliária, entre outros (INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

O Plano de Manejo aponta ainda a inexistência de uma política que integre as comunidades locais e o Parque, em uma relação de troca, situação que abre oportunidades de trabalho e preservação do meio ambiente. Essa falta de integração distancia a população moradora e gera uma não aceitação das políticas e ordens impostas para a preservação. “Há no Brasil, o costume de se criar Unidades de Conservação sem a preocupação de geração de alternativas de sobrevivência para as pessoas nativas dessas áreas, gerando conflitos” (INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

É fato que o turismo influencia no ritmo de vida da população da Vila, mas ele também instabiliza a sociedade do ponto de vista da geração de renda, já que, na alta temporada, a economia gira em função dele, e, na baixa temporada, os moradores voltam às suas funções cotidianas (pesca, coleta de mariscos, artesanato, construção civil local, colheita de café e mandioca, entre outras). “Os recursos financeiros obtidos na alta temporada são, para muitos, responsáveis pelo sustento o restante do ano” (HACON, 2011, p. 85).

Sabe-se que o forró sempre aconteceu de maneira espontânea na Vila, introduzindo-se como parte do lazer e do cotidiano. Contrapondo-se a outras atividades de festas, o forró dispõe de uma infraestrutura implementada para atender a demanda estabelecida de turistas ao longo do ano.

Vale lembrar que o turismo está entre as principais atividades econômicas de Itaúnas. Ainda assim, essa atividade não conta com um plano sólido, responsável por estabelecer e organizar as atividades da Vila (INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

Na época da alta temporada, a economia local gira praticamente em torno do turismo. Na baixa temporada, as atividades econômicas se voltam para o cotidiano. Destaca-se a pesca artesanal, a coleta de mariscos, a marcenaria, a produção de

artesanato, a ajuda nas atividades rurais exercidas na região (colheita de café, mandioca), a produção de carvão, o comércio e a construção civil local, além de empregos públicos vinculados à Prefeitura de Conceição da Barra e ao Governo do Estado do Espírito Santo (HACON, 2011, p. 83). Apesar disso, na época de inverno, acontece o Festival Nacional de Forró de Itaúnas, que atrai grande quantidade de turistas, movimentando o comércio local e contrariando o “turismo sol e mar”.

O turismo, então, influencia o ritmo de vida da população; por outro lado, traz instabilidade do ponto de vista de geração de renda, devido a sua sazonalidade (HACON, 2011, p. 85).

Além do forró, Itaúnas também é palco de outras festividades culturais, às quais se contrapõe por apresentar uma estrutura implementada para atender a demanda, incluindo instalações de pousadas, comércio e outros empreendimentos. Esse forró já consolidado diferencia-se do que acontecia na praça central, quando não havia energia elétrica (HACON, 2011, p. 81).

O turismo foi favorecido pela consolidação do forró, mas também pela criação do Parque e pela existência das outras manifestações culturais. “O PEI, ao declarar um dos poucos remanescentes de Mata Atlântica do norte do ES protegido por lei na forma de Parque Estadual, selou a Vila de Itaúnas como uma espécie de ‘refúgio paradisíaco’” (HACON, 2001, p. 95).

Embora muitos que visitam Itaúnas não saibam da existência do PEI como figura legal, é certo que as paisagens naturais da região, que se encontram dentro dos limites do Parque, desempenham um papel importante no incentivo da atividade turística (HACON, 2011, p. 95).

Além da mudança do perfil populacional da Vila, que vem sendo alterado pelo desenvolvimento do turismo, com pessoas de fora estabelecendo-se no local, houve também uma “aculturação”, ou seja, uma troca cultural promovida pelo grande número de visitantes vindos de outras cidades e regiões. Esse processo de introdução de novos valores culturais pela presença dos turistas, afeta principalmente os mais jovens, que se distanciam de práticas culturais tradicionais (MARTINS; MOLINA, 2008, p. 9).

Assim sendo, essas mudanças resultaram em impactos positivos e negativos para a comunidade. Destaca-se, como exemplo, o investimento de recursos financeiros e o aumento do uso de drogas no local. O consumo de drogas foi destacado no Plano Diretor de Conceição da Barra como um problema de saúde que vem aumentando nos últimos anos. Porém ainda não há nenhum programa específico por parte da Prefeitura para que essa questão seja resolvida (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2005, p. 84, apud HACON, 2011, p. 96).

Segundo o Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas, o avanço da atividade turística funcionou como fator de atração de novos moradores, advindos de outros estados. De acordo com os dados, o número de coabitação é grande (INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

Ainda no Plano de Manejo foi feito um levantamento dos impactos negativos e positivos do turismo em relação ao território. Como já dito, o turismo é caracterizado pela sazonalidade; no verão, nos feriados e no mês do Festival de Forró, há um excesso de visitantes sobrecarregando a capacidade de suporte local (INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004). Apesar de hoje já haver uma estrutura maior e melhor do que a da época em que o Plano de Manejo foi escrito, ainda se vê uma sobrecarga na estrutura da Vila, com número grande, por exemplo, de automóveis, pessoas, lixo.

Sobre problemas urbanos, o documento aponta lançamento de efluentes domésticos nos leitos dos rios, descaracterização do antigo ambiente urbano, alto número de coabitação, criação de puxadinhos e anexos, sem qualquer fiscalização, especulação imobiliária, degradação do ecossistema causado pelo grande número de turistas, além de insuficiência de recursos financeiros do PEI (INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2004).

A respeito dos avanços e impactos do turismo sobre o lugar, recentemente foi publicado no jornal A Gazeta, um artigo em que a pacata Vila capixaba é comparada com Trancoso, na Bahia. A autora da matéria, intitulada “Há um vilarejo ali: conheça os detalhes de Itaúnas”, aponta a vantagem da Vila capixaba sobre a baiana, destacando a distância – Itaúnas está na metade do caminho - e as dunas.

O artigo vem ainda informar que, apesar de ser uma vila “simples” em questões de infraestrutura, equipamentos urbanísticos e modos de vida da população, os proprietários investem na “gourmetização” de bares e pousadas com acabamentos finos, mas que preservam a característica local. Pousadas que oferecem serviços diferenciados, como champanhe; piscinas privativas em cada quarto; lençóis de fio egípcio e cozinhas *gourmet* buscam outro tipo de turista, talvez os que preferem sofisticação e requinte, até mesmo os que preferem Trancoso à Vila Capixaba e que, devido à crise, não podem ir à Bahia, e não apenas o turista de *camping*, que não se importa em tomar café na padaria, anda descalço e se mistura aos nativos.

Pela tranquilidade do local e receptividade da população, pode-se afirmar que Itaúnas é um lugar que abraça e recebe bem a todos. Contudo, o aumento de empreendimentos de alto padrão na Vila pode levar à gentrificação tanto da população quanto dos turistas mais comuns. Sabe-se que há muitas pessoas de fora que se encantam com a Vila e decidem mudar-se, abrindo algum tipo de comércio para se sustentarem. Hoje, o nativo e o “forasteiro” convivem bem e em harmonia, mas, se a especulação e os investimentos de fora continuarem aumentando, até quando essa convivência continuará em harmonia?

É importante haver opções para todos os públicos, mas é mais importante ainda que a essência e a simplicidade do lugar não se dissipem.

A reinvenção de Itaúnas como roteiro turístico iniciou na década de 1980 e permanece até hoje, como visto na melhoria e criação de bares e pousadas. É importante que haja essa reinvenção para que o turismo continue fomentando a economia e melhorando a vida da população residente, porém é necessário que haja o reconhecimento dos recursos importantes para os moradores (recursos naturais, patrimoniais, econômicos e culturais), a fim de que o crescimento e a reinvenção aconteçam de forma a preservá-los, e não anulá-los.

3 INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM DA VILA DE ITAÚNAS

Ao trabalharmos com o patrimônio cultural, vimos que a dicotomia entre bens materiais e imateriais, por exemplo, era forte e não abria espaços para uma interligação. A ampliação do olhar sobre o patrimônio, saindo da preservação do edifício isolado (como abordava a carta de Atenas de 1931), passando a incluir também conjuntos de edifícios e sítios históricos; a inserção de termos como patrimônio imaterial e intangível e seu registro decretado pelo IPHAN, em 2000, fazem parte dessa nova abordagem que hoje abraça tradições, expressões de arte, saberes populares, paisagem, arqueologia, entre outros aspectos.

Essas ressignificações só foram possíveis graças à ampla discussão realizada nas últimas décadas, que transformou os campos da geografia e do patrimônio, por exemplo. Com isso, a inserção de discussões sobre mudanças nas políticas de patrimônio, ao longo do tempo, deixou claro que, para boas gestões, as várias camadas que compõem o patrimônio devem participar do processo.

A história da Vila de Itaúnas apresentada no capítulo 2 deixa clara a incorporação das manifestações religiosas e populares – também do cotidiano da população – ao patrimônio cultural local, as quais, além de estarem presentes nas dinâmicas existentes, na memória dos moradores, também se representam na configuração espacial do território, como base do conceito paisagem cultural.

Nesse sentido, este capítulo tem sua abordagem voltada para a interpretação da paisagem sob o ponto de vista do patrimônio cultural. Reconhecer esse patrimônio é de suma importância para que a comunidade se reconheça no lugar e se sinta importante para a continuidade das dinâmicas sociais e, conseqüentemente, para a preservação da sua história e de todos os elementos catalisadores que dão valor ao local.

Para isso, serão apontados os elementos simbólicos caracterizadores do ambiente da Vila de Itaúnas, construídos a partir de estudos sobre os significados criados pelos grupos que vivenciam os espaços da Vila, produzindo os lugares simbólicos do local. Esses lugares são assinalados como manifestações espaciais da cultura e têm significados políticos, religiosos, étnicos ou associados ao passado, todos impregnados de singularidades simbólicas.

Além dos lugares simbólicos, serão identificados também os itinerários simbólicos, as apropriações espaciais e os caminhos percorridos desde a época da antiga Vila até hoje que dão sentido ao cotidiano, às festas e aos eventos temporários que se apropriam dos espaços da igreja, da praça, do rio e das ruas locais para sua realização.

As manifestações culturais são divididas em festas populares e festas religiosas. Essas manifestações são importantes para a apreensão do espaço e das suas dinâmicas sociais. Apontam tanto a importância da Festa de São Sebastião e São Benedito, principal festa religiosa local, que preserva até hoje tradições da comunidade, quanto a do Festival Nacional de Forró de Itaúnas, principal fomentador do turismo e, conseqüentemente, da geração de renda.

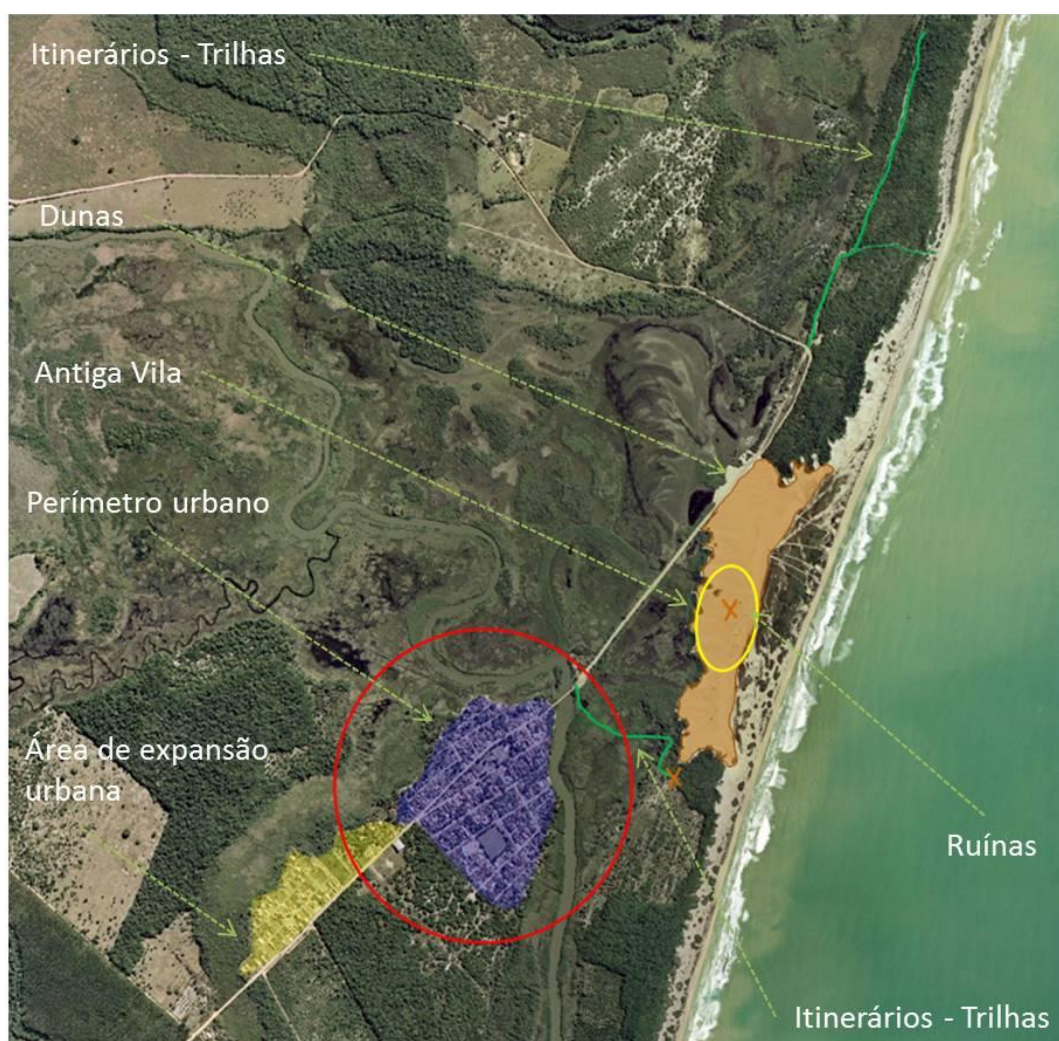
Como última camada de identificação, os elementos morfológicos simbólicos do espaço consistem na identificação e no reconhecimento das características urbanísticas da Vila. Citamos, por exemplo, o traçado, a rua, o padrão construtivo, a importância da vegetação.

Vale lembrar que as categorias apontadas neste trabalho se sobrepõem e estão intrinsecamente ligadas entre si e ao território, não sendo possível sua divisão e tratamento separados. Por exemplo, o mesmo bar que recebe turistas na alta temporada e na semana do Festival Nacional de Forró participa da Festa de São Sebastião e São Benedito como ponto de parada na procissão. Portanto, a distinção feita para esta apresentação é um recurso didático para facilitar a reflexão proposta na dissertação.

O que norteia a separação acima apresentada é o reconhecimento de que a dimensão simbólica do lugar está contida na inter-relação entre cultura material, imaterial e natural.

Posto isso, reforça-se a importância da identificação de todos os elementos e o entendimento de forma conjunta. O mapa síntese abaixo contém todos os elementos identificados, que serão apresentados nos próximos parágrafos.

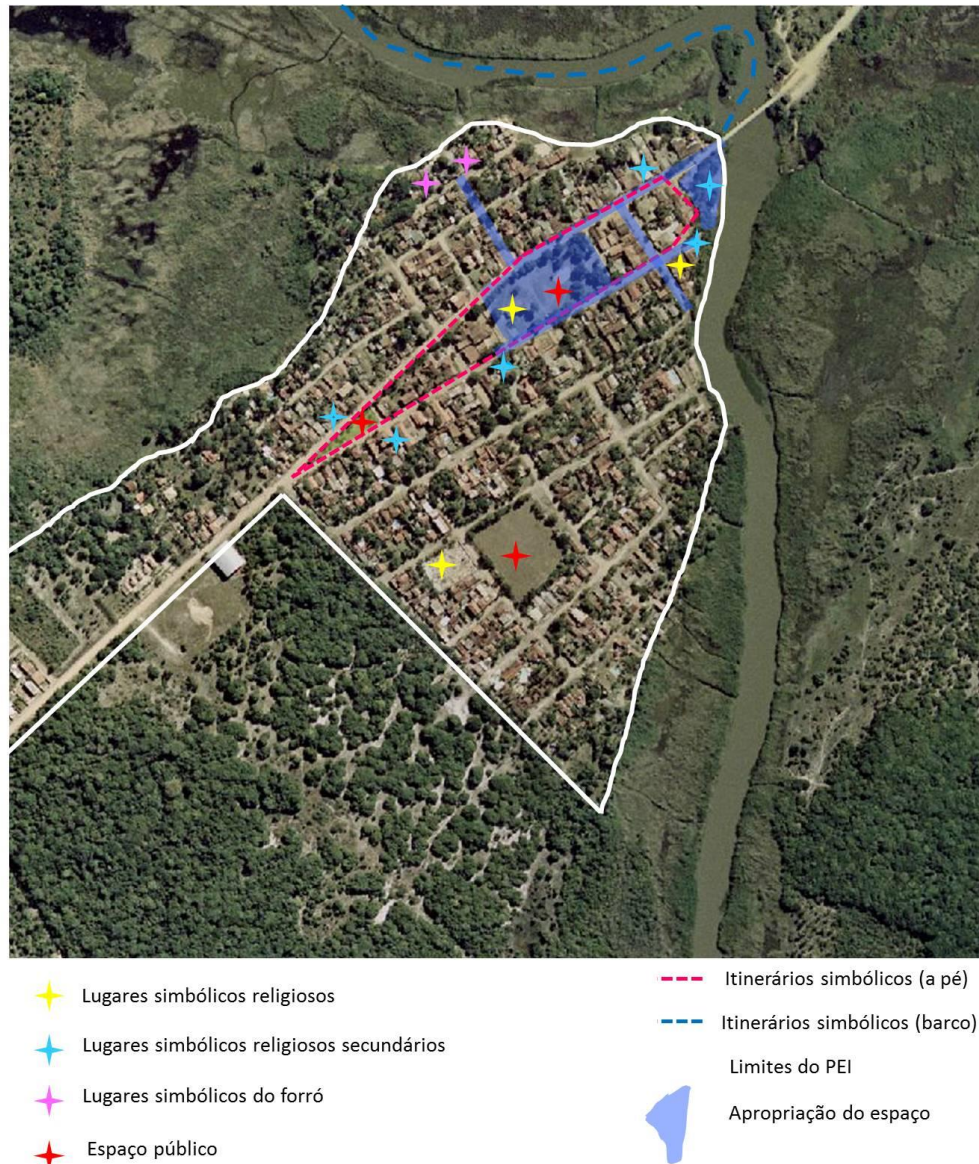
Figura 22 – Mapa síntese de lugares, itinerários e elementos simbólicos.



Fonte: Geobases (2017).

Nota: Modificada pela autora.

Figura 23: Mapa síntese de lugares, itinerários e elementos simbólicos com zoom no perímetro urbano.



Fonte: Geobases (2017).

Nota: Modificada pela autora

Almeja-se, com isso, subsidiar políticas públicas de gestão da paisagem, que trabalhem as categorias apontadas no trabalho de forma conjunta, entendendo que a contribuição da comunidade local é tão importante quanto qualquer planejamento.

3.1 LUGARES E ITINERÁRIOS SIMBÓLICOS

Esta primeira análise pauta-se em literatura sobre elementos e formas simbólicas e também sobre o estudo da simbologia da paisagem. Corrêa (2012) afirma que as formas simbólicas podem ser distinguidas em materiais ou imateriais. As imateriais incluem linguagem, metáforas, metonímias, lendas e constituem o meio pelo qual os significados podem ser criados ou recriados. Já as formas simbólicas materiais podem ser uma vestimenta, joias ou adereços. O autor afirma ainda que os vários significados criados pelos distintos grupos culturais permitem a construção dos “mapas de significados”. Para Corrêa (2012), “[...] esses mapas descrevem a diferenciação espacial dos significados, tendo como suporte teórico o entendimento da cultura como os significados criados e recriados no âmbito da prática de diferentes grupos culturais e sua dinâmica”.

Dessa forma, os diversos mapas apresentados neste trabalho se aproximam de modo preliminar dos chamados “mapas de significados”, pois expressam a identificação dos elementos simbólicos e seus significados para quem vive ali. Contudo os resultados ainda não caracterizam o entendimento de mapa de significado devido à ausência da contribuição efetiva dos moradores locais. Portanto, a partir da metodologia adotada neste trabalho, foi possível identificar, no território, símbolos e elementos que contribuem para o entendimento e a caracterização de mapas de significados, porém não podem ser assim chamados porque não houve contribuição efetiva da comunidade na elaboração desses mapas.

O autor assegura ainda que as formas simbólicas se tornam formas espaciais que não estão vinculadas ao espaço e podem constituir-se em fixos e fluxos simbólicos ou em lugares e itinerários, características elementares da espacialidade. Nas palavras do autor: “[...] lugares e itinerários simbólicos sintetizam os diversos fixos e fluxos simbólicos” (CORRÊA, 2012, p. 137).

Essas relações derivam da forma das práticas sociais que criam um simbolismo em determinados locais do trajeto, as quais se identificam com as práticas existentes. Corrêa (2012) prossegue afirmando que a força de determinado evento ou personagem a ser celebrado gera escalas que marcam a paisagem e dá um sentido local, regional, nacional ou internacional a determinada forma simbólica. Portanto, os

lugares e itinerários simbólicos “[...] podem ser descobertos em determinados contextos culturais, envolvendo espaço, tempo e padrões de significados, além de, simultaneamente, distintas escalas espaciais” (CORRÊA, 2012). É o que se percebe, por exemplo, na Festa de São Sebastião e São Benedito, conforme será exposto. Nessas festividades, têm-se os “personagens” celebrados marcando fortemente a paisagem de **lugares** simbólicos, a exemplo da igreja e da capela, como também dos **itinerários** simbólicos em percursos no rio e nas ruas da Vila.

Os lugares simbólicos são manifestações espaciais da cultura, têm significado político, religioso, étnico ou associado ao passado. Essas características os tornam cheios de singularidade simbólica. Os exemplos de lugares simbólicos inseridos no espaço urbano passam pelo bairro, pelas praças e ruas ou pelos prédios. Segundo Boyer (1994), citado por Corrêa (2012), esses lugares podem ser considerados lugares vernaculares ou retóricos, distinguidos por práticas simbólicas populares e oficiais. Ainda para o autor, os lugares retóricos são lugares onde os eventos são celebrados, e a população é a audiência do espetáculo. Já os lugares vernaculares são lugares públicos, cheios de tradições populares locais, marcados por uma conexão identitária (BOYER, 1994, apud CORRÊA, 2012). Portanto, os lugares retóricos não têm conexão identitária; a população está presente apenas para assistir ao espetáculo.

Com base nas categorias propostas por Boyer, observa-se que Itaúnas compreende em si mesma – ou seja, a Vila propriamente dita como um distrito –, um lugar simbólico vernacular, onde a tradição está presente durante todo o ano, associada às práticas sociais da população no cotidiano, suscitando forte conexão identitária, percebida tanto por moradores quanto por turistas.

Os próprios moradores constroem o sentido simbólico dos lugares. As pessoas externas também podem realizar tal tarefa. Desse modo, Corrêa (2012) afirma que os lugares simbólicos são resultado de um processo de criação (interno ou externo) “[...] para o qual há varias tensões que envolvem diferentes agentes sociais, criadores e usuários de significados” (CORRÊA, 2012, p. 140). A forte identidade cultural existente em Itaúnas não impede a sua abertura para elementos externos, possibilitando mudanças, mesmo que sutis.

É a partir desses processos que há a transformação ou a preservação de determinados lugares simbólicos e a ressignificação do *status* religioso, político ou histórico, incluindo ou não a sua mercantilização. Dessa forma, pode-se falar de lugares simbólicos mercantilizados que tiveram a paisagem e a história valorizadas ou até mesmo inventadas (CORRÊA, 2012). Nesse sentido, além de a Vila de Itaúnas constituir um lugar simbólico em si mesmo, é possível identificar outros lugares simbólicos na escala das ruas, praças, praias, dunas, rio, entre outros, tal como se observa no mapa a seguir (Figura 23).

Figura 24 – Mapa dos lugares simbólicos identificados.



Fonte: Geobases (2017).

Nota: Modificado pela autora.

Figura 25, 26, 27, 28 – Lugares simbólicos. Cemitério, Campo de futebol, Tronco de pequi-vinagreiro, Igreja e Praça e Casas de forró.





Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Ao abordar os itinerários simbólicos, Corrêa (2012) cita Geertz (1989), que afirma que os membros de uma determinada cultura e seus modos de reprodução “[...] são vistos em intenso processo de comunicação” (GEERTZ, 1989, apud CORRÊA, 2012). Assim, os meios pelos quais essas relações de diálogo entre a população e o território são realizadas representam os itinerários simbólicos que se constituem de partes da espacialidade do homem associados a práticas cheias de simbolismo (CORRÊA, 2012).

Nessa perspectiva, itinerários simbólicos de distintas ordens são identificados e caracterizados em Itaúnas, a saber: as trilhas dos antigos moradores da vila anterior, preservadas até hoje pelo PEI, a procissão de São Sebastião e de São Benedito e o trajeto da Fincada do Mastro de São Sebastião.

O PEI tem cinco trilhas diferentes disponíveis para diversas atividades, como educação ambiental, ecoturismo e pesquisa (Figura 28). São locais que passam por toda a biodiversidade do PEI: alagados, restinga aberta, restinga arbórea, dunas, entre outros. Algumas dessas trilhas são antigos trajetos que os moradores/pescadores percorriam, a exemplo da Trilha do Pescador, que ainda hoje é utilizada por pescadores para acesso à Praia da Pedra Grande, onde se encontra um abrigo dos barcos de madeira de pesca marinha. Outro exemplo é a Trilha Beira Rio, palmilhada por nativos da região, que passa por restinga arbórea, mangue, rio e pelas ruínas do antigo porto de atracação de toras, utilizado no início do século XX para escoamento da madeira explorada na região.

Figura 29: Trilhas do Parque Estadual de Itaúnas – Itinerários simbólicos.



Fonte: Instituto Estadual do Meio Ambiente (Acesso em 5 jul. 2016).

Outro exemplo de destaque, também formalizado pelo IEMA-ES como percurso turístico, é a Trilha do Seu Tamandaré (Figura 29), cujo destino é conhecer a casa em que o antigo morador, Carlos Bonelá (Seu Tamandaré), viveu, após deixar a antiga Vila soterrada. A casa está afastada das dunas e é protegida por vegetação até hoje, apesar de se encontrar abandonada e em ruínas. A trilha mencionada tem 700m de distância, da ponte do Rio Itaúnas até a casa do Seu Tamandaré, e 400m de distância, da casa até a praia, e passa por alagados, restinga e dunas (INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, acesso em 5 jul. 2016).

Figura 30 – Placa Trilha do Tamandaré.



Fonte: Instituto Estadual do Meio Ambiente (Acesso em 5 jul. 2016).

Figura 31, 32, 33 – Imagens trilha e casa do Seu Tamandaré.





Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Afirma-se, portanto, que essas trilhas são formas de manter as tradições da população da antiga Vila nos dias de hoje e, de certa forma, constituem símbolos da antiga ocupação e dos moradores antigos.

Além das trilhas expostas acima, é possível ainda observar as ruínas da antiga igreja em determinado local nas dunas. A igreja representa mais um lugar simbólico que tem ligação com a antiga Vila. Esses dois elementos (trilhas e ruínas) constituem o símbolo do passado de uma vila e de um modo de vida que hoje não existem mais, mas ainda estão presentes no imaginário e na memória da população, principalmente a mais antiga.

São, portanto, formas simbólicas do local expressas em lugares (casa do Seu Tamandaré, ruínas da igreja soterrada, do cemitério, entre outros) e itinerários simbólicos (as trilhas acima mencionadas).

Figura 34, 35 – Ruínas visíveis da antiga Vila.



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Os exemplos de itinerários expostos acima representam uma recordação do passado e reafirmam a memória dos moradores.

Há ainda os itinerários que acontecem durante a Festa de São Sebastião e São Benedito, aproximadamente nos dias 19 e 20 de janeiro. A data, antes fixa, hoje acompanha o calendário turístico, acontecendo no fim de semana mais próximo dos dias citados. No ano de 2017, a festa aconteceu nos dias 20, 21 e 22, sexta, sábado e domingo, respectivamente. A festa, em especial, será tratada no item **3.2.2 Festa de São Sebastião e São Benedito**. Neste momento, reafirma-se o caráter da festa como itinerário simbólico.

A festa dos santos Sebastião e Benedito é um acontecimento que transforma a Vila em um lugar ainda mais pleno de cores e simbolismos. A chegada do Grupo de Ticumbi pelo Rio Itaúnas, em barcos enfeitados com flores de papel crepom e fitas coloridas, marca o início da festa. O Grupo de Ticumbi traz também a imagem dos santos homenageados, que seguem em procissão até a igreja e capela. Esse itinerário simbólico tem o Rio de Itaúnas como suporte. O Grupo Ticumbi de Itaúnas sai do Sítio do Rives e percorre o Rio até chegar à ponte, no centro da Vila.

Figura 36 – Procissão pelo Rio Itaúnas - Festa de São Sebastião e São Benedito 2017.



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2017). Acesso em 23 jan. 2017.

Figura 37 – Chegada do Grupo de Ticumbi do Bongado pelo Rio Itaúnas.



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2017). Acesso em 23 jan. 2017.

Figura 38 – Procissão pelo Rio Itaúnas - Festa de São Sebastião e São Benedito 2017.



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2017). Acesso em 23 jan. 2017.

No fim da tarde do primeiro dia, acontece a Fincada do Mastro de São Sebastião na praça em frente à igreja. Esse acontecimento começa com um Grupo de Reis de Boi cantando e tocando pandeiros na capela de São Benedito. No primeiro momento, o Grupo reverencia o santo; após uns 10 minutos, tempo necessário para os turistas e moradores chegarem a fim de acompanhar o trajeto, o Grupo sai em busca do Mastro, que já está pintado com as cores azul, branca e vermelha, e se encontra em uma espécie de praça, às margens do Rio, próxima à ponte.

Vale lembrar que os responsáveis pela pintura do Mastro são os participantes da comunidade de São Benedito, e os responsáveis pela pintura e renovação da bandeira (que é fincada no mastro posteriormente) são os membros da comunidade

São Sebastião. Isso mostra que não há competição entre os santos nem entre as comunidades.

Vários homens da comunidade carregam o Mastro até a praça principal, onde, com a bandeira de São Sebastião renovada, acontece a Fincada do Mastro. O evento é acompanhado por fiéis e turistas ao som dos pandeiros e versos cantados pelo Grupo.

Seguem fotos e mapa do itinerário.

Figura 39, 40 – Homens carregando o Mastro de São Sebastião.



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Figura 41 – Mastro de São Sebastião já fincado.



Fonte: Costa (2017).

Figura 42 – Mapa do percurso da procissão da Fincada do Mastro de São Sebastião.



Fonte: Geobases (2016).
Nota: Modificada pela autora.

Após a Fincada do Mastro, acontece a missa em homenagem a São Sebastião. A missa é interrompida no Ato Penitencial (momento litúrgico importante em que acontece o perdão) para realização da procissão como forma de penitência.

A procissão acontece nas ruas laterais da igreja (Rua Durmeval Leite da Silva e Avenida Bento Daher) e compreende cinco paradas reflexivas, algumas em casas de família e outras, em bares e restaurantes. Em cada parada, tal como dito, o padre faz uma reflexão. A imagem de São Sebastião é carregada pelos fiéis, que se revezam para assumi-la, ao som do pandeiro e de cantos de ladainhas e músicas de São Sebastião.

Neste ponto, é importante destacar que cabe pesquisa detalhada envolvendo entrevistas com moradores mais antigos, considerando por ora a justificativa de o

fato ser tradição, dada por algumas pessoas durante a realização da festa, no ano de 2017.

Seguem fotos da procissão, das paradas e do mapa do trajeto.

“A ti Santo, hoje damos louvores, Grande
Mártir, São Sebastião. Que da morte
afrontaste os horrores, indo à Glória reinar
em Sião.”

“Duras setas em ti se cravaram, no teu
corpo ferido, mortal. Mas em vez da morte o
que te deram, foi na Glória a coroa imortal.”
[...]

“Salve o nosso santo preferido, São
Sebastião querido, mora em nosso coração.
Força, fé e amor e a esperança em Cristo
Redentor.”

“Salve o nosso santo glorioso, santo humilde
e poderoso, vence a morte pelo amor. São
Sebastião, morrer por Cristo é ser
vencedor.”

Figura 43, 44 – Imagens da procissão de São Benedito.



Fonte: Elaborada pela autora (2017)

Figura 45 – Imagem de São Sebastião retornando à igreja.



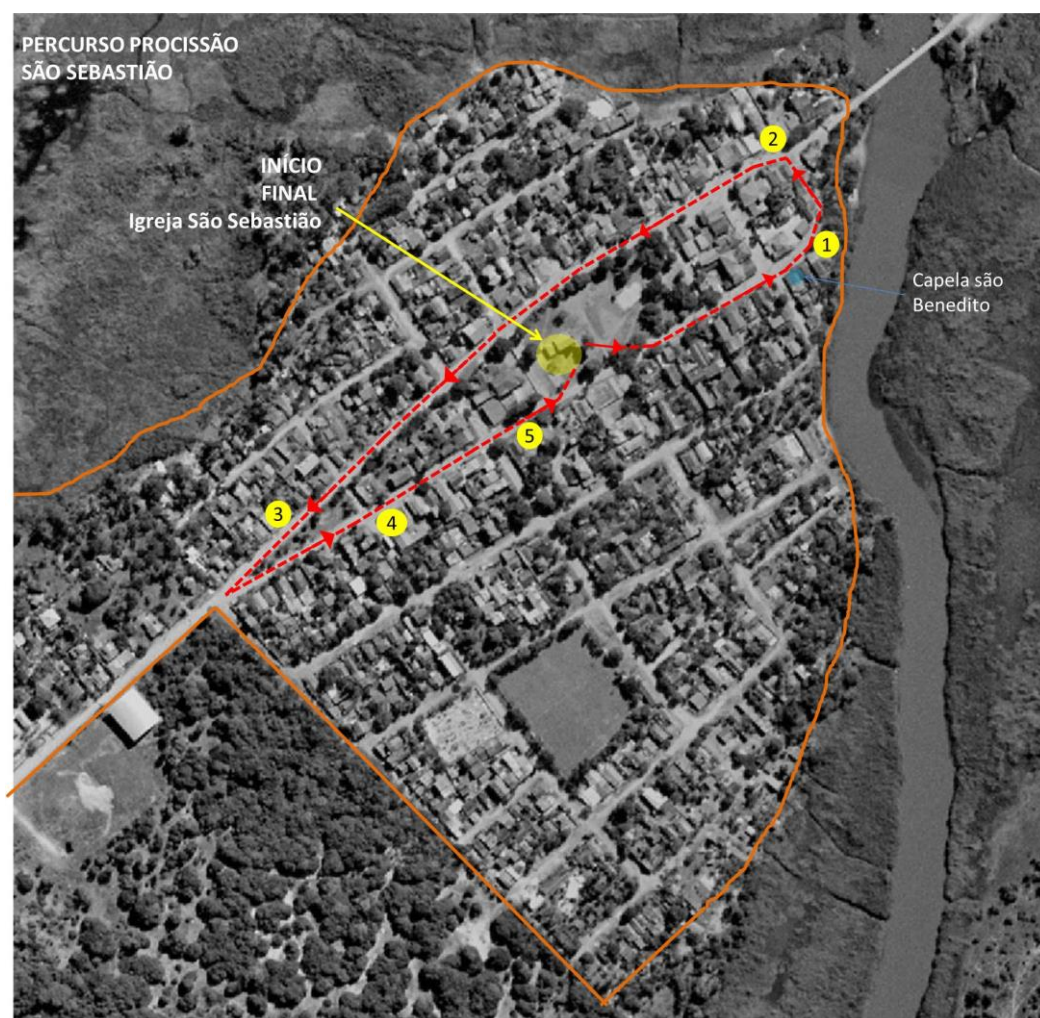
Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2017).
Acesso em 23 jan. 2017

Figura 46, 47 – Fotos das paradas para reflexão: um bar e uma casa de membro da comunidade, respectivamente.



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2017). Acesso em 23 jan. 2017

Figura 48 – Mapa do percurso da procissão de São Sebastião com cinco paradas para meditação.



Fonte: Geobases Costa (2017).
Nota: Modificada pela autora.

No dia seguinte, logo pela manhã, acontece a chegada do Grupo Ticumbi do Bongado, também pelo Rio Itaúnas. A seguir, é celebrada na capela uma missa em

homenagem a São Benedito. Nessa ocasião, a imagem de São Sebastião é retirada da igreja e levada à capela, e participa de todos os eventos ao lado da imagem de São Benedito. Ao final da tarde, há uma procissão com grupos de Congo cantando músicas e hinos de São Benedito ao som do pandeiro.

A procissão é acompanhada por fiéis e turistas. Um detalhe interessante é a presença da imagem de São Sebastião durante o percurso, que é o mesmo da procissão dos dois santos, à exceção das paradas para reflexão. O cortejo de São Benedito é mais rápido e menos introspectivo.

Seguem fotos da procissão e mapa do trajeto, semelhante ao trajeto da procissão de São Sebastião.

Figura 49 – Procissão de São Benedito.



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Figura 50 – Grupo de Reis de Boi saudando São Benedito na capela.



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2017). Acesso em 23 jan. 2017.

Figura 51 – Mapa com procissão de São Benedito.



Fonte: Geobases Costa (2017).
 Nota: Modificada pela autora.

Na ocasião da festa, acontecem também apresentações de grupos de Jongo, de Ticumbi, de Congo e a do Alardo de São Sebastião. Esses eventos estão mais detalhados no item **3.2.2 Festa de São Sebastião e São Benedito**.

Durante a festa, pode-se perceber que a religiosidade se confunde entre os santos e os grupos. Não há uma divisão perceptível na “a comunidade, dona da festa”, e sim uma ajuda e devoção mútua entre os devotos de São Benedito – antigo santo padroeiro da Vila – e de São Sebastião, atual padroeiro. Há também uma sincronia velada entre o sagrado e o profano, uma vez que se veem os brincantes de Congo e os carregadores do Mastro bebendo cervejas antes das apresentações e atividades religiosas.

Portanto, a característica simbólica existente nos lugares se revela ao homem como algo que antecede a linguagem, apresenta alguns aspectos da realidade e enfatiza as relações do lugar com seu caráter emblemático. Essas relações são divulgadas

pelos símbolos e podem representar uma realidade material unida a uma ideia e a um sentimento. A apresentação dos símbolos passa entre as atitudes do homem e a carga de afetividade aos lugares, que, segundo Elíade, “[...] invocam a nostalgia de um passado mitificado” (COSTA, 2008), passado que, em Itaúnas, se revela muito presente em suas manifestações culturais e religiosas, através dos itinerários expostos.

3.2 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: FESTAS POPULARES E RELIGIOSAS

3.2.1 O Forró Pé de Serra

Segundo Maia (1999), as festas populares são manifestações culturais que se caracterizam por serem eventos efêmeros e transitórios, podendo durar algumas horas, dias ou semanas e até meses. Assim sendo, o Festival Nacional de Forró de Itaúnas (FENFIT), que acontece sempre no mês de julho, pode ser considerado como uma festa popular da Vila, conforme apresentado a seguir.

Segundo o mesmo autor, a maioria das festas oferece uma nova função para as ruas, praças, estádios – os locais onde acontecem. Quando acabam, esses lugares retornam à função habitual. Há também festas que vão além do momento de sua ocorrência, embora sejam temporárias da mesma forma, adquirindo um significado simbólico e econômico que permite isso (MAIA, 1999).

O autor afirma ainda que as festas populares têm uma composição complexa, envolvendo relações econômicas, políticas, ideológicas, afetivas, simbólicas e ricas, apesar de seu aspecto efêmero (MAIA, 1999). “Nas festas, as trocas culturais, sob suas diversas faces, acontecem em diferentes sentidos. Aparecem na arte, na estética, na música, na religião, estendendo as relações facilitadas pelo contato na festa [...]” (AMARAL, 1998).

Identificamos, portanto, o Forró Pé de Serra como festa popular, e o FENFIT como evento principal, que acontece em feriados, com destaque para o ano novo. Vale lembrar que o forró acontece desde a época da Vila antiga, e se transformou, ao longo dos anos, no atual forró universitário.

A palavra “forró” pode designar uma festa, um local ou um gênero musical. Segundo Celinga (2012), a palavra forró apresenta duas versões no sentido etimológico. Uma versão vem da expressão “for all”, que significa para todos, em inglês, ou da expressão “forrobodó”, que se refere a uma festa comum, sem etiqueta, no Nordeste. Contudo, encara-se forró como uma festa onde se canta, se dança e há diversão de maneira lúdica.

É importante ressaltar que o forró não teve seu berço em Itaúnas; ele decorreu de influências europeias e africanas na música brasileira, tornando-se um estilo musical que se originou do baião, organizando-se como dança e canto típicos do Nordeste (CELINGA, 2012). Pode-se afirmar, porém, que o forró encontrou em Itaúnas um palco fértil para seu desenvolvimento e afirmação, apesar de não ter nascido ali.

Observa-se que a ligação de Itaúnas com o forró acontece desde os bailes de sanfona da antiga Vila. Os mais antigos comentam que esses bailes ocorriam periodicamente e eram frequentados pela maioria dos moradores. Com o soterramento e a mudança para a Vila atual, esses bailes ficaram um tempo sem acontecer, pois a população, desanimada pelo que perdera, estava reconstruindo a vida na nova Vila (CELINGA, 2012).

Ainda segundo a autora, aos poucos essa festa foi reaparecendo na comunidade, tendo como incentivo a fundação do Bar Varandão por um morador que começou a promover os primeiros bailes na nova Vila de Itaúnas. Na época, vinham sanfoneiros da região e de cidades vizinhas (São Mateus, Sul da Bahia) para tocar nos bares, não havendo cobrança de ingresso (CELINGA, 2012).

Como já visto, o turismo em Itaúnas foi alavancado na década de 1990 por diferentes fatores, inclusive o forró que, nessa mesma época, em âmbito nacional, estava passando por um processo de transformação, que fez surgir o forró universitário, com o objetivo de resgatar a sonoridade da zabumba, do triângulo e da sanfona.

Segundo Alfonsi (2007), citado por Celinga (2012), o termo forró universitário passou a ser usado no início da década de 1990, quando os estudantes passaram a organizar festas em faculdades de São Paulo, cuja atração principal era esse ritmo.

Dessa forma, os jornais da época começaram a divulgar o título “universitário”, inaugurando, portanto, a moda do “forró universitário”.

Com a expansão nacional do forró, Itaúnas tornou-se um reduto dos admiradores desse estilo musical. Em 1996, Tatu, um morador da Vila, trouxe o primeiro trio de São Paulo para se apresentar no seu bar, o trio Sabiá. É importante salientar que o forró teve e continua tendo um importante papel como construtor da identidade do lugar, junto com as demais manifestações culturais (CELINGA, 2012).

Vale lembrar, ainda, com a mesma autora, que a indústria cultural também teve e tem seu papel na ressignificação do forró, ao longo dos anos, na Vila de Itaúnas. Ainda nos termos de Celinga (2012), o forró antigo, semelhante ao que acontecia na Itaúnas velha, pode ser percebido quando ocorrem as apresentações dos grupos culturais, geralmente nas casas dos festeiros (CELINGA, 2012).

Com o desenvolvimento do turismo, alavancado pelos recursos naturais e paisagísticos e também pelo forró, Itaúnas começou a modificar sua infraestrutura para que pudesse receber um grande número de visitantes. As casas de forró, que antigamente eram bares locais e não cobravam bilheteria, passaram a ter uma estrutura com palco, aparelhagem de som e local aberto para comportar o número de dançarinos e visitantes. Para custear essas mudanças, o ingresso passou a ser cobrado.

A partir disso, a prática cultural do forró, que até então acontecia de maneira espontânea, passou a ser produto de consumo, tendo o já mencionado FENFIT como o principal deles. O FENFIT é um festival de música que promove a revelação de novos talentos do Forró Pé de Serra mediante prêmios em dinheiro e gravação de CD/DVD, além de divulgação e apresentação na “capital do forró”. O primeiro festival aconteceu em 2001, para incrementar o turismo na Vila de Itaúnas, e permanece de modo ininterrupto até os dias atuais.

Figura 52, 53 – Imagens do FENFIT 2015.



Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/musica/noticia/2016/05/festival-de-forro-itaunas-leva-vencedores-para-londres-em-2016.html>. Acesso em 23 ago. 2016

A autora mencionada afirma que o desenvolvimento de um tipo de forró que agrada jovens de classe média pode ter sido uma estratégia utilizada para projetar Itaúnas nacionalmente (CELINGA, 2012). Afinal, é possível notar nos turistas, na época do FENFIT, um padrão de comportamento e de apresentação dos jovens de hoje em dia.

Durante o mês de festival, a procura por quartos e pousadas é grande, consequentemente, o valor oferecido/pago também sobe. Hoje, esse fato já é observado em outros períodos, como feriados, *réveillon* e outros festivais que acontecem na Vila, a exemplo do Festival de *Reggae*, em novembro, e do 1º Festival Gastronômico, realizado nos dias 8 a 11 de setembro de 2016.

Durante o Festival e, também, durante toda a alta temporada, observa-se ainda a rotina dos turistas, que são mais notívagos em sua maioria. A partir das 18h ou 19h é que se percebe o número de turistas realmente hospedados na Vila, pois é o horário em que eles saem das pousadas e quartos em busca de alimentação e de atrações.

Esse movimento maior dura até a manhã seguinte, quando geralmente o forró nos locais pagos acaba, e as pessoas seguem para o forró da ponte ou para frente de algumas padarias. Essa mudança de horários exclui da festa o morador, já que

muitos trabalham durante o dia e descansam à noite, e outros possuem estabelecimentos comerciais, que ficam abertos até tarde.

Vale destacar que, apesar de ser um reduto majoritariamente de forró, hoje já há estabelecimentos que oferecem outro tipo de ritmo, como *reggae*, MPB e *samba-rock*. Pode-se afirmar que isso passou a acontecer por causa do grande número e da variedade de turistas.

O aumento de turistas propicia uma circulação maior de bens, tanto para os investidores das casas noturnas quanto para os moradores que alugam suas casas e quartos para os visitantes. Esse fato, segundo Celing (2012), abre as fronteiras existentes e permite a mistura entre nativos e turistas, que convivem de maneira pacífica durante os dias de festas e todos os dias do ano.

Podemos observar, também, durante o Festival e outras datas importantes para Itaúnas, que há uma relação forte entre o turista e o lugar, o que acontece de forma mútua. Duncan, Jackson, e McDowell, citados por Carney (2007), argumentam que o relacionamento entre pessoa/lugar é recíproco, ocorrendo, então, um tipo de simbiose. Esses autores asseguram que o lugar não é somente o local onde alguma coisa se situa; “[...] o próprio lugar incorpora significado, que depende da história pessoal que uma pessoa traz para ele” (CARNEY, 2007, p. 127-128). Por fim, o mesmo autor diz que os lugares se referem a um local e também aos valores que as pessoas associam a ele. Há, portanto, a formação de laços psicológicos e emocionais entre as pessoas e os lugares que elas conhecem, a exemplo dos que acolhem festas populares. Em Itaúnas, cabe destaque para o Forró Pé de Serra como atividade de lazer cotidiana e como evento turístico de alcance externo ao local.

Posto isso, é possível afirmar que o forró, além de transformar a Vila, foi modificado ao longo dos anos por apropriações externas e internas. Mesmo modernizado, ele continua sendo de grande relevância para os moradores, como um componente da cultura que carrega as raízes dos bailes de sanfona, gera renda e transforma o lugar, além de impulsioná-lo como destino turístico.

3.2.2 Festa de São Sebastião e São Benedito

Apesar de o forró ser o elemento mais associado ao lugar, projetando a Vila de Itaúnas nacionalmente, é importante destacar as demais manifestações culturais que existem e já coexistiam na época dos bailes de sanfona.

Anterior à difusão do turismo, advinda do denominado Forró Pé de Serra, a Vila de Itaúnas caracterizava-se por suas manifestações culturais mais genuínas, a exemplo do Alardo de São Sebastião e do Ticumbi. Ambos são eventos temporários que se apropriam dos espaços da igreja, da praça, do rio, entre outros da Vila, para realização durante o mês de janeiro.

A sincronia religiosa existente acontece com a influência do catolicismo (representada pela Igreja Matriz de São Sebastião) misturado com a religiosidade afro-brasileira (representada pelo Ticumbi), configurando-se na marca de identidade da comunidade ligada indissociavelmente ao território (XAVIER; BASSETTI, 2014).

É possível afirmar que as festas religiosas em Itaúnas são uma combinação do religioso com o popular, além de ser “[...] também um ato político, territorial, uma reafirmação cultural, expressão de uma visão de mundo” (XAVIER; BASSETTI, 2014, p. 66). Dessa forma, identifica-se, por meio desse exemplo, a configuração, como patrimônio imaterial (danças, ritos, cantos, reza) e material (indumentária, bandeiras, bebidas, comidas), inserida no espaço territorial da Vila. Essa fé, sincronia de duas religiosidades fortes, é “[...] marca identitária da comunidade e está indissociavelmente ligada ao seu território”, e existe desde a época da antiga Vila (XAVIER; BASSETTI, 2014, p. 64).

Afirma-se, então, que a fé católica é representada, na Vila, pela Igreja Matriz e pelo Mastro de São Sebastião, localizados um defronte ao outro, compondo o local da praça como ponto de devoção e encontro, acolhendo em seu espaço crianças que brincam, pescadores que arrumam suas redes, uma feira livre modesta, que acontece durante as sextas-feiras, e a comunidade, que se encontra ao sair das missas e celebrações.

A mesma praça é ainda palco do Alardo de São Sebastião, do Ticumbi, dos grupos de Jongo e Reis de Boi, que se apresentam durante dias de festa religiosa, além de

ser local de passagem e permanência tanto de moradores como de turistas. A praça central contém outro símbolo forte, o tronco de pequi-vinagreiro que, segundo Xavier e Bassetti (2014), é um geossímbolo da Vila que “[...] lembra também um espaço-tempo” (XAVIER; BASSETTI, 2014, p. 64).

Rosendahl (1999) afirma em seus estudos que, na atualidade, qualquer entendimento religioso de mundo sugere fundamentalmente uma diferenciação entre sagrado e profano. De pronto, é possível reconhecer a dicotomia que existe entre os dois termos: o sagrado relaciona-se com uma divindade enquanto o profano, não. Segundo a autora, “[...] a palavra sagrado tem o sentido de separação e definição, em manter separadas as experiências envolvendo uma divindade de outras que não envolvem, consideradas profanas” (ROSENDAHL, 1999).

A autora comenta ainda que o espaço sagrado se constitui de dois elementos: um ponto fixo e o seu entorno. O ponto fixo é reconhecido pelos grupos de devoção, e o entorno é a área utilizada para as práticas religiosas (ROSENDAHL, 1999). E prossegue dizendo: “[...] podemos definir o espaço sagrado como um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência” (ROSENDAHL, 1999). Dessa forma, o espaço sagrado reflete a assimilação do grupo religioso envolvido no local, tal como pode ser exemplarmente reconhecido na praça da Vila de Itaúnas.

Portanto, aparece-nos como ponto fixo e entorno a própria praça, que tem como ponto fixo de devoção a igreja e como entorno desse espaço sagrado, toda a área utilizada para as práticas religiosas.

Figura 54 – Ponto fixo e entorno, praça principal da Igreja de São Sebastião.



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

O entorno desse ponto fixo – a praça – é palco das manifestações e apresentações de grupos culturais que acontecem durante todo o ano, principalmente durante os dias da Festa de São Sebastião e São Benedito, tal como exposto anteriormente. Em depoimentos de moradores locais, foi apontado que, antigamente, eram os senhores de terras que escolhiam a melhor data para a realização da festa, tanto que, em Conceição da Barra, a festa de São Benedito acontece nos dias 31 de dezembro e 1.º de janeiro. Vale ainda lembrar que essa festa ocorre desde a época da Vila antiga com cultos a São Sebastião e a São Benedito.

Os preparativos iniciam meses antes, quando os grupos começam a ensaiar e a confeccionar os instrumentos, as vestimentas e outros objetos. Assim, a festa é um acontecimento que dura quase o ano todo.

É interessante destacar que, quando os participantes e moradores são questionados sobre alguns ritos da festa e não sabem o motivo de isso acontecer, respondem apenas que é “tradição”, e geralmente passam a pergunta para algum outro morador, que acaba respondendo a mesma coisa.

A sincronia entre as religiões católica e afro-brasileira acontece de maneira tão intrínseca que não se consegue identificar se as pessoas que participam da festa de São Sebastião o fazem por devoção ao Santo, por entender que ele é um intercessor junto a Jesus, ou por costume, passado de geração a geração. Outro

ponto de sincronia entre as religiões afro e católica reside no fato de as pessoas, ao mesmo tempo em que louvam o Santo, fazem isso com danças e cantos de herança africana. Durante a festa, veem-se pessoas carregando o Mastro de São Sebastião e brincando o Alardo com latinhas de cerveja, por exemplo. A ligação entre sagrado e profano é tão forte que a capela de São Benedito está erigida num bar, com o qual divide uma varanda. Aos olhos de turistas e nos dias comuns (que não são os dias da festa), o local se confunde facilmente com um estabelecimento comercial.

As atividades religiosas imprimem transformações no espaço, intensamente pautadas nas feições culturais da comunidade, portanto, o espaço pode ser percebido de acordo com os valores simbólicos representados (ROSENDAHL, 1999).

Durante a festa, ocorre a apresentação de vários grupos folclóricos da região, como o Reis de Boi, o Ticumbi, o Jongo e o Alardo de São Sebastião, como mostra o folder da festa do ano de 2017, abaixo.

Figura 55, 56 – Folder da festa de São Sebastião e São Benedito de 2017 (frente e verso).



Fonte: Costa (2017).

Sobre as manifestações culturais que acontecem em Itaúnas, o Reis de Boi consiste em um folguedo em homenagem aos Santos Reis e une a temática do Bumba Meu Boi com a dos Reis Magos.

Segundo Cavalcanti (2006, apud CELINGA, 2012), o boi é o centro de várias brincadeiras no Brasil: “O ‘Boi Bumbá’, no Maranhão; ‘Boi Calembá’, no Rio Grande do Norte; ‘Bumba de Reis’ ou ‘Reis de Boi’, no Espírito Santo; ‘Boi Pintado’, no Rio de Janeiro; ‘Boi Mamão’, em Santa Catarina, entre outros” (CELINGA, 2012).

“Os reisados têm origem bíblica, podendo ser realizados no ciclo natalino, e têm como referência a visita dos Reis Magos ao nascimento do Menino Jesus” (CELINGA, 2012). As festas para os Santos Reis se estendem de dezembro até fevereiro. Na Vila de Itaúnas, a brincadeira acontece principalmente nos dias de festa de São Sebastião e São Benedito, podendo ocorrer em outros dias.

O número de integrantes das apresentações varia, formando-se grupos com diversos personagens: Catirina, Pai Francisco, Doutor, Vaqueiro, Ema, Boi e Urubu. Os marujos vestem calça branca ou azul-marinho, camisa de mangas compridas branca ou colorida, faixa de fita azul ou vermelha sobre o peito e chapéu de palha adornado com espelho e fitas (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009).

Segundo Celinga (2012), a apresentação é dividida em duas partes: o louvor aos Santos Reis e a teatralização. A teatralização tem por protagonista o boi, representado por um brincante com uma cabeça de boi, fantasiado com roupas de chitão. O vaqueiro (Pai Francisco) tenta vendê-lo, levando-o até um morador ou um festeiro. As apresentações seguem uma sequência predeterminada, com cantos como o “Abre-portas”, anunciando o nascimento do Menino Jesus. Depois são entoadas as seguintes marchas: Marcha de Entrada, Descante, Marcha de Ombro, Baiá, Marcha de Roda, Marcha do Vaqueiro, Marcha de Chamada do Boi, Marcha de Chamada dos Bichos e Canto de Retirada, todas marcadas pelo ritmo do pandeiro. Na apresentação, os marujos cantam e dançam acompanhados de Mãe Catirina, que envolve o público na dança. Depois vem o Vaqueiro, que negocia com o dono da casa a venda da bicharada, fixando para cada bicho um valor de significado simbólico – por exemplo, o boi representa fatura – que é explicado durante a venda. Fechada a negociação, o Vaqueiro solta a bicharada para dançar e brincar com as crianças e demais assistentes (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009).

Os grupos capixabas desse folguedo têm devoção aos Santos Reis, a São Sebastião e a São Brás, porém a devoção aos Santos Reis é comum a todos eles. Segundo o Atlas do Folclore Capixaba, essa atividade envolve diretamente 260 pessoas, que são os reais portadores dessa tradição (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009).

Os instrumentos usados no Reis de Boi são a sanfona, o violão, o chocalho e o pandeiro. Nos grupos de Itaúnas, predominam apenas o pandeiro e a sanfona. As músicas são de autoria dos próprios membros do grupo, que geralmente satirizam episódios religiosos ou políticos da sociedade (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009). O Mestre porta um apito que marca a hora de cantar, dançar ou acabar com a apresentação.

Figura 57 – Integrantes mirins do Grupo de Reis de Boi.



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2017). Acesso em 23 jan. 2017.

Figura 58 – Grupo de Reis de Boi apresentando-se dentro da Igreja de São Sebastião.



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2017). Acesso em 23 jan. 2017.

Outro grupo que se apresenta é o Ticumbi, um folguedo popular do município de Conceição da Barra. De acordo com Medeiros (1984, apud CELINGA, 2012), tem origem num velho tronco familiar, vindo do quilombo existente no distrito de Santana, em Conceição da Barra (CELINGA e BORGES).

A apresentação consiste em dois reis negros, o rei de Congo e o rei de Banto, disputando a responsabilidade pela festa de São Benedito. Os secretários de um dos reis levam os desafios ao rei rival através das embaixadas. Como não há acordo ou conciliação, trava-se a primeira guerra, chamada “guerra sem travá” ou “guerra de reis Congo”. Posteriormente, é realizada a “guerra travada”, da qual participam os reis que, junto com os secretários, batem espada no centro de uma roda. O rei de Congo, então, vence a guerra e submete o rei de Banto e seus secretários ao batismo. No final da apresentação, há uma festa em honra ao rei de Congo e dança-se o Ticumbi (ALVARENGA, 2011).

Um aspecto interessante do Ticumbi é seu caráter informativo e jornalístico: os acontecimentos locais ou nacionais são contados nos cantos das apresentações. “Como parte dos versos se modifica a cada ano, o mestre do Ticumbi se utiliza desse trecho da apresentação para informar à comunidade local assuntos do passado ou da atualidade que ele considera relevantes” (ALVARENGA, 2011).

Essa característica faz com que o Ticumbi, apesar de ser uma tradição de gerações, seja ainda um processo vivo e em constante atualização.

Dessa forma, o Ticumbi retrata os acontecimentos importantes do passado (o soterramento da antiga Vila está sempre entre as falas e cantos) atualizados com os do presente (CELINGA, 2012), como canta o Grupo de Ticumbi de Santa Clara:

*Glorioso Benedito,
No seu pé ajoelhado
Quem morou na antiga vila
Lembra os antepassados
Quando a vila foi soterrada.
Ficaram um pouco apavorados
Foi todos mudando as suas casas
Logo para o outro lado.
Ai, glorioso Benedito,
Quero te dá um botão de rosa.
Embaixo daquelas dunas
Ficou coisa preciosa
Ó, meu São Benedito,
Vós tem dó de mim
A história da vila
Tá no Ticumbi*

Ticumbi de Santa Clara, 2010.

(CELINGA, 2012).

Figura 59, 60, 61 – Grupos de Ticumbi apresentando-se na Festa de São Sebastião e São Benedito.



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2017). Acesso em 23 jan. 2017.

“Antiga ou nova, para os moradores Itaúnas continua sendo a mesma, e é nessa festa que podemos perceber isso em toda a sua magnitude” (ALVARENGA, 2011). É

através da Festa de São Sebastião e São Benedito que os moradores expressam a coexistência das duas vilas, afirmando que não existem dois lugares distintos, mas apenas um, onde o passado sempre se encontra presente. Desse modo, a vila soterrada reaparece simbolicamente a cada ano nos cantos e ritos de cada apresentação (ALVARENGA, 2011): “Assim sendo, o Ticumbi, tomado como ‘folclore’, como ‘tradição’, como ‘reminiscência africana’, aparece-nos como uma dessas modalidades discursivas elaboradas, visando à construção da identidade afro-capixaba” (PORTO, 2006, apud CELINGA, 2012).

Semelhante às outras manifestações culturais que acontecem na Vila, o início da brincadeira do Ticumbi é incerto, mas remete à antiga Itaúnas, onde já havia a cultura de brincar o baile de Congo em homenagem a São Benedito. Nessa brincadeira, o Mestre tem importante função, pois lidera o grupo e compõe as músicas que são cantadas nas apresentações (CELINGA, 2012).

As apresentações contam com chocalhos, viola e pandeiro e não têm um percurso fixo. As vestimentas características são batas brancas, com fitas coloridas atravessadas, e calça também branca. Na cabeça, eles usam um lenço branco com coroa ou capacete enfeitado de flores e fitas coloridas. Os reis e secretários usam coroas ornamentadas com flores, um espelhinho no peito, capa comprida e espada (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009).

Ademais, o Ticumbi que acontece na Vila de Itaúnas se utiliza da hibridez para misturar e mesclar as outras atividades que ali acontecem, como o forró, o turismo, entre outras.

De acordo com Xavier e Bassetti (2014), o Ticumbi em Itaúnas deve ser entendido, além de simples folclore, como uma instituição social (associação política, hierárquica, com forte traço da cultura afro e do catolicismo). Dessa forma, organiza o calendário social da Vila de modo oposto ao calendário turístico, pautado no forró. É possível concluir, então, que essas instituições podem interferir na vida da população e também funcionar como controle do espaço, operando, portanto, sobre o território. A organização do Ticumbi estende-se por todo o ano com os ensaios dos grupos, a confecção de indumentária, de comidas para os ensaios e festejos, de rifas, leilões e outras atividades religiosas.

As tradições locais e ancestrais são recriadas e rememoradas a cada ano, constituindo um processo familiar passado de geração a geração. No meio disso, está São Benedito, padroeiro dos negros e oprimidos, cuja imagem também está ligada às lendas que explicam o soterramento da Vila (ALVARENGA, 2011).

Vale ressaltar que o Ticumbi parece manter os padrões de ritos e de visualidade. Segundo Alvarenga, após cerca de cinquenta anos desde o primeiro registro fotográfico encontrado e após mais de um século de registro oral, pode-se perceber que a indumentária praticamente não sofreu alterações, assim como a ordem dos acontecimentos, que também se mantém (ALVARENGA, 2011).

São Benedito é louvado e são contadas histórias consideradas importantes para a comunidade, recados são lançados, discussões são empreendidas a partir da encenação do Ticumbi que é, simultaneamente, lugar da oração, da fraternidade, da crítica, da comunicação e do julgamento (ALVARENGA, 2011, p. 76).

Dessa forma, os moradores se enxergam nas apresentações, observando as alegrias e tristezas. Ao mesmo tempo em que o Ticumbi aponta o futuro e faz pensar sobre ele (com as discussões atuais da comunidade e do Brasil), retrata também os tempos antigos, celebrando e atualizando o passado (ALVARENGA, 2011, p. 79).

Os grupos de Jongo, outra manifestação forte em Itaúnas, enquadram-se na categoria dança e são também um ritual em cuja origem prevaleciam fortes elementos de religiões africanas, como o candomblé, mas sofreram alterações a partir da inclusão de louvores aos santos católicos. Segundo o Atlas do Folclore Capixaba, são uma dança de origem angolana encontrada em várias partes do Espírito Santo (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009).

Portanto, o Jongo é uma forma de exaltação aos antepassados, em que as tradições e as identidades são consolidadas com raízes nos ritos e saberes dos povos africanos (CELINGA, 2012).

Normalmente, os grupos são compostos por aproximadamente trinta integrantes, homens, mulheres e crianças. A roupa utilizada é simples e consiste de calça comprida e camisa para os homens e saia rodada e blusa para as mulheres. A característica das danças é a movimentação dos dançarinos no sentido anti-horário,

ao som de canto e música instrumental (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009).

Os passos na roda são dados deslizando-se para frente, de forma alternada, o pé esquerdo e o direito. Ao final de cada passo, dá-se um pequeno pulo. Ao aproximarem o pé que está atrás, os dançarinos de vez em quando giram o corpo, principalmente os que estão diante das mulheres que dançam (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009).

³*Eu tava na peneira, (SOLISTA)*
Eu tava peneirando, (CORO)
Eu tava na janela, (SOLISTA)
Eu tava namorando”. (CORO)
“Ôôôô morena, Ôôôô mineira,
(SOLISTA)
Ôôôô baiana, você é namoradeira.
(CORO)
Óia a chuva, cai serena, (SOLISTA)
Óia a chuva nos passo dessa morena”. (CORO)
 Jongo das Barreiras
 (CELINGA, 2012).

Figura 62, 63 – Grupos de Jongo apresentando-se em frente à Igreja São Sebastião (acima) e dentro da capela de São Benedito (abaixo).



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2017). Acesso em 23 jan. 2017

O início da apresentação é marcado pelo toque dos tambores e pela formação de rodas, compostas majoritariamente por mulheres de todas as faixas etárias, de crianças a idosas (CELINGA, 2012).

O canto caracteriza-se pela alternância de versos entoados por um solista e pelo grupo. Os instrumentos mais frequentes são os tambores, a puíta ou cuíca e a angoia (chocalho com sementes ou pedrinhas), além de casaca e caixas. Segundo o Atlas do Folclore Capixaba, cada tambor tem nome próprio de acordo com sua forma e com o material utilizado na fabricação. Por exemplo:

O caxambu é um tambor maior, afunilado, sobre o qual monta o tocador enquanto toca, batendo o couro com as duas mãos, e o candongueiro é um tambor menor, que é carregado pelo tocador. Os músicos tocam os tambores fora da roda dos brincantes, sem sair do lugar (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009)

A sequência da apresentação compreende os seguintes passos: licença, louvor, visaria, demanda, “encante” e despedida, que são cantados em versos ou em prosa (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009). Pode-se observar que a sequência de todos os grupos é parecida.

Assim como em outras manifestações, não há nenhuma data fixada no calendário para a apresentação do Jongo. Ele pode ser observado em várias festas da comunidade, sendo a principal a Festa de São Sebastião e São Benedito (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009). O Jongo é uma brincadeira alegre e divertida, que embala e encanta as pessoas ao redor, convidando-as a dançar também.

Já o Alardo de São Sebastião, consiste na disputa entre cristãos e mouros pela posse da imagem de São Sebastião. Segundo Celinga (2012), essa brincadeira tem como referência e fundo histórico as guerras de reconquista da Península Ibérica, durante as quais os cristãos procuravam recuperar os territórios que estavam de posse dos mouros e árabes (CELINGA, 2012).

Na Vila de Itaúnas, o Alardo é uma tradição que vem de tempos antigos, desde a ocupação da antiga Vila. Seu início é uma incógnita na memória dos moradores. A apresentação foi-se adaptando ao longo dos anos, de acordo com acontecimentos e mudanças sociais (CELINGA, 2012). Como descreve a bibliografia pesquisada, os

embaixadores usam espadas, os tenentes usam sabres e alabardas, os capitães usam lanças e os soldados, espingardas. Na apresentação do Alardo de 2017, porém, foi utilizada uma mesma arma para todos os participantes, não havendo distinção de hierarquia.

Como dito, na brincadeira do Alardo há a disputa entre mouros e cristãos pela imagem de São Sebastião. Os mouros apresentam-se com roupa vermelha e têm a lua crescente como símbolo. Os cristãos usam roupas azuis e têm como símbolo a cruz. Os dois grupos contam com capitão, embaixador, alferes da bandeira, tenente, caixeiro, tambor e soldados, e vestem calção curto e meias até a altura do joelho, com camisas, capas e chapéus, cada grupo com sua cor (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009).

A apresentação consiste em dois atos: no primeiro, a brincadeira começa com os dois grupos formando uma linha de frente, ao som do tambor, na praça em frente à igreja. Nesse momento, um grupo passa em frente ao outro, trocando provocações. Fogos de artifício explodem e o tambor rufa. Posteriormente, acontece a troca de embaixadas. O embaixador de cada grupo declama, invocando argumentos para ficar com a posse da imagem do Santo. Porém eles não chegam a um acordo e então se enfrentam numa luta de espadas. Esse enfrentamento acontece várias vezes até que os mouros conseguem entrar na igreja e roubar a imagem do Santo. Ao mesmo tempo, os cristãos sequestram um soldado mouro na tentativa de negociar a vida dele com a imagem. O ato termina com o embaixador mouro dizendo aos cristãos: “Perdemos um soldado, mas vencemos a guerra”, e leva a imagem do Santo até a fortaleza feita com folhas de bananeira (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009).

No dia seguinte, pela manhã, acontece o segundo ato: os cristãos repetem as embaixadas ao som do tambor, travando lutas de espada, na tentativa de recuperar a imagem do Santo. Em uma dessas lutas, atacam a fortaleza moura e recuperam a imagem de São Sebastião, levando-a para a igreja. Os mouros são assim derrotados e, convertendo-se à religião católica, são batizados (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2009).

Cada ato e movimento são marcados por batidas de tambor, que determinam a aproximação (enfrentamento) ou o afastamento do grupo.

Uma diferença notada entre o que narra a bibliografia e a apresentação é o percurso. Há registros de que antigamente a brincadeira acontecia nas ruas da Vila; hoje ela se concentra na praça, em frente à igreja.

Figura 64, 65, 66 – Apresentação do Alardo de São Sebastião: Ato 1 (acima) e Ato 2 (no meio e abaixo).



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2017). Acesso em 23 jan. 2017.

Sobre os instrumentos dos grupos citados, o Atlas do Folclore Capixaba disserta que a indumentária e os instrumentos para o Jongo, o Ticumbi e o Reis de Bois são produzidos por mestres artesãos locais, como o Argemiro Gomes da Conceição, o Tempero, que faz os chapéus, as coroas, os tambores, os reco-recos e os pandeiros. Tempero aprendeu o ofício com a Senhora D'Ajuda, que é natural de Itaúnas e passa o conhecimento para seus filhos. Os principais produtos são os chapéus e os capacetes enfeitados de alumínio, papel crepom, espelhos e fitas. Sobre os instrumentos, o Sebrae (2009) afirma:

Os reco-recos são feitos de madeira cupuba e de bambu; os tambores, da madeira chamada rinhaíba (barril) ou de troncos inteiriços de diversas madeiras e couro de gato ou lontra; os pandeiros, de rinhaíba, com que são arqueados couro de boi, gato ou lontra e chapinhas de metal amassadas.

Outro mestre artesão é o Sílvia, também de Itaúnas, que confecciona pandeiros com vários tipos de madeira (carobinha, jenipapo ou unha-de-gato) e couro de bode. O ofício é também passado de geração a geração, e a comercialização é sempre individual e feita pelo próprio mestre.

Quando compilados os diversos mapas apresentados, percebe-se uma sobreposição de elementos e caminhos que se cruzam. Nas procissões, passa-se na frente de lugares importantes para os dias de Festival de Forró. Por sua vez, o mesmo espaço da praça, com a igreja e o Mastro de São Sebastião, sagrado para os devotos do Santo, é apropriado pelo “profano”, pelas pessoas que vão à vila apenas para o Festival de Forró, quando bebidas e drogas ocupam o mesmo espaço da devoção.

3.3 ELEMENTOS MORFOLÓGICOS SIMBÓLICOS DO ESPAÇO URBANO

As atividades culturais, sobretudo as religiosas, imprimem transformações no espaço intensamente pautadas nas feições culturais da comunidade, portanto, o espaço pode ser percebido de acordo com os valores simbólicos representados (ROSENDAHL, 1999). Assim, identifica-se na estrutura urbana da Vila de Itaúnas uma série de elementos morfológicos que ampliam o caráter simbólico da Vila e

podem, desse modo, ser caracterizados como elementos simbólicos do espaço urbano.

A identificação e a leitura do espaço urbano pautam-se na proposta de José Lamas, em seu livro *Morfologia urbana e desenho da cidade*, no qual o autor classifica como elementos morfológicos o solo, o edifício, a fachada, o logradouro, o traçado da rua, a praça, o quarteirão, o lote, os monumentos, as árvores e a vegetação e o mobiliário urbano (LAMAS, 2000). O autor ainda disserta que a morfologia urbana é o estudo da forma do meio urbano através de suas partes exteriores e da sua transformação no tempo.

Portanto, mediante observação do local, notam-se equipamentos urbanísticos que favorecem a ocupação do território, não apenas em dias comuns, mas também naqueles em que ocorre a visita de turistas. São exemplos disso a pequena praça na entrada da Vila, que dispõe de brinquedos infantis, e a praça em frente à igreja, com o tronco de pequi-vinagreiro, que, em dias de maior número de turistas, é ocupada de diversas formas com barracas de vendedores, palco para shows, pequenos grupos reunidos em piqueniques ou para passar o tempo.

Sobre os elementos morfológicos simbólicos religiosos, observa-se como ponto fixo a igreja, o Mastro de São Sebastião e o cemitério. O entorno desses elementos também é identificado como tal, pois a população dele se apropria em dias de festas e cerimônias. Por ser uma vila de escala pequena, a apropriação do espaço ocorre em quase todo o perímetro central, exceto no espaço de expansão do território, que se encontra mais afastado. Outros elementos simbólicos observados que contribuem para a apropriação tanto da população quanto dos visitantes são as casas de shows de forró.

Itaúnas está implantada em uma planície, rodeada em uma parte pelo rio, pelo PEI e pelas plantações de eucalipto. Apresenta um traçado reticulado, característica de ocupações planejadas, já que o loteamento da nova ocupação aconteceu por volta da década de 1950, em um terreno cedido pela Prefeitura de Conceição da Barra. Duas vias principais cortam a Vila: a Avenida Bento Daher e a Rua Durmeval Leite da Silva. A seguir, imagens aéreas da Vila de Itaúnas com destaque para o traçado e a implantação, essencialmente relacionados com a natureza. Posteriormente, o mapa do traçado reticulado e indicações de fotos.

Figura 67 – Imagem aérea da Vila de Itaúnas.



Fonte: Barichivich (2017).

Figura 68 – Imagem aérea da Vila de Itaúnas.



Fonte: Barichivich (2017).

Figura 69 – Traçado urbano da Vila de Itaúnas.



Fonte: Geobases (2016).

Nota: Modificada pela autora.

As ruas do vilarejo são de terra batida, sem calçamento. As casas têm, na frente, algumas partes gramadas. Supõe-se que a grama e as plantas tenham sido colocadas pelos moradores das próprias casas.

Figura 70, 71, 72, 73 – Ruas de terra batida na Vila de Itaúnas.



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Nota-se, também, que as calçadas não obedecem a um padrão construtivo. Há lotes que têm calçadas, há outros em que o limite da construção é o mesmo da calçada, e ainda outros em que a calçada avança no espaço da rua, como se observa na imagem abaixo.

Figura 74 – Marcação das calçadas que não obedecem a um padrão.



Fonte: Google street view (2017)

A praça principal, já citada como local de encontro, lazer e apresentações, onde o sagrado e o profano se juntam, é gramada em algumas partes e de terra batida em outras. Há muitas árvores em determinados locais, concentradas em uma parte da praça, onde estão as barracas de vendedores de artesanato. Na parte posterior, ainda há árvores, porém mais espaçadas.

Observa-se em toda a Vila a presença de vegetação de grande porte, sombreando os caminhos e melhorando o clima local. Além dessas árvores, há também grama plantada na frente de algumas casas, pousadas e bares, e jardins com flores, enfeitando o lugar e deixando o clima mais agradável.

No mapa a seguir, pode-se perceber que a presença de massas de vegetação é grande, maior ainda nas áreas de borda da zona urbana.

Figura 75 – Massas de vegetação.



Fonte: Geobases (2017).

Nota: Modificada pela autora.

Voltando à praça principal, observa-se que seu mobiliário urbano é insuficiente. Há poucos bancos e lixeiras. Isso faz com que o local seja mal-aproveitado pelos moradores e que o lixo se acumule no chão em dias de maiores movimentos. Ao redor da praça, ao lado da Avenida Bento Daher, acontece uma feira livre nos dias de sexta-feira.

Figura 76 – Feira livre ao lado da praça da igreja.



Fonte: Costa (2016).

Apesar de apresentar problemas no quesito mobiliário urbano, a praça é bem ocupada e bem utilizada tanto por moradores como por turistas. Esse fato é ratificado na imagem abaixo, na qual se podem perceber, através da grama pisoteada, os diversos trajetos utilizados pela população.

Figura 77 – Vários caminhos na praça.



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Na praça há dois símbolos importantes: a igreja de São Sebastião, uma construção pequena e singela, e o tronco de pequi-vinagreiro. Quando se pergunta à população qual o significado do tronco, a resposta é pragmática: *Trata-se apenas de um tronco que consiste no centro da raiz da árvore, que deveria ser centenária, e foi colocado lá pela Petrobras aproximadamente nos anos 1990.*

Há ainda outra praça, com características diferentes da praça principal. Situa-se em nível mais elevado que o da rua é calçada e tem bancos e brinquedos infantis e mesas de xadrez. Por ser de tamanho menor e estar mais afastada do “centro” e dos locais de apresentação de forró e de manifestações culturais, é pouco utilizada por turistas.

O Plano de Ordenamento da Vila de Itaúnas, documento elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves no ano de 2001, aponta que a procura por lotes para novas pousadas ou para a ampliação das existentes é intensa e está colaborando para supervalorizá-los. Isso motiva os moradores a venderem seus terrenos e se aglomerarem em lotes com mais de uma família. O Documento aponta que não há processo de êxodo, saída da Vila; ao contrário, acontece fenômeno inverso, os moradores desejam permanecer na Vila na perspectiva de ganhos econômicos com o turismo (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2001).

No que diz respeito ao uso e à ocupação do solo, ocorre em Itaúnas um aumento do núcleo urbano, com a introdução de novos lotes, e uma tendência à mudança de uso, de residencial para comercial ou de serviço. O Documento assinala ainda que os lotes vazios não são suficientes para atender a demanda da população nativa, que hoje vive em coabitação (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2001).

A transformação do uso do solo gerou a necessidade de ocupação de novas áreas para habitação, o que acontece muitas vezes em locais inadequados à urbanização, como áreas alagáveis, leitos de rios, áreas de preservação permanente, entre outros, fato preocupante, pois a Vila está localizada nos arredores do PEI, e a vegetação é, hoje, o principal fator de contenção do avanço da areia das dunas (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2001).

Sobre a tipologia construtiva, observa-se que houve mudanças, influenciadas pelas alterações econômicas, fundiárias e sociais decorrentes, principalmente, da exploração do turismo. Segundo o Plano de Ordenamento da Vila, as primeiras construções eram feitas utilizando-se a técnica de taipa de mão, que empregava materiais locais de baixo custo. Hoje não se usa mais essa técnica tradicional. O que se verifica é uma descaracterização das construções, na medida em que as casas são vendidas e transformadas em pousadas ou em estabelecimentos comerciais (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2001).

As fachadas dos estabelecimentos comerciais muitas vezes se confundem com as das residências, o que atesta a adaptação que acontece devido a mudanças de uso.

Apesar desses processos, o sítio urbano ainda se relaciona de maneira harmoniosa com a natureza, configurando-se no predomínio de edificações de até dois pavimentos, construídas sem afastamento e sem a estética peculiar à região. Nas construções utilizam-se materiais rústicos de origem local, o que transforma Itaúnas num refúgio da arquitetura regional brasileira, cujo emprego de técnicas simples resgata a linguagem vernacular.

Figura 78 – Padrão construtivo.



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Figura 79 – Padrão construtivo.



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Apesar da padronização de tipologias construtivas, há a presença de construções que se destacam seja pela utilização de materiais diferentes seja pela arquitetura, como a pizzaria Cazuá ou a Pousada KA 347, conforme se vê abaixo, que são

exemplos de modernização e gourmetização do local, que refinam aos poucos o gosto dos turistas.

Figura 80 – Pizzaria Cazuá, arquitetura que se destaca do padrão construtivo.



Fonte: Google imagens (2017).

Figura 81 – Pousada KA 347, padrão construtivo e de serviço que se destaca do padrão da Vila.



Fonte: Google imagens (2017).

Nas avenidas principais, há lotes de uso predominantemente comercial ou misto. Na rua que liga a praça às casas de forró também se nota essa característica de uso de solo, ou seja, há lotes que foram adaptados para atender a demanda do turismo, concentrando a oferta de serviços (bares, restaurantes, padarias) nos locais de mais

movimento. Isso não exclui o fato de haver esse tipo de serviço em outras ruas da Vila, mais afastadas da praça principal. Afinal, em dias de movimento turístico, o vilarejo todo fica cheio.

Abaixo, mapa esquemático sobre o uso do solo na Vila. Na cor verde, bairros que têm apenas estabelecimentos comerciais (bares, pousadas, lojas), de serviço (farmácias, mercados, padarias) e institucionais (sede do PEI, sede da Associação de Folclore e de Moradores, postos de saúde, escolas). Na cor rosa, mostrando o uso misto do solo, bairros com residências de famílias locais, além de pousadas e bares. Na cor amarela, bairros onde predominam residências e pousadas/quartos para alugar. Em Itaúnas, não há bairros apenas com residências de moradores, pois, como já dito, cada proprietário, de acordo com as suas condições e necessidades, aluga quartos e/ou transforma sua casa em pousada.

Figura 82 – Mapa de uso do solo.



Fonte: Geobases (2017).

Nota: Modificada pela autora.

Figura 83, 84 – Bares na Vila de Itaúnas.



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Figura 85 – Casa com quartos adaptados para receber turistas.



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Os lugares, itinerários e elementos simbólicos identificados são ainda recursos catalisadores de uma atmosfera tranquila e agradável percebida por moradores ou turistas que vivenciam o lugar, o que transforma Itaúnas em uma vila ambiental e

culturalmente singular, e, por que não?, inesquecível, cabendo, portanto, ao Estado e à sociedade, de modo geral, a sua efetiva proteção e preservação.

4 PLANO DIRETOR DE CONCEIÇÃO DA BARRA E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM

Os elementos simbólicos e as manifestações culturais tradicionais elevam a Vila de Itaúnas a uma condição única que deve certamente ser preservada. Assim, esta dissertação prossegue buscando o entendimento sobre a legislação de proteção existente, em recorte sobre o Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas, citado no capítulo 2, o Plano Diretor do município de Conceição da Barra, de 2006, e o Anteprojeto de Lei para o Plano de Ordenamento da Vila de Itaúnas, elaborado em 2001 pelo Instituto Jones dos Santos Neves, nos termos que seguem.

Entende-se de antemão que o Plano Diretor constitui um importante instrumento para a preservação da paisagem das cidades brasileiras. Como tal, deve prever o tratamento dado ao patrimônio cultural material e imaterial, além de sua revitalização. Deve ainda instituir leis de ordenamento do uso do solo e um vasto conjunto de diretrizes sobre preservação de cones visuais da paisagem; sobre implantação de iluminação e mobiliário público; sobre vias de acesso; sobre pontos do ambiente natural, sua preservação e plano de manejo, citando algumas. Tecnicamente, o Plano Diretor considera as peculiaridades locais e a proteção da cultura e do meio ambiente, neste caso da Vila de Itaúnas, notadamente impregnada de valor histórico, artístico e socioeconômico.

No que concerne à importância dos planos diretores no contexto das políticas do patrimônio, Castriota (2009) menciona que ainda existe uma ruptura entre essas políticas e as políticas urbanas como um todo. Há, por um lado, a não assimilação do conceito já ampliado de patrimônio e, por outro, a imprecisão sobre o tipo de interferência a ser exercido sobre os bens culturais. Por um lado, os órgãos de preservação continuam considerando a cidade como um objeto estético, sem abordar a questão do desenvolvimento socioeconômico. Por outro,

[...] acaba predominando em todo o Brasil um tipo de planejamento que, mesmo que incorpore a dimensão participativa, continua privilegiando a perspectiva quantitativa e o viés funcionalista, que não leva em conta a diversidade da cidade efetivamente existente. Assim, não se conseguem integrar, de fato, as políticas de proteção ao patrimônio às políticas urbanas (CASTRIOTA, 2009, p. 179).

Contudo, nos planos diretores participativos existem alternativas que estabelecem estratégias mais eficientes para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Vale

lembrar que a preservação dos bens culturais, em especial os de interesse arquitetônico e urbanístico, se caracteriza em requisito para o cumprimento da função social da propriedade, devendo ser tratada no plano diretor. Dessa forma, todo plano diretor deve conter uma série de ferramentas que permitam a utilização de vários mecanismos jurídicos, políticos, tributários e financeiros previstos no Estatuto da Cidade.

Entretanto, o que se nota no Plano Diretor de Conceição da Barra, Lei Complementar nº 006, de 2 de janeiro de 2006, é a existência de medidas de proteção genéricas, nas quais a especificidade e a peculiaridade do local não são abordadas. Além disso, observa-se o não cumprimento de algumas medidas apontadas na Lei relativas a Itaúnas, como dito, distrito de uma pequena cidade do interior do Estado.

Voltando ao documento citado acima, O Plano Diretor de Conceição da Barra aponta, na **Seção I** – Do Sistema Rodoviário, no Art. 31, inciso IV, diretrizes para a definição do sistema rodoviário, propondo um desvio no trecho da ES-010 que passa por dentro de Itaúnas, com o objetivo de retirar o tráfego de carretas da Vila e do Parque de Itaúnas. Além disso, propõe a pavimentação da ES-010 que liga Itaúnas à sede de Conceição da Barra (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2006).

Vê-se que de 2006 até hoje esses itens não foram postos em prática, já que carretas continuam trafegando dentro da Vila e a estrada continua sem pavimentação.

A **Seção III** do mesmo Plano Diretor disserta sobre a Zona Urbana de Itaúnas, cujo perímetro é apontado no mapa abaixo, semelhante aos mapas já apresentados neste trabalho.

Figura 86 – Zoneamento de Itaúnas (Anexo do Plano Diretor de Conceição da Barra).



Fonte: Conceição da Barra (2006).

A Zona Urbana de Consolidação I (núcleo central da Vila, em cor amarelada) apresenta, segundo o Plano Diretor Municipal (PDM), um grau básico de urbanização, de uso residencial, comercial e de serviços/institucional de baixa densidade. Essa Zona requer, de acordo com o PDM, uma qualificação urbanística adequada e melhoramento do padrão urbano já existente, e tem como diretrizes:

[...]

- I – preservar e proteger as áreas ocupadas e as áreas verdes;
 - II – estimular a ocupação de lotes vagos e subutilizados;
 - III – garantir a qualificação urbanística dos espaços públicos, em especial das praças, áreas verdes e áreas de preservação permanente, mantendo a ambiência tradicional;
 - IV – manter a escala dos espaços construídos;
 - V – remanejar as ocupações localizadas em área de risco.
- Parágrafo único. Será promovida a elaboração de levantamento cadastral planialtimétrico para maior detalhamento de seus projetos específicos (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2006).

O Documento ainda define o Coeficiente de Aproveitamento (CA) mínimo igual a dois décimos para a Zona Urbana de Consolidação I. O CA é um número que,

multiplicado pela área do lote, estabelece a quantidade de metros quadrados que pode ser construída nesse lote. Portanto, quanto maior o valor do CA, mais área pode ser construída. A definição de um CA mínimo num plano não impede o adensamento e a ocupação dos lotes, portanto, é uma regra que não tem valor no quesito de ordenação urbana.

Ainda com relação ao PDM, para a Zona Urbana de Consolidação I é permitido o uso residencial unifamiliar e multifamiliar horizontal, comercial e de serviços (local e de bairro), comercial e de serviço especial (de apoio a atividades de turismo), institucional local e de bairro, institucional setorial e especial de apoio a atividades de turismo e, ainda, industrial de pequeno porte não poluente.

O Documento proíbe, para esta Zona, os usos comercial e de serviço principal e especial, institucional setorial e especial, industrial de médio e grande porte e de grande potencial poluente. Entretanto tolera usos já existentes no local, embora proibidos pelo PDM, os quais estão sujeitos a adaptação futura.

Por fim, define os lotes com área mínima de 300m² e gabarito máximo de dois pavimentos, incluindo terraços, em toda a área urbana de Itaúnas.

A Zona Urbana de Consolidação II refere-se à área que já apresenta um grau básico de ocupação (área envolta à Zona Urbana de Consolidação I, em cor esverdeada). É de uso predominantemente residencial e requer a qualificação urbanística que melhore o padrão urbano existente. Para essa área, o PDM aponta diretrizes, além de exigir a promoção de levantamento planialtimétrico para detalhar os projetos e, também, a aplicação de instrumentos de caráter urbanístico do parcelamento, como, por exemplo, edificação e utilização compulsórias, cobrança de IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

As diretrizes para essa área são:

[...]

I – preservar e proteger as áreas estritamente residenciais e as áreas verdes;

II – estimular a ocupação de lotes vagos e subutilizados;

III – garantir a qualificação urbanística dos espaços públicos, em especial de praças e áreas verdes;

IV – manter a escala dos espaços construídos (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2006).

O CA e os usos permitidos, proibidos e tolerados seguem os mesmos já citados para a Zona Urbana de Consolidação I. Observa-se, nesta Zona, que não é permitido o uso residencial multifamiliar vertical e que o número máximo de pavimentos é dois, incluindo o terraço.

A Zona de Interesse Ambiental (na cor cinza, envolvendo toda a vila) refere-se às áreas de preservação permanente ou que apresentam características de fauna e flora pouco modificadas, inseridas no perímetro urbano da vila. O PDM aponta que essa área está sujeita a regime jurídico especial e é regida por legislação específica, cabendo ao Município sua delimitação. O Art. 122 aponta, ainda, que são de interesse social as áreas de preservação permanente ocupadas por edificações, as quais são consideradas áreas de risco ou impróprias para utilização.

Por fim, a Zona de Expansão Urbana (demarcada no mapa na cor avermelhada) refere-se à área destinada ao crescimento e à expansão das atividades urbanas da Vila. Corresponde às áreas não parceladas inseridas no perímetro urbano. O PDM aponta que esta área é objeto de projeto urbanístico específico, a ser elaborado e encaminhado para aprovação posteriormente, no qual os CAs serão estabelecidos. Como diretrizes para esta área, o Documento aponta:

[...]

I – criação de áreas para implantação de atividades residenciais, comerciais e de prestação de serviços;

II – criação de áreas habitacionais destinadas ao atendimento do Programa Habitacional do Município;

III – garantir [sic] a reserva de áreas de lazer em terrenos em áreas contíguas e superiores a 400 m² (quatrocentos metros quadrados) na aprovação de novos loteamentos, que não poderão estar localizados em áreas de preservação permanente ou de interesse ambiental, em faixas de domínio de vias ou faixas de servidão administrativas, ou em áreas de risco (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2006).

O Documento ainda assinala que os parâmetros urbanísticos para esta área devem levar em consideração os CAs e usos compatíveis com o plano de desenvolvimento da cidade e com a qualidade e os padrões definidos para as áreas de limite, a hierarquização de vias, os usos permitidos, proibidos e tolerados, bem como as áreas mínimas e máximas de lotes, os gabaritos e afastamentos mínimos e a ocupação prioritária para famílias remanejadas das áreas de risco.

Por fim, a Zona de Especial Interesse Social (não demarcada no mapa anexo ao PDM) abrange os espaços destinados à recuperação urbanística, localizados em

áreas de preservação permanente, áreas de risco ou áreas impróprias para utilização, segundo o Documento.

Para o desenvolvimento desta Zona, o PDM estabelece que os proprietários de lotes ou glebas e as entidades que representam os moradores dessas áreas podem apresentar ao Poder Executivo propostas para o projeto urbanístico especial. A esse respeito, destaca-se a fragilidade da lei, uma vez que a Prefeitura transfere para agente privado a responsabilidade de elaborar projetos específicos para áreas de interesse social para a população.

A Área de Interesse Social destina-se à recuperação urbanística, à regularização fundiária e aos programas de reassentamento de habitações localizadas em áreas de preservação permanente, áreas de risco ou áreas impróprias para utilização.

O PDM aponta essas áreas como terrenos públicos ou particulares ocupados irregularmente, em relação aos quais haja interesse público em promover a regularização e a urbanização, e como glebas ou lotes urbanos não edificadas, subutilizados ou não utilizados.

Postas as diretrizes que recaem sobre o zoneamento, o Plano Diretor trata, no Capítulo III – Dos requisitos urbanísticos (Art. 15), da implantação de equipamentos urbanos, como, por exemplo, o sistema de coleta, tratamento e deposição de esgotos sanitários; a rede de escoamento das águas pluviais; o sistema de abastecimento de água potável e a rede de energia elétrica.

Para melhor visualização dos índices e usos permitidos, o Plano Diretor traz, em anexo, um quadro de parâmetros urbanísticos onde expõe áreas mínimas dos lotes, CA, gabarito máximo e afastamentos, conforme discriminado abaixo.

Figura 87 – Parâmetros urbanísticos de Itaúnas (Anexo ao PDM).

ANEXO V
Tabela de Parâmetros Urbanísticos de Itaúnas

CATEGORIA DE ÁREA	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	ÁREA MÍNIMA DE LOTES(m2)	ÁREA MÁXIMA DE LOTES	GABARITO MÁXIMO	AFASTAMENTOS		
					FRONTAL	LATERAL	FUNDOS
CONSOLIDAÇÃO I	Mínimo = 0,2 Básico = (*) (**)	300	(*)	2 pav.	(*)	(*)	(*)
CONSOLIDAÇÃO II	Mínimo = 0,2 Básico = (*) (**)	300	(**)	2 pav.	(**)	(**)	(**)
EXPANSÃO	Mínimo = 0,2 Básico = (**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)
INTERESSE AMBIENTAL	-	-	-	-	-	-	-

(*) – a ser definido quando da elaboração do levantamento topográfico cadastral dos imóveis urbanos, de forma a permitir o conhecimento das dimensões dos lotes existentes e suas ocupações.

(**) – a ser definido quando da elaboração do projeto urbanístico específico.

Fonte: Conceição da Barra (2006).

Vale notar que índices importantes, como afastamentos, gabarito máximo para área de expansão urbana e CA máximo, não foram citados, devendo ser definidos em projetos urbanísticos específicos. Durante a elaboração deste trabalho, não se teve conhecimento da existência desses projetos. Portanto, dez anos depois de o PDM entrar em vigor e já em vistas de ser renovado, porque a cada dez anos a lei deve ser revista, ainda não se elaboraram os projetos específicos que neles são citados.

O quadro abaixo, extraído do Anexo VI do PDM, destaca os usos permitidos para cada Zona. Nota-se, também, que são citados projetos específicos para determinadas zonas urbanas.

Figura 88 – Usos permitidos na Vila de Itaúnas (Anexo ao PDM).

ANEXO VI
Quadro Síntese de Usos Permitidos / Categorias de Área
ITAÚNAS

CATEGORIA DE ÁREA	USOS													
	Residenc. Unifamiliar	Residenc. Multifamiliar	Comércio/ Serviços Local	Comércio/ Serviços Bairro	Comércio/ Serviços Principal	Comércio/ Serviços Especial	Institucional Local	Institucional de Bairro	Institucional Setorial	Institucional Especial	Industrial Peq. Porte	Industrial Médio Porte	Industrial Grande Porte	Ind. Grande Potencial Poluente
Consolidação I	Permitido	Permitido horizontal	Permitido	Permitido	Proibido	(*)	Permitido	Permitido	(*)	(*)	Permitido	Proibido	Proibido	Proibido
Consolidação II	Permitido	Permitido horizontal	Permitido	Permitido	Proibido	Proibido	Permitido	Permitido	(**)	(**)	Permitido	Proibido	Proibido	Proibido
Expansão Urbana	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)	(**)
Interesse Ambiental	Proibido	Proibido	(*)	Proibido	Proibido	Proibido	(*)	(*)	(*)	(*)	Proibido	Proibido	Proibido	Proibido

(*) permitidas somente as atividades de apoio à atividade principal
(**) a ser definido em projeto específico.

Fonte: Conceição da Barra (2006).

Destacados os apontamentos do PDM sobre assuntos urbanos de interesse deste trabalho, outro assunto a ser tratado versa sobre o patrimônio cultural local. Porém o que se vê no Documento são citações e leis ainda mais genéricas do que as que foram apontadas para a área urbana, como, por exemplo, a elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para empreendimentos públicos ou privados que “[...] prejudiquem o patrimônio cultural, artístico ou histórico do Município [...]” (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2006).

O EIV deve contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento e analisar, além do adensamento populacional, a ventilação, a iluminação, o uso e ocupação do solo, a valorização imobiliária, a “paisagem urbana e o patrimônio cultural e natural” (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2006). Contudo, em nenhum momento o Documento aponta quais bens culturais do Município devem ser protegidos.

Sobre este quesito, existem apenas algumas diretrizes sobre preservação do patrimônio cultural local, que apontam o centro histórico da cidade como “[...] aquele que apresenta características urbanas do período inicial da cidade de Conceição da Barra” (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2006).

Apesar disso, não há propostas específicas para a preservação do patrimônio histórico e cultural da área central mencionada; há somente diretrizes genéricas, tais como:

[...]

V – proteger os elementos paisagísticos, permitindo a visualização do panorama e a manutenção da paisagem em que estão inseridos;

VI – promover a desobstrução visual da paisagem e dos conjuntos de elementos de interesse histórico e arquitetônico;

VII – estimular ações – com a menor intervenção possível – que visem à recuperação de edifícios e conjuntos, conservando as características que os particularizam;

VIII – coibir a destruição de bens protegidos (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2006).

O Documento segue indicando algumas preocupações com o patrimônio cultural do local, mas não aponta especificamente qual é esse patrimônio e quais os bens imateriais, materiais ou naturais que a Prefeitura entende como importantes.

A área central da sede de Conceição da Barra, a mesma citada acima, está protegida, em nível estadual, pela Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) desde 2013, com o tombamento da Igreja Nossa Senhora da Conceição, através da Resolução nº 002, de 28 de junho de 2013. Essa Resolução regulamenta também as intervenções no entorno da praça e da igreja, dispondo que devem obedecer à harmonia do que já existe com relação a luz e sombra, cheios e vazios, altura, material construtivo e configuração urbana.

Apesar disso, não se observam práticas estaduais nem municipais de reconhecimento ou valorização da igreja e seu entorno.

Ainda na esfera estadual, há de se destacar que as dunas de Itaúnas são tombadas pelo Conselho Estadual de Cultura, como dito no subitem 2.3, através da Resolução 08/1986. Esse documento aponta as áreas de tombamento e de entorno, porém não apresenta medidas específicas e diretrizes que recaiam sobre elas.

Além disso, não se localizou nenhuma outra lei de tombamento ou registro de bens materiais ou imateriais de Conceição da Barra ou de Itaúnas. Apesar de a SECULT

reconhecer e patrocinar a Festa de São Sebastião e São Benedito, por exemplo, não há nenhuma medida de acautelamento sobre as diversas manifestações culturais que acontecem na ocasião da festa.

Além do Plano Diretor apresentado, cabe mencionar o Anteprojeto de Lei que trata do Plano de Ordenamento da Vila de Itaúnas, elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves em 2001. Esse Plano de Ordenamento institui regras visando à regulamentação do uso e da ocupação do solo na Vila de Itaúnas, “[...] devendo ser objeto de apreciação pelos setores competentes para posterior encaminhamento, se for o caso, pelo Poder Executivo à Câmara Municipal para aprovação” (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2001).

O Documento especifica itens que não estão postos no Plano Diretor, como afastamentos, áreas de estacionamento, entre outros, e proíbe o parcelamento do solo

[...]

I – em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II – em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III – em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

IV – em áreas ambientalmente protegidas ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção;

V – em terrenos que não tenham acesso direto à via ou logradouros públicos;

VI – em áreas de reserva legal estabelecidas no inciso II, art. 1º da Lei Federal n.º 7.803, de 15 de julho de 1989;

VII – em florestas e demais formas de vegetação natural, assim definidas por ato do Poder Público, situados ou destinados;

a) ao longo de rio ou de qualquer curso de água, em faixa marginal, até o máximo de 100,00m (cem metros) e nunca inferior a 15,00m (quinze metros), salvo maiores exigências da legislação específica;

b) ao redor das lagoas ou reservatórios de águas naturais ou artificiais, em faixa marginal nunca inferior a 15,00m (quinze metros), salvo maiores exigências da legislação específica;

c) nas nascentes, mesmo nos chamados olhos-d’água, seja qual for a situação topográfica;

d) no topo de morros e montes;

e) a atenuar a erosão das terras (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2001).

Especifica, também, que a Prefeitura pode exigir uma área *non aedificandi*, destinada a equipamentos urbanos, em cada loteamento ou desmembramento a ser feito. No que diz respeito à ocupação do solo, a municipalidade deve garantir

distribuição coerente da população e, ainda, insolação, ventilação natural, proporção equilibrada entre edificações, lotes, equipamentos e espaços públicos.

Além disso, o Documento aponta diretrizes para áreas utilizadas como *campings*, que devem dispor de serviços de infraestrutura, com banheiros privativos e separados por sexo, além de área de lavanderia.

O Art. 58 estabelece que os proprietários dos imóveis que tenham frente para logradouros públicos devem manter um tapete de grama de largura mínima igual a 1,50m, e os proíbe de pavimentar os passeios em frente aos lotes de sua propriedade. Isso garante as características citadas na identificação dos elementos morfológicos. Nota-se, porém, que nem todos os proprietários obedecem ao que está disposto no artigo.

Sobre os muros dos lotes, o Documento explicita que devem ser feitos em alvenaria, até a altura máxima de 50cm, e completados com madeira, fio, grade ou outro material, de forma a garantir boa ventilação e iluminação. Sobre os lotes vazios, dispõe que devem ter cerca viva ou de madeira.

O quadro abaixo, que constitui o Anexo II do Anteprojeto, discrimina os usos admitidos e os índices urbanísticos estabelecidos para as seguintes Zonas: Zona de Ocupação Consolidada (ZOC), Zona de Expansão Urbana (ZEU) e Zona de Urbanização Específica (ZUE).

Figura 89 – Usos admitidos e índices urbanísticos (Anexo II do Anteprojeto de Lei do Plano de Ordenamento da Vila de Itaúnas).

Anexo II - Quadro de Usos Admitidos e Índices Urbanísticos

Zonas	Usos Admitidos	Afastamentos Mínimos			Tx. de ocup. máxima	Coef. Aprov.	Taxa Perm.	Gabarito Máx.	Altura Máx.	Parcelamento	
		Frontal	Lateral (*) ²	Fundos						Testada mín.	Área mín.
ZOC	Res. Unifamiliar Serviço local Comércio local Institucional local Ativ. Int. ambiental	Afast. Predom Face quadra (*) ¹	1,50m no caso de abertura para ventil.	1,50m	30% (*) ³	0,45	10%	2 pavimentos	P/1 pav ¹⁰ = 7,80m P/2 pav ¹⁰ = 5,00m	12,00m	360,00m ²
ZEU	Res. Unifamiliar Serv. Local Serv. Local Especial Comércio Local Comércio Localiz. Esp. Institucional Local e de Localização Especial Institucional local e Loc. Especial Ativ. Int. ambiental	3,00m	1,50m no caso de abertura para ventilação	1,50m	20% para lotes de 800,00m ² (*) ⁴	0,25	10%	2 pavimentos	P/1 pav ¹⁰ = 7,80m P/2 pav ¹⁰ = 5,00m	20,00m	800,00m ²
										12,00m	360,00m ² p/ loteamento interesse social
ZUE	Todas as atividades listadas na ZEU	OBEDECE OS ÍNDICES URBANÍSTICOS ESTABELECIDOS PARA A ZONA DE EXPANSÃO URBANA (ZEU)									

(*)¹ prevalece o afastamento predominante na face de quadra do respectivo imóvel, ou adota-se o afastamento de 3,00metros. Nos lotes de esquina o afastamento na testada de maior dimensão = 3,00metros.

(*)² é facultada a soma dos afastamentos laterais em uma das divisas do lote, encostando a edificação na outra divisa, desde que nesta exista parede cega de uma edificação.

(*)³ o 2º pavimento deverá ter área construída igual a 50% da área total de ocupação permitida para o lote.

(*)⁴ o 2º pavimento deverá ter área construída igual a 25% da área total de ocupação, quando se tratar de lotes de 800,00m².

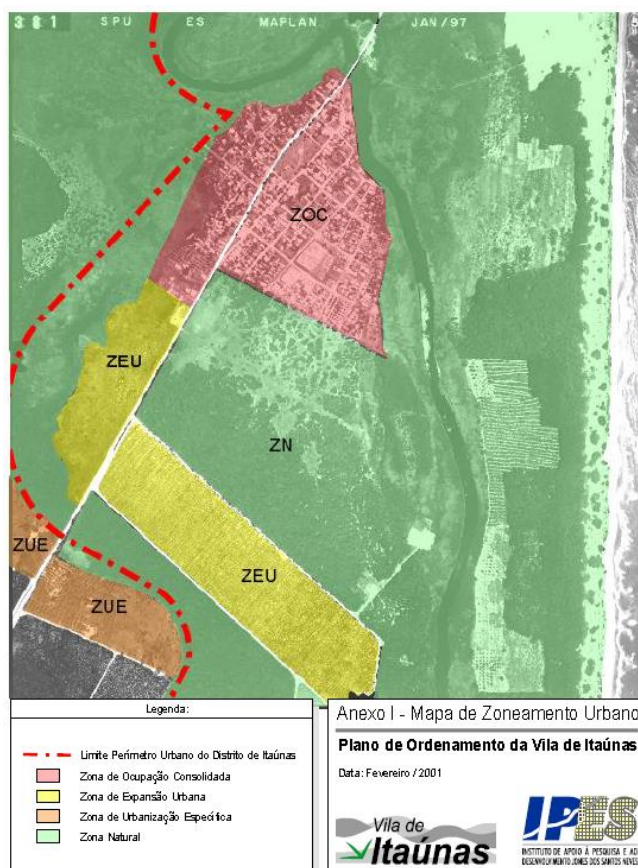
Nos lotes de 360,00m² prevalece os percentuais definidos para a Zona de Ocupação Consolidada (ZOC).

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2001).

O Documento aponta que é permitida a soma dos afastamentos laterais em uma das divisas do lote, com a edificação encostada na outra divisa, desde que nesta divisa exista parede cega.

Abaixo, o zoneamento proposto no Anteprojeto de Lei. Nota-se a diferença entre as zonas estabelecidas neste Documento e as propostas no PDM, que não estabelece ZUE, por exemplo.

Figura 90 – Mapa de zoneamento urbano do Plano de Ordenamento da Vila de Itaúnas.



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2001).

O zoneamento proposto no Anteprojeto de Lei aponta áreas para a expansão urbana maiores do que as sugeridas no PDM.

O Documento ainda afirma:

[...] os compartimentos e ambientes deverão ser posicionados e dimensionados de forma a proporcionar conforto ambiental, térmico, acústico e proteção contra a umidade, obtidos pelo adequado dimensionamento e emprego dos materiais das paredes, cobertura, pavimento e aberturas, bem como das instalações e equipamentos (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2001).

Outro quadro importante apresentado no Anteprojeto trata do dimensionamento de vagas de estacionamento, indicando que, para estabelecimentos de hospedagem, deve haver uma vaga por quarto disponível, e para restaurantes, por exemplo, uma vaga para cada 50m² construídos. Esse é um ponto que não vem sendo cumprido. Afinal, são poucas as pousadas que têm estacionamento privativo; quando têm, a quantidade de vagas não condiz com o número de quartos ofertados.

O não estabelecimento de vagas de estacionamento faz com que as ruas, em dias de muito movimento turístico, fiquem cheias de carros, os quais bloqueiam e impedem a visão e a apreensão da paisagem urbana do lugar.

Figura 91 – Quadro de dimensão de estacionamento.

Anexo IV – Dimensionamento de Vagas de Estacionamento

USOS	TIPOS	CONDIÇÕES	Nº DE VAGAS
Residencial	Unifamiliar	Por unidade residencial	1 vaga
Comercio e serviços	Comércio varejista, e restaurante	P/ cada 50 m ² de área construída	1 vaga
Clubes e centro de eventos	-	P/cada 50m ² de área construída coberta	1 vaga
Hospedagem	Pousadas e similares	Para cada quarto	1 vaga
Camping	-	10% da área de camping deverá ser destinada a estacionamento de veículos	-

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2001).

O Anteprojeto de Lei ainda apresenta um quadro de requisitos mínimos para os cômodos a serem construídos. As áreas discriminadas abaixo são importantes para que se estabeleçam parâmetros construtivos que permitam uma boa ventilação, iluminação e acústica, gerando cômodos confortáveis, que ofereçam boa qualidade de vida tanto para quem mora na Vila quanto para quem está a passeio. Porém o que mais se vê, como já dito algumas vezes, são casas adaptadas com quartos separados, com dimensões mínimas para comportar cama de casal e um beliche, e um banheiro pequeno. Observa-se muitas vezes que não há ventilação no banheiro, tal como se notou no quarto de hospedagem nas ocasiões das visitas a campo.

Figura 92 – Quadro de áreas mínimas para edificações residenciais.

Anexo V - Quadro de Requisitos Mínimos dos Compartimentos – Edificações Residenciais

Requisitos Mínimos	Compartimentos									
	Hall Vestibulo	Sala / copa	Cozinha	Quarto	Banho Social	Área de serviço	Quarto Serviço	Depósito Serviço	Banho Serviço	Garagem
Menor dimensão	0,60	2,50	1,50	2,50	1,20	1,00	2,00	1,60	0,80	2,50
Área mínima	1,00	10,00	4,50	9,00	3,00	2,00	5,00	3,20	1,80	11,25
Ilum. E Vent. Mínima	-	1/6	1/8	1/6	1/8	1/8	1/6	1/8	1/8	1/20
Pé-direito Mínimo	2,40	2,70	2,40	2,70	2,40	2,40	2,70	2,70	2,40	2,30
Profundidade Máxima	3xPé-direito	3xPé-direito	3xPé-direito	3xPé-direito	3xPé-direito	3xPé-direito	3xPé-direito	3xPé-direito	3xPé-direito	3xPé-direito
Revestimento Parede	-	-	Imper. Até 1,50m	-	Imper. Até 1,50m	Imper. Até 1,50m	-	-	Imper. Até 1,50m	-
Revestimento Piso	-	-	Impermeável	-	Impermeável	Impermeável	-	-	Impermeável	Impermeável
Observações	*5	-	*6 e 6.1	-	*7	-	-	-	-	*8

*OBSERVAÇÕES:

- 1- O requisito iluminação e ventilação mínima refere-se a relação entre a área da respectiva abertura e a área do piso.
- 2- Todas as dimensões são expressas em metros e as áreas em metros quadrados.
- 3- Se as aberturas de iluminação/ventilação derem para varandas ou áreas de serviço (áreas cobertas), com profundidade superior a 1,00m (um metro) os percentuais de iluminação/ventilação passarão de 1/6 para 1/4 e 1/8 para 1/6 da área do piso.
- 4- A profundidade máxima de área coberta para iluminação/ventilação será de 3,00m (três metros) e o comprimento total, medido perpendicularmente ao vão, não deverá exceder a três vezes o pé-direito do respectivo comprimento.
- 5- É tolerada a iluminação e ventilação zenital.
- 6- A copa e cozinha deverão comunicar-se entre si.
- 6.1- É tolerada iluminação e ventilação através da área de serviço, desde que esta não exceda a 3,00m (três metros) de profundidade.
- 7- Não poderá comunicar-se diretamente com cozinhas, copas ou salas de refeições.
- 8- A vaga mínima de garagem, para automóveis e utilitários deverá ter comprimento de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) e largura de 2,30m (dois metros e trinta centímetros).
- 9- Estes parâmetros poderão ser alterados quando se tratar de casas populares, sendo assim permitidos: sala e copa 9,00m² (nove metros quadrados), cozinha 4,00 m² (quatro metros quadrados), quarto 7,00 m² (sete metros quadrados) e banho social 2,00 m² (dois metros quadrados).

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2001).

O Documento estabelece também as áreas mínimas para edificações comerciais e de serviço, conforme se observa abaixo.

Figura 93 – Quadro de áreas mínimas para edificações comerciais e de serviço.

Anexo VI – Quadro de Requisitos Mínimos dos Compartimentos de Edificações Comerciais e de Serviços

Requisitos mínimos	Compartimentos						
	Ante-Sala	Sala	Sanitário	Cozinha	Loja	Sobreloja	Garagem
a) menor dimensão	1,80	2,40	0,90	0,90	3,00	3,00	2,50
b) área mínima	4,00	10,00	1,50	1,50	15,00	-	11,25
c) iluminação e ventilação mínima	-	1/6	-	-	1/8	1/8	1/20
d) pé direito mínimo	2,70	2,70	2,40	2,40	3,00	2,40	2,30
e) profundidade máxima	3xPé-direito	3xPé-direito	3xPé-direito	3xPé-direito	3xPé-direito	3xPé-direito	-
f) revestimento parede	-	-	Imper. até 1,50m	Imper. até 1,50m	-	-	-
g) revestimento piso	-	-	Impermeável	Impermeável	-	-	-
OBSERVAÇÕES		-	*3	-	*4	-	-

OBSERVAÇÕES:

- 1- O requisito iluminação e ventilação mínima refere-se à relação entre a área da respectiva abertura e a área do piso.
- 2- Todas as dimensões são expressas em metros e as áreas em metros quadrados.
- 3- Toda unidade Comercial poderá possuir sanitários, conforme o disposto nesta lei.
- 4- Quando houver previsão de jirau no interior da loja, o pé-direito mínimo será de 4,70m (quatro metros e setenta centímetros).
- 5- A vaga mínima de garagem para automóveis e utilitários deverá ter comprimento de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) e largura de 2,30m (dois metros e trinta centímetros); para caminhões até 6 (seis) toneladas, a vaga mínima é de 11,00m (onze metros) de comprimento e de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) de largura; e para ônibus, a vaga mínima é de 13,00m (treze metros) de comprimento e de 3,20m (três metros e vinte centímetros) de largura.

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2001).

O Plano Diretor do município de Conceição da Barra foi promulgado em forma de Lei no ano de 2006, cinco anos depois da elaboração do Anteprojeto de Lei do Plano de Ordenamento de Itaúnas. Entretanto, o projeto elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves para orientar tal ordenamento não está incorporado no PDM. Esse fato concorreu para a criação de uma lei urbanística contendo normas e diretrizes vagas e pouco específicas.

Apesar de o PDM incluir diretrizes de preservação urbana, viu-se, em visita local, que a autoconstrução ainda é muito forte e, conseqüentemente, o não cumprimento de todas as normas que incidem sobre o território. Outro ponto relevante e preocupante a ser destacado é a ausência de um projeto específico para a ZEU. Desse modo, a área de expansão, apontada desde a seção 2.2, fica à mercê de interesses econômicos e individuais, o que pode resultar na elevação do CA, da densidade e até mesmo do número de pavimentos e de coabitação da Vila. Além disso, a não existência de um CA máximo e de afastamentos das construções no lote deixa livre o adensamento das edificações, gerando locais de grandes proporções com iluminação e ventilação deficientes.

Os fatos citados acima evidenciam a grande dificuldade dos órgãos públicos em fazer cumprir efetivamente as leis urbanísticas na Vila de Itaúnas assim como na maioria das cidades de pequeno porte, povoados ou vilas similares.

O Plano de Manejo do PEI também é uma lei que estabelece algumas normas sobre o território, como já visto no capítulo 2 desta dissertação. Porém, apesar de o IEMA ser bem rigoroso quanto ao cumprimento de determinadas leis, provocando até hoje conflitos entre a comunidade e o PEI, o Plano de Manejo só legisla sobre áreas de meio ambiente, não sendo de sua alçada as áreas urbanas. Portanto, sobre índices e assuntos urbanísticos e construtivos, apenas o PDM se posiciona em forma de Lei.

Sabe-se, contudo, que a gestão sustentável do território deve basear-se na integração, na participação da população, permitindo articulações entre as instituições de patrimônio e os três níveis de governo (municipal, estadual e federal) com a comunidade inserida no local.

É preciso, além de uma efetiva fiscalização e de leis rígidas e específicas, que as diretrizes de preservação caminhem junto com as mudanças e apropriações ocorridas ao longo dos anos. De forma semelhante, é necessário que haja uma integração entre preservação e desenvolvimento socioeconômico local, de forma sustentável, de modo a não comprometer as gerações futuras e garantir a perpetuação das dinâmicas entre sociedade e paisagem.

Com base no que foi exposto neste e nos capítulos anteriores, propõem-se critérios preliminares que visem, ao mesmo tempo, à preservação das manifestações e

símbolos culturais e à continuidade de geração de renda fundada no turismo. Para isso, antes de citar as diretrizes propostas, elaborou-se um quadro que aponta, de modo preliminar e resumido, a situação atual (cenário existente) observada durante o trabalho.

Buscou-se indicar não apenas as deficiências, como, por exemplo, o aumento de lixo nas ruas nos dias de maior fluxo de turismo e a expansão urbana sem diretrizes adequadas, mas também as potencialidades locais, como a perpetuação dos grupos culturais. Assim, o território foi dividido em duas categorias: a área das dunas, correspondendo à antiga Vila e a todas as tradições e memórias existentes, e a área urbana, correspondendo à Vila atual e suas dinâmicas.

Portanto, dentro da área de dunas, tem-se como fragilidades/potencialidades:

- a permanência e perpetuação dos Grupos de Jongo, Ticumbi, Alardo e Reis de Boi desde a antiga Vila até os dias atuais;
- a reinvenção do forró;
- a participação e a garantia de permanência de jovens, adultos e idosos nos grupos culturais;
- a adesão dos jovens nos grupos mostrando interesse em perpetuarem as práticas culturais;
- a manutenção dos antigos caminhos percorridos pelos moradores através das trilhas do PEI;
- o aumento do lixo em dias de festa;
- a não demarcação da área da antiga Vila, o que deixa as ruínas à mercê de pisoteio e os objetos sujeitos a retirada por turistas e pela população;
- a pouca sinalização e informação na área de dunas, restingas e praias.

No contexto da atual Vila, identifica-se como fragilidades/potencialidades:

- a valorização imobiliária;
- a pressão sobre áreas de preservação permanente do PEI;
- a expansão urbana sem diretrizes adequadas;
- a falta de equipamentos urbanos (como bancos, lixeiras, placas informativas) na praça da Igreja de São Sebastião e nas vias principais;
- o adensamento de lotes devido a construções que ocupam toda a área;

- a ausência de espaço para estacionamentos em dias de maior fluxo de turistas;
- as edificações com gabaritos acima do permitido (dois pavimentos);
- a mudança frequente do uso do solo, principalmente em lotes centrais da Vila;
- o grande número de coabitação, principalmente durante eventos turísticos;
- o grande número de moradores de fora do Estado, que se mudam para a Vila procurando melhores condições e modos de vida associados à facilidade de obtenção de renda através do turismo;
- o grande número e o fluxo de carros transitando e estacionando no centro da Vila, impedindo ou dificultando a apreensão da paisagem urbana local;
- a permanência de modos de vida tradicionais, apesar da forte influência do turismo;
- o fato de a comunidade ser pequena, o que facilita as relações de vizinhança, amizade e o aceitação de pessoas vindas de fora;
- a boa relação com o PEI, apesar dos conflitos gerados no início de sua implantação.

Considerando-se as fragilidades e potencialidades citadas acima, propõem-se, de modo também preliminar, diretrizes que possam potencializar a preservação da paisagem cultural. Por ser um local de escala pequena, acredita-se que pequenas atitudes e orientações em conjunto com a comunidade tragam grandes benefícios para a manutenção dessa paisagem cultural.

As categorias de classificação permanecem as mesmas, sendo indicadas as seguintes diretrizes para a área de dunas:

- permanência de projetos que incluem os jovens na participação dos grupos de folclore;
- registro das manifestações (Jongo, Ticumbi, Alardo e Reis de Boi) em âmbito municipal ou estadual;
- registro de histórias orais dos Mestres participantes dos grupos e de sua forma de organizar e orientar as reuniões e apresentações;
- registro de história oral da antiga Vila e processos de mudança até a Vila atual;

- demarcação da área da antiga Vila nas dunas para evitar pisoteio e retirada de materiais;
- maior número de placas informativas nas dunas bem como de lixeiras nas praias e no percurso feito pelo turista;
- melhoria das trilhas existentes e restauração de imóveis, como, por exemplo, da casa do Seu Tamandaré, que se encontra deteriorada;
- implementação de projetos de educação e conscientização dos turistas, visando evitar impactos negativos, principalmente na área das dunas (como acúmulo de lixo).

Sobre as diretrizes acerca do contexto urbano:

- tombamento da Igreja de São Sebastião e da Capela de São Benedito, evitando sua descaracterização;
- revitalização da Praça Central (Igreja de São Sebastião), com implantação de equipamentos urbanos, como lixeiras, bancos, placas informativas, de modo a facilitar e melhorar a permanência do que já existe no local;
- permanência da pavimentação existente (terra batida) visando à conservação das características peculiares e singelas da Vila;
- proibição de mudanças no uso do solo, na área central;
- desenvolvimento de projetos de legislação específica para a área de expansão urbana;
- maior fiscalização das diretrizes postas no PDM (altura de gabarito, afastamentos, autoconstrução, proibição de coabitação, expansão urbana);
- implantação de projeto que determine lotes e áreas públicas, de modo a evitar o avanço de áreas particulares sobre as públicas;
- desenvolvimento de programas de capacitação que visem inserir a população nas atividades turísticas, tornando a população nativa protagonista das práticas turísticas;
- tratamento adequado de esgoto;
- coleta e tratamento adequado de lixo;
- construção de estacionamento adequado para carros, semelhante ao já existente para ônibus, localizado na entrada da Vila, de modo a evitar que estacionem ou trafeguem na área central.

Como dito, as diretrizes apontadas de modo preliminar buscam o fortalecimento da comunidade e a preservação dos elementos simbólicos e das dinâmicas sociais identificadas durante o trabalho. Espera-se que as ações sugeridas fortaleçam ainda mais o sentimento de pertencimento da população com o lugar, preservando sua memória e mantendo sua identidade, e gerem qualidade de vida para todos os que desfrutam desse lugar tão singular.

Observa-se, por fim, que o patrimônio cultural, quando abordado na perspectiva da paisagem cultural, insere novas questões no debate sobre a conservação do patrimônio no contexto urbano. No limite, deve-se buscar a renovação do modelo de planejamento e ordenamento do território, que tenha a cultura como um elemento-chave articulado com as demais dimensões das políticas urbanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Vila de Itaúnas deixa clara a incorporação das manifestações – religiosas e populares – e do cotidiano da população ao patrimônio cultural local. Além de estarem presentes nas dinâmicas existentes, na memória dos moradores, também se representam na configuração espacial do território, base do conceito paisagem cultural.

As várias reinvenções que aconteceram em Itaúnas – mudança de vila e de vida, roteiro turístico, preservação natural, manifestações culturais que permanecem fortes até hoje, inserção e modificação do forró – fazem com que o local seja, ao mesmo tempo, cheio de simbolismo e tradição e anseie por mudanças e modernização. Essas reinvenções são importantes para que a comunidade continue se reconhecendo no lugar, porém requer também o reconhecimento dos recursos naturais, patrimoniais, econômicos e culturais importantes para os moradores, possibilitando a preservação aliada à geração de renda da comunidade. Desse modo, o crescimento e a reinvenção acontecerão de forma que uma não anule a outra.

Os mitos e símbolos identificados – material e imaterialmente –, ainda que de modo preliminar, demonstram cumprir a função de construir a história da comunidade de Itaúnas e se configuram como patrimônio cultural local. Soares, Nacif e Ricco (2013) afirmam que este fato é fundamental para que os moradores se reconheçam na história da Vila.

Os lugares, itinerários e elementos simbólicos bem como as manifestações culturais das festas populares e religiosas desempenham o papel de caracterizadores do espaço da Vila de Itaúnas, resultantes de manifestações espaciais da cultura que foram apropriadas e adaptadas pelo movimento turístico e que, por conseguinte, têm significado político, religioso, étnico ou associado ao passado.

Itaúnas é uma pequena vila impregnada de simbolismos construídos por seus habitantes, principalmente durante o processo de mudança da antiga ocupação para a Vila atual, e pelos turistas que esporadicamente frequentam o local, isso em processos e dinâmicas continuadas de construção de lugares simbólicos que, por sua vez, moldam paisagens também em continua construção.

Proveniente do campo de estudos da Geografia, o conceito paisagem cultural percorreu um lento e recente percurso até se estabelecer como área de estudos. Pressupõe, como já dito, o estudo das relações entre os aspectos materiais e imateriais da cultura associados ao território.

Na medida em que foi, aos poucos, conceitualmente adicionada aos estudos da Geografia, a noção de paisagem cultural ganhou importância gradual no âmbito da preservação do patrimônio cultural. Portanto, a inserção do conceito nos instrumentos e políticas públicas que trabalham com a preservação da paisagem e do patrimônio cultural leva em conta a constante mutação das paisagens, identificando qual o melhor instrumento para preservá-los.

Desse modo, a categoria paisagem cultural abre várias possibilidades para diferentes abordagens, seja em campos disciplinares distintos, seja em instrumentos de preservação de políticas públicas em esferas variadas, partindo das Cartas Patrimoniais e passando pelas categorias da UNESCO, da Convenção Europeia da Paisagem e da Chancela da Paisagem propostas pelo IPHAN. Todas as abordagens citadas dispõem de elementos positivos e negativos, porém são importantes para que se entenda o processo e se tenha a convicção de que o proposto neste trabalho é factível.

Diante dos conceitos de lugar e da observação da relação dos moradores e turistas com a Vila de Itaúnas, uma relação de atribuição de valores, de pertencimento e de cuidado, que se reflete nas dinâmicas e no cotidiano local, afirma-se, neste trabalho, que as contribuições da Geografia para a pesquisa foram importantes para a compreensão do conceito e o entendimento das relações existentes no lugar e de seu simbolismo.

Ainda foi necessário, para o desenvolvimento da pesquisa, o entendimento do conceito de lugar e do elo de afeição que une moradores e turistas ao território e que adquire um significado íntimo e profundo.

Vale lembrar que a base do conceito paisagem cultural remete a um pedaço do território cuja natureza o homem transformou ou transforma em conformidade com a apropriação do espaço, incluindo elementos de caráter imaterial associados ao território, identificados no trabalho como elementos simbólicos catalisadores da

cultura local, perceptíveis na relação entre as pessoas do lugar e seus visitantes, o que transforma Itaúnas em uma vila singular.

O tema paisagem cultural oferece novas possibilidades para o campo de pesquisas sobre o patrimônio cultural, pois combina elementos materiais e imateriais, indicando as interações entre o homem e o meio natural, até então pensados separadamente. Portanto, a introdução do conceito paisagem cultural abre uma perspectiva contemporânea para se pensarem de forma mais integrada ideias tradicionais do campo da preservação.

A ausência de proteção de bens patrimoniais de valor material e imaterial da Vila de Itaúnas no contexto municipal e estadual leva ao questionamento sobre o descaso dos órgãos públicos para com o patrimônio cultural local. A Igreja de São Sebastião e a Capela de São Benedito, por exemplo, são exemplares da memória, protagonistas da Festa que acontece em janeiro, além de palco das diversas manifestações existentes. Os valores simbólicos desses dois lugares vão além do valor arquitetônico e merecem ser preservados.

Além desses dois exemplos arquitetônicos, há ainda os sítios arqueológicos, as dunas, a ponte que faz a ligação material da Vila antiga com a Vila atual. Além disso, mantém-se a caracterização da escala da vila, com seus gabaritos baixos, uso do solo diversificado, ruas largas e sem calçamento. Esses elementos são importantes para a manutenção da paisagem, portanto merecem ser valorizados como elementos patrimoniais para apreensão e conservação da paisagem cultural local. Com isso, a autoestima do morador é potencializada e o local transforma-se em atração de novos olhares através de um processo participativo.

Sabe-se que, ao se trabalhar com o patrimônio cultural e com políticas públicas urbanas, é importante a presença e a participação efetiva da comunidade local envolvida diretamente no processo. Aqui talvez se apresente uma falha nesta dissertação, uma vez que não foi possível uma aproximação com número maior de habitantes, ficando a pesquisa de campo restrita a conversas e entrevistas informais. Apesar disso, a peculiaridade do local estudado deixa clara a contribuição da pesquisa para o fomento da discussão ainda recente sobre paisagem cultural e também sobre a possibilidade de preservação do lugar aliada ao desenvolvimento social e econômico.

Assim, abre-se um leque de possibilidades de estudos futuros sobre o tema paisagem cultural e sobre o lugar que é a Vila de Itaúnas.

6 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Luciana. O Ticumbi: imagens e memória da Vila de Itaúnas. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 71-79, nov. 2011.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa à brasileira**: significados do festejar, no país que “não é sério”. 1998. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr./out. 2007.

CARNEY, George O. Música e lugar. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.123-150.

CASADO, Tatiana Caniçali. **Cidade-paisagem**: novas perspectivas sobre a preservação da paisagem urbana no Brasil. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio. **Arquitextos**, São Paulo, ano 14, n. 162.02, nov. 2013. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4960>>.

CELINGA, Fernanda. **Fronteiras entre as dunas**: compreendendo a cultura lúdica na Vila de Itaúnas (ES). 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

CLAVAL, Paul. A volta do cultural na Geografia. **Mercator**, Revista de Geografia da UFC, ano 1, n. 1, p. 19-28, 2002.

CONCEIÇÃO DA BARRA. Prefeitura. Lei complementar nº 006, de 2 de janeiro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município de Conceição da Barra.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Carta de Washington**. [S.l.]:[s.n.], 1986.

CONTTI NETO, Nery. **Estudo da morfodinâmica costeira no Parque Estadual de Itaúnas** (Relatório de pesquisa). São Paulo, 2012.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, Florença. 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

COSGROVE, Denis E.; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

COSTA, Luciana de Castro Neves; GASTAL, Susana Araújo. Paisagem cultural: diálogos entre o natural e o cultural. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6., 2010, Caxias do Sul-RS. **Anais...** Caxias do Sul-RS: Anptur, 2010.

COSTA, Otávio. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa, p. 149-156, 2008.

CURY, Isabelle. **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Brasília: IPHAN, 2000.

ESPÍRITO SANTO. Estado. Decreto Estadual nº4.967-E, 1991. Cria o Parque Estadual de Itaúnas. 1991.

FERNANDES, Ana Maria. Paisagem cultural: do conceito à proteção do patrimônio In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 3., 2014, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos...** Belo Horizonte, 2014.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, p. 65-83, jul./dez. 2000.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. “**Donos do lugar**”: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. 2009. 522 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009

HACON, Vanessa. **Para além das dunas**: conflitos ambientais relacionados ao Parque Estadual de Itaúnas (ES). 2011. 229 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

HACON, Vanessa; LOUREIRO, Carlos Frederico B. A centralidade do território e a posição do Estado nos conflitos pela apropriação da natureza: o caso do Parque

Estadual de Itaúnas. **Terra Livre**, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 229-251, jan./jun. 2011.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **Revista GEOgraphia**, Niterói, ano V, n. 10, p. 113-123, 2003.

INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Plano de manejo do Parque Estadual de Itaúnas**. Vitória: CEPEMAR, 2004.

_____. **Placas do Parque Estadual de Itaúnas**. Disponível em: <http://www.meioambiente.es.gov.br/images/20150511_placa04_trilha_do_tamandar e.jpg>. Acesso em: 5 jul. 2016.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Plano de ordenamento urbano da Vila de Itaúnas**. Vitória, 2001.

_____. **Diretrizes urbanísticas para elaboração do plano de ordenamento urbano da Vila de Itaúnas**: relatório preliminar. Vitória, 2001**b**.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria IPHAN nº 127, de 30 de abril de 2009. **Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira**, Brasília, 30 de abril de 2009.

_____. **Cartilha Paisagem Cultural**. 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2015.

_____. **Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. 2011..

_____. **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. Brasília-DF, 2012.

LAGE, Laura B. A complexidade da paisagem: abordagem da Convenção Europeia da Paisagem. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 4., 2016,

LAMAS, José M. Ressano. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 2000.

MAIA, Carlos Eduardo S. Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares: proposições sobre festas brasileiras. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. **Revista CPC**, São Paulo, n. 15, p. 7-26, nov. 2012/abr. 2013.

MARTINS, Julia Salvador; MOLINA, Silvia Maria Guerra. Turismo e a emergência de novas territorialidades: o caso de Itaúnas-ES. **Revista Iuminuras** – Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais..., v. 9, n. 22, 2008.

OLIVEIRA, Livia de. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther (Org.). **Qual o espaço do lugar?** - geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Orientações técnicas para aplicação da convenção do patrimônio mundial**. Tradução e atualização de Cíntia Pereira de Sousa. Lisboa: UNESCO, 2012.

_____. **Manual de referência do patrimônio mundial** - preparação de candidaturas para o patrimônio mundial. Brasília: UNESCO Brasil/Iphan, 2013.

_____. **Recomendação de Nairóbi**. Nairóbi, 1976.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: IPHAN, 2007.

RODRIGUES, Laércio. Paisagem cultural: nova expansão conceitual do patrimônio. **Estação Científica** (UNIFAP), Macapá, v. 5, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 2015.

ROSENDAHL, Zeny. O espaço, o sagrado e o profano. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **Cultura política e relações de poder na região de São Mateus**: o papel da Câmara Municipal (1848/1889). 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

SAUER, Carl. Geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Atlas do folclore capixaba**. Vitória, 2009

SOARES, Camila Santos Almeida; NACIF, Manuella Fonseca; RICCO, Adriana Sartório. Mitos da memória popular: o soterramento da Vila de Itaúnas na visão dos moradores. **Destarte**, Vitória, v. 3, n. 2, p. 36-58, out. 2013.

VASCONCELOS, Marcela Correia de Araújo. As fragilidades e potencialidades da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. **Revista CPC**, São Paulo, n. 13, p. 51-73, nov. 2011/abr. 2012.

WAGNER, Philip L.; MIKESELL, Marvin W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. **Fórum Patrimônio**, v. 5, n. 2, 2012.

XAVIER, Maria A. de Sá; BASSETTI, Telma Bittencourt. Turismo como aporte ao avanço do capital na Vila de Itaúnas-Es e a cultura como expressão de resistência. **GEOGRAFARES**, Vitória, ago./dez. 2014.

Sites:

ATLAS do observatório quilombola. Disponível em: <<http://koinonia.org.br/atlasquilombola/comunidades/ES/>>. Acesso em: dia dez. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria Estadual de Cultura. [Imagens] Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br/galerias/2558/festa-de-sao-benedito-e-sao-sebastiao-itaunas-20-a-22-de-janeiro.html>>. Acesso em 23 jan. 2017.